

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
CAMPUS PATO BRANCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

RACHEL DE SOUZA FONSECA IAGNECZ

**SER MULHER, MÃE E TRABALHADORA:
A INTERSECCIONALIDADE NA VIVÊNCIA DA MATERNIDADE**

PATO BRANCO – PR

2021

RACHEL DE SOUZA FONSECA IAGNECZ

**SER MULHER, MÃE E TRABALHADORA:
A INTERSECCIONALIDADE NA VIVÊNCIA DA MATERNIDADE**

**BE A WOMAN, MOTHER AND WORKER:
INTERSECTIONALITY IN THE EXPERIENCE OF MATERNITY**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Campus* de Pato Branco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Josiane Carine Wedig

Coorientadora: Prof^ª. Dra. Valdete Boni

PATO BRANCO – PR

2021



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Atribuição – Uso Não Comercial (CC BY-NC) - Permite que outros remixem, adaptem e criem obras derivadas sobre a obra licenciada, sendo vedado o uso com fins comerciais. As novas obras devem conter menção ao autor nos créditos e também não podem ser usadas com fins comerciais. Porém as obras derivadas não precisam ser licenciadas sob os mesmos termos desta licença.



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Câmpus Pato Branco



RACHEL DE SOUZA FONSECA IAGNECZ

SER MULHER, MÃE E TRABALHADORA: A INTERSECCIONALIDADE NA VIVÊNCIA DA MATERNIDADE

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como requisito para obtenção do título de Mestra Em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável.

Data de aprovação: 23 de Abril de 2021

Prof.a Josiane Carine Wedig, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.a Giovanna Pezarico, - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.a Regina Stela Correa Vieira, Doutorado - Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc)

Prof Sergio Paes De Barros, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 23/04/2021.

AGRADECIMENTO

Agradeço a todas as mulheres que percorreram o árduo caminho de lutas até aqui.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná *Campus* de Pato Branco, pela possibilidade de desenvolver minha pesquisa e cursar educação pública, gratuita e de qualidade. Certamente, a realização de um sonho, que muitos não terão acesso se não lutarmos pela educação.

Agradeço às professoras e aos professores, mestras e mestres, doutoras e doutores que permitiram o acesso ao vasto conhecimento, contribuíram para minha formação, apoiaram-me, intelectualmente, como pesquisadora e permitiram que minha pesquisa se desenvolvesse.

Agradeço a minha orientadora, Prof^a. Dra. Josiane Carine Wedig, por me acolher com afeto no início de 2018 quando iniciei a disciplina “Gênero, Etnicidade e Desenvolvimento Territorial”, com as “mãos vazias” de conhecimento. E que, em 2019, com toda sua generosidade, aceitou minha proposta inicial de pesquisa sobre mulheres-mães, que acolheu a desordem de uma orientanda que é mulher-mãe-estudante-trabalhadora. Recebeu a minha família em suas casas de Pato Branco e de Porto Alegre e me acolheu como estagiária de docência. Que, em 2020, não soltou a minha mão em meio a tantas adversidades. Por tudo isso, só tenho a agradecer por todas as horas dedicadas à orientação, pelo zelo, pelo profissionalismo e pela sensibilidade que teve com a minha pesquisa. Certamente, foi um privilégio tê-la como orientadora, o que fez o meu caminhar no PPGDR ser leve.

Agradeço a minha coorientadora, Prof^a. Dra. Valdete Boni, por acolher a mim e a minha pesquisa, por se deslocar de Chapecó para Pato Branco para construirmos juntas a pesquisa, por debater e defender o meu projeto de pesquisa, por sempre estar disponível para longas orientações, por doar seu tempo e suas considerações para o caminho da pesquisa, por suas contribuições valiosas, por sua alegria

contagiante, que me deu forças pra seguir. Só tenho gratidão pelo privilégio de ter meu trabalho orientado por duas pesquisadoras exemplares.

Agradeço as 35 mulheres participantes da pesquisa, pela disposição em serem interlocutoras, por dedicarem um tempo valioso de suas rotinas para realização da pesquisa, por carinhosamente compartilharem suas vivências após a maternidade.

Agradeço às(aos) colegas do Artemis – Grupo de pesquisa em Gênero, Juventude e Cartografias das diferenças, que sempre contribuíram com seus conhecimentos para construção da minha pesquisa.

Agradeço às(aos) colegas da 10º melhor turma de mestrado do PPGDR, e de turmas passadas, pelas trocas, pelas manhãs e tardes alegres, lembranças de quando ainda podíamos partilhar conhecimento, alimento, chimarrão e abraços.

Assim como os ensinamentos ficam, os afetos sempre serão lembrados. Agradeço à Eliana, à Daniela, à Renata, à Fernanda, à Sandra, à Mariza, à Aline. Agradeço às(aos) colegas “Sul/Sul” do programa, que me acolheram: Jean, Carlos, Milena, Angélica, obrigada pela escuta, pelos conselhos e pelas rezas. Agradeço, especialmente, à Priscila, colega que no processo se tornou amiga, que esteve comigo em todos os momentos, lembrando-me de minha humanidade, de minha natureza, do quanto precisamos de equilíbrio para viver, criar e produzir.

Agradeço à Brenda, amiga e colega de trabalho e dos estudos de gênero, que muito me inspira com sua trajetória de estudante. Graças ao seu incentivo, iniciei a caminhada no mestrado, e certamente seguiremos juntas, no caminho do direito e da academia.

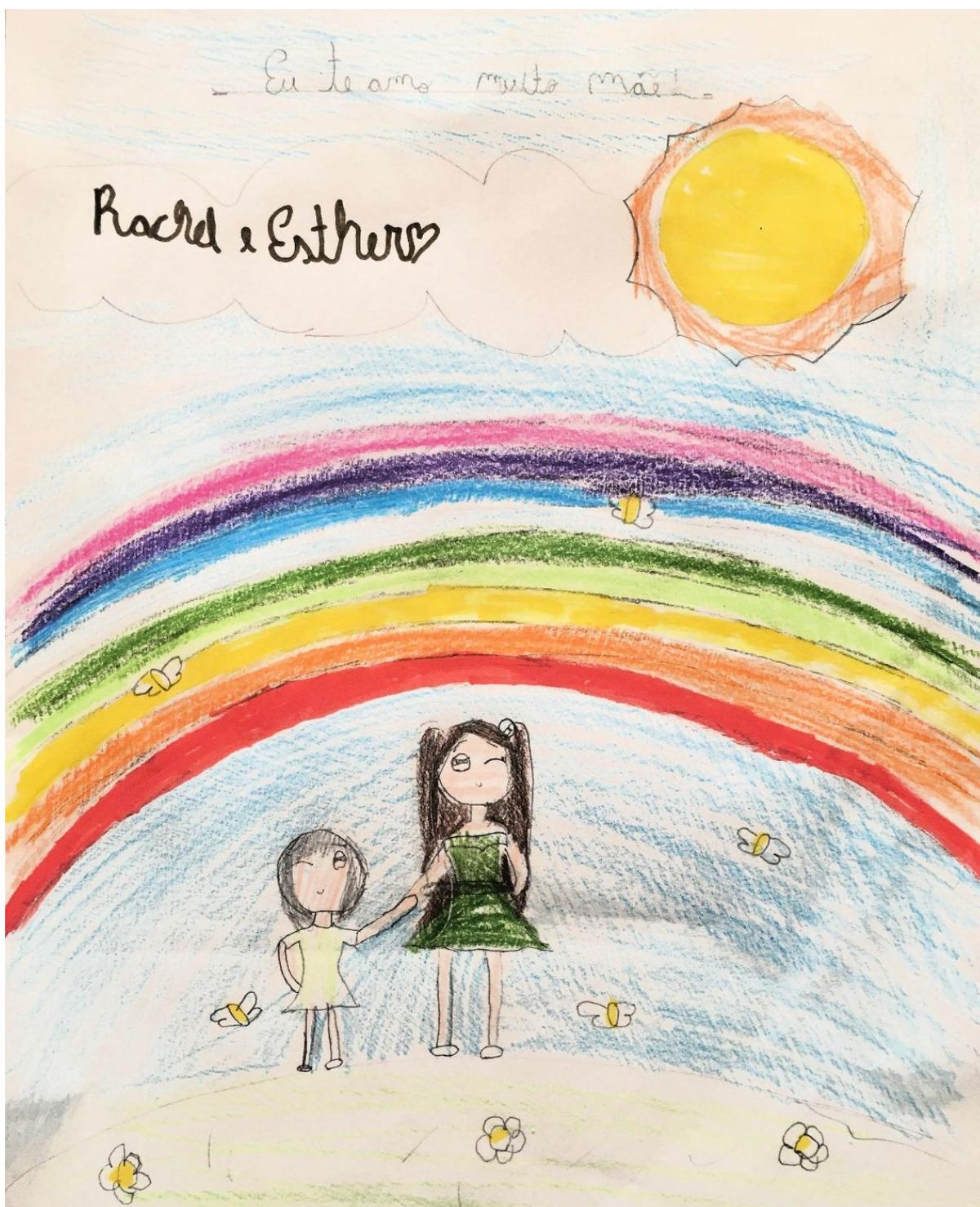
Agradeço a todas as mulheres da minha rede de apoio, que por diversas vezes cuidaram das minhas crianças, cozinham, limpam minha casa para que eu pudesse me dedicar à pesquisa: Marlene, Roseli, Odete e, especialmente, minha mãe Aurora, que muito me ensinou, sendo mãe de quatro filhas(os), como articular, durante 25 anos, seu trabalho como professora e a vivência da maternidade.

Encerro, agradecendo a minha família. João Carlos, por ser companheiro, conciliando trabalho e tarefas domésticas, dedicou-se com afeto ao cuidado de nossas crianças. Agradeço ao meu filho Carlos Eduardo, querido, afetuoso, com seus abraços quentinhos, que me apoiou, sempre preocupado com os meus estudos. Agradeço a

minha filha Esther, que me presenteou com seus lindos desenhos com belos arco-íris, parques e paisagens maravilhosas. Vivi, através do seu olhar, em um mundo alegre onde o céu é azul, os campos são verdes e floridos, a noite é quentinha, o céu é estrelado e somos só eu você, e isso é o bastante.

Por fim, agradeço por ter sido beneficiária de bolsa de mestrado pelo convênio de nº 88887.350066/2019-00 - CP 11/2018 - 50784 - Acordo CAPES-Fundação Araucária, implementada pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Câmpus Pato Branco, com vigência da entre 01/04/2019 a 31/03/2021.

Feliz dia das mães, de Esther para Rachel.



Fonte: desenho – Esther Fonseca Iagnecz (2020)

“O que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não pago.”

(Silvia Federici)

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar como a interseccionalidade de gênero, classe e raça opera no contexto da maternidade, vivenciada por mulheres-mães-trabalhadoras no município de Pato Branco, região Sudoeste do Paraná. A pesquisa foi realizada pelo método de história de vida tópica com mães participantes de um grupo *facebook*, nomeado “Desapegos Mães e Filhos”, que compram, vendem e trocam roupas e objetos de suas crianças. Para a construção da análise, considerou-se as interfaces da maternidade com o trabalho, além das práticas de cuidado que perpassam a relação das mulheres com suas(os) filhas(os). Por meio da perspectiva interseccional e decolonial, analisou-se a posição das mulheres-mães nos espaços público e privado, e a construção dos papéis sociais de gênero, raça e classe no sistema moderno-colonial. A maioria das mulheres são responsabilizadas pelas funções de cuidado e pelos trabalhos domésticos, relegando o/a trabalho/carreira remunerado para um segundo plano, limitando o acesso ao exercício pleno de sua cidadania. A (re)inserção delas nesse espaço depende do acesso das crianças à instituições de cuidado, como as creches, e o acesso a oportunidades de trabalho decente que considerem o cuidado das crianças como uma responsabilidade de toda a sociedade.

Palavras-chave: Maternidade. Interseccionalidade. Feminismo Decolonial. Divisão Sexual do Trabalho.

ABSTRACT

This research aims to analyze how the intersectionality of gender, class and race operates in the context of motherhood, experienced by women-working mothers in the municipality of Pato Branco, in the Southwest region of Paraná. The research was carried out using the topical life story method with mothers participating in a facebook group, named “Detachments Mothers and Children”, who buy, sell and exchange their children's clothes and objects. For the construction of the analysis, the interfaces between motherhood and work were considered, in addition to the care practices that permeate the relationship of women with their daughters. Through the intersectional and decolonial perspective, the position of women-mothers in public and private spaces was analyzed, as well as the construction of social roles of gender, race and class in the modern-colonial system. Most women are responsible for care functions and housework, relegating paid work / careers to a secondary level, limiting access to the full exercise of their citizenship. Their (re) insertion in this space depends on children's access to care institutions, such as day care centers, and access to decent work opportunities that consider the care of children as a responsibility of the whole society.

Keywords: Maternity. Intersectionality. Decolonial. Sexual Division of Labor.

LISTA DE SIGLA

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CC/2002	Código Civil de 2002
CEMEI	Centros Municipais de Educação Infantil
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CF/88	Constituição Federal de 1988
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
EaD	Educação a Distância
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
ILO	International Labour Organization
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPGDR	Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional
TCL	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCUISV	Termo de Consentimento de Uso de Imagem e Som de Voz

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Município de Pato Branco, na Região Sudoeste do Paraná.....	31
-------------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 – Escolaridade.....	36
Gráfico 2 – Atividade Remunerada.....	37
Gráfico 3 – Rendimentos.....	38
Gráfico 4 – Classes Sociais de acordo com a classificação do IBGE.....	39
Gráfico 5 – Número de horas dedicadas às tarefas domésticas.....	39
Gráfico 6 – Estado Civil.....	40
Gráfico 7 – Habitação.....	42
Gráfico 8 – Autodeclaração étnico-racial.....	42
Gráfico 9 – Tarefas domésticas e de cuidado das(os) filhas(os).....	43
Gráfico 10 – Sentimentos referentes à pandemia.....	108

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 PERCURSO METODOLÓGICO	25
2.1 O <i>LOCUS</i> DE PESQUISA	30
2.2 CONHECENDO AS INTERLOCUTORAS.....	35
3 O COLONIALISMO E A COLONIALIDADE DE GÊNERO.....	51
3.1 O PATRIARCADO E O CONTROLE SOBRE OS CORPOS DAS MULHERES....	57
3.2 AS LUTAS DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS.....	60
4 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MATERNIDADE.....	65
4.1 MATERNIDADE E INTERSECCIONALIDADE.....	75
4.2 AS VIVÊNCIAS DA MATERNIDADE.....	80
4.2.1 Como gênero, classe e raça afetam a maternidade	88
4.2.2 Tempo do cuidado.....	96
4.2.3 A maternidade e a pandemia.....	105
5 O TRABALHO NO SISTEMA MUNDO COLONIAL MODERNO.....	113
5.1 DIVISÃO SEXUAL E RACIAL DO TRABALHO.....	118
5.2 TRABALHO E MATERNIDADE.....	130
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
REFERÊNCIAS.....	155
APÊNDICES	162
APÊNDICE 1 – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS.....	163
APÊNDICE 2 – MODELO DE QUESTIONÁRIO <i>ON-LINE</i>	164
ANEXOS.....	170

ANEXO 1 – PRINT DO ACESSO AO GRUPO FECHADO – MÃE DE PATO BRANCO/DESAPEGOS DOS FILHOS.....	171
----------------------------------------------------------------------------------------------	-----

1 INTRODUÇÃO

Esse estudo decorreu, em grande parte, de minha experiência de vida. Durante minha formação, na graduação em administração, havia pouco debate em relação a questões de gênero e o mundo do trabalho. Quando iniciei minha trajetória no mundo do trabalho, em que exerci funções no departamento de recursos humanos de uma empresa exportadora de grãos, por oito anos (2004-2011), identifiquei práticas ligadas à desigualdade de gênero. Posteriormente, vivenciei a maternidade, sendo mãe de duas crianças e trabalhadora assalariada da iniciativa privada. Realizei uma mudança de carreira no ano de 2012, quando iniciei os estudos de graduação em Direito, estudos estes que me levaram a uma maior percepção do problema da maternidade como um dilema público e político.

Considero importante me localizar enquanto pesquisadora, assumindo que todo o modo de produção do conhecimento deve ser contextualizado socialmente e historicamente (HARAWAY, 1988). Assim, este estudo segue uma abordagem da perspectiva feminista de construção da ciência, reconhecendo que, muitas vezes, o caminho que leva “muitas pesquisadoras feministas à pesquisa, está ligado à justiça social e, portanto, com frequência se usa o conhecimento adquirido para analisar e fomentar uma mudança nas relações sociais” (CHANTLER; BURNS, 2015, p. 115).

Portanto, nesta pesquisa busquei analisar as narrativas de mulheres-mães-trabalhadoras¹, no contexto da cidade de Pato Branco – PR, identificando questões que envolvem gênero, classe e raça na articulação entre a maternidade e o cuidado, entre a divisão sexual do trabalho remunerado e não pago, o acesso à renda e a feminização da pobreza, bem como o papel do Estado como garantidor do acesso a oportunidades mais igualitárias para mulheres que têm filhas(os).

Para tanto, faço uma análise do patriarcado, que se estabeleceu a partir do/da colonialismo/modernidade, difundiu-se com a criação das instituições modernas, como por exemplo, o Estado-Nação, que instituiu o ideário hegemônico de família nuclear e da maternidade subordinada a esse modelo. Mesmo que alguns estudos

¹ Utilizo o termo trabalhadora para me referir a todas as mulheres, as que exercem ou não trabalho remunerado, como forma de evidenciar o trabalho gratuito realizado no âmbito doméstico.

apontem que o patriarcado é um sistema que antecede o colonialismo, a forma como ele passa a predominar, mundialmente, demonstra que ocorreram intensas transformações sobre seu modo de operação e que incidiram sobre os corpos das mulheres (SEGATO, 2012).

O colonialismo retirou das mulheres a possibilidade de atuar na esfera pública, assim, os homens passaram a ocupar esses espaços e a impor regramentos. Nesse contexto, a categoria “mulher”, passou a ser definida anatomicamente e subordinada ao homem. Para as mulheres dos povos colonizados, a colonização produziu sua inferiorização racial, aliada à subordinação de gênero (LUGONES, 2014).

Esses processos de dominação usurparam das mulheres a autonomia sobre seus corpos, e seus espaços comunitários foram sendo destruídos, tanto no contexto Europeu – com a queima das bruxas – quanto entre as populações da América e da África, que sofreram genocídio e escravização (FEDERICI, 2017). Dessa forma, as mulheres foram subjugadas ao sistema moderno-colonial de gênero, contudo, há desigualdades que perpassam a interseccionalidade de raça e classe (LUGONES, 2014).

A configuração da maternidade na sociedade moderna, estabeleceu às mulheres a responsabilidade exclusiva pelo cuidado das crianças e pelo trabalho doméstico, o que faz com que elas tenham dificuldade de participação em outras esferas sociais (SCAVONE, 1985). O processo de feminização do trabalho doméstico e de cuidados se estabeleceu por meio da construção social de uma identidade feminina elaborada discursivamente, colocando a mãe no lugar da principal responsável pelo bem-estar e educação das(os) filhas(os). Essas relações sociais se constituem na atribuição de papéis, de cunho social, para homens e mulheres, estabelecendo a divisão sexual do trabalho, na qual ocorrem classificações hierárquicas baseadas na distinção do trabalho como produtivo e reprodutivo, realizados, respectivamente, nos espaços público e privado (YANNOULAS, 2011).

Desse modo, a conjugação entre o capitalismo e o patriarcado posicionam as mulheres como um grupo onerado pelo cotidiano de trabalho prestado gratuitamente e pelo direcionamento delas a ocupações específicas, menos remuneradas que os homens (BIROLI, 2018). Assim, faz-se necessário problematizar, primeiramente, as questões que envolvem gênero. O uso do termo “gênero” é utilizado para designar as

relações sociais entre os sexos; em que estão envolvidas as relações de poder. Trata-se de uma tentativa de explicar a desigualdade entre homens e mulheres, ou seja, de compreender um conjunto de relações sociais e não um atributo individual (SCOTT, 1995).

No contexto do pós II guerra mundial, surgiram novas tecnologias de reprodução e contracepção medicalizada, tornando a maternidade uma possibilidade de escolha reflexiva que parecia libertadora, o que possibilitou a construção de uma relação aparentemente favorável entre trabalho, maternidade e modernidade (SCAVONE, 2001).

Na década de 1970 se intensificaram, a partir dos movimentos feministas, os debates sobre a articulação entre gênero, trabalho e feminização do cuidado associado à maternidade, considerando a divisão sexual do trabalho marcada pela hierarquização entre atividades remuneradas e não remuneradas. Esses debates objetivaram a transformação social, por meio do enfrentamento à desigualdade de gênero no trabalho, na vida pessoal e familiar (ABREU; HIRATA; LOMBARDI, 2016).

No campo do trabalho destaca-se também a transformação que ocorreu na década de 1990, com a intensificação do processo de globalização, em que se ampliou a participação de mulheres no mercado de trabalho, porém, elas continuaram responsáveis pelo cuidado e educação das(os) filhas(os), além da incumbência pelas tarefas domésticas, acarretando em dupla jornada de trabalho (HIRATA, 2003).

No Brasil, as lutas dos movimentos feministas por direitos foram levadas para a discussão da constituinte dos anos 1980, que culminaram com a aprovação da Constituição Federal de 1988 (CF/88) e que mudaram o *status* jurídico das mulheres no país. Dentre as garantias conferidas a elas, destacam-se: a licença-maternidade (art. 7º, incisos XVIII e XIX), o incentivo ao trabalho remunerado (art. 7º, inciso XX) e a estipulação de prazo diferenciado para aposentadoria por tempo de serviço (art. 40, inciso III, letras a, b, c e d; art. 202, I, II, III e § 1º) (CARNEIRO, 2003). Além de representar um marco jurídico e político da transição democrática e da institucionalização dos direitos humanos no Brasil, a CF/88 trouxe, como um de seus princípios constitucionais, a igualdade entre homens e mulheres, contemplado no art. 5º, que trata dos direitos e garantias fundamentais.

Outra importante modificação foi o art. 226, § 5º que estabelece que "os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher" (BRASIL, 1988). Tal previsão culminou com a alteração, no Código Civil de 2002 (CC/2002), do termo pátrio poder² para o termo poder familiar – que reflete os direitos e os deveres dos pais e das mães em relação as(aos) suas(seus) filhas(os) menores de 18 anos, consolidando a ideia de que tal poder deve ser exercido conjuntamente. Assim como esse, outros termos de linguagem androcêntrica que constavam no Código Civil de 1916 foram modificados.

No Brasil, mesmo exercendo atividade remunerada, as mulheres trabalham, em média, 8,2 horas semanais a mais que os homens em atividades domésticas (IBGE, 2018). Portanto, mesmo com todas as lutas realizadas pelas mulheres para garantir condições de igualdade de gênero e de direitos, essa é uma realidade ainda distante das mulheres e, mais intensamente, daquelas que são mães.

Em estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) no ano de 2016, foi identificado que 48% das mulheres-mães saem de seus trabalhos nos primeiros 12 meses após o nascimento de suas(os) filhas(os) (MACHADO; PINHO NETO, 2016). Além disso, no Brasil, as mulheres de 14 a 29 anos são as que apresentam a maior taxa de desemprego entre todos os grupos populacionais, em um total de 22,6% (IBGE, 2018).

Portanto, uma grande parcela de mulheres que tem filhas(os) está fora do mercado de trabalho ou ocupando trabalhos precários, com menor remuneração, além de terem uma carga de trabalho não-remunerado maior que os homens. Esse acúmulo de horas de trabalho é intensificado quando a mulher é mãe, visto que as responsabilidades atribuídas socialmente como maternas demandam uma carga de trabalho maior, principalmente no cuidado das(os) filhas(os). Essas demandas se agravam em famílias monoparentais, nas quais elas não podem contar com um parceiro(a) e tem maior dificuldade em conciliar as atividades de cuidado e o emprego.

No Brasil, a situação das famílias monoparentais é agravada pela pobreza, sendo que uma população de mais de 11 milhões de mulheres criam suas(os)

2 Trata-se de um termo jurídico do direito que determina o "poder do pai", presente no Código Civil de 1916, que enaltecia a figura paterna e lhe atribuía poderes sobre as mulheres e sobre as crianças.

filhas(os), de até 14 anos, sozinhas (sem auxílio do pai), a maioria em condições abaixo da linha da pobreza, sobrevivendo com menos de U\$\$ 5,5 por dia (IBGE, 2019).

As soluções buscadas pelas mães, que exercem trabalho remunerado, são: o acesso a política pública de creches, a ajuda de familiares próximos – normalmente as avós, contratar alguém para auxiliar nos cuidados da criança, deixar a criança em casa sem supervisão ou abandonar o emprego.

A feminização da pobreza reforça a ideia da necessidade da igualdade de direitos e de oportunidades, constitucionalmente assegurados, que, em tese, deveriam garantir que homens e mulheres pudessem desfrutar do exercício pleno de sua cidadania. Essa igualdade não alcança uma grande parcela da população de mulheres pobres que são mães, que vivenciam a permanente desigualdade de gênero. A grande maioria das mulheres “continuam a enfrentar a discriminação, marginalização e exclusão, ainda que a igualdade entre homens e mulheres seja um preceito internacional universal, um direito humano fundamental e inviolável” (ONU, 2016).

Entidades como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) vêm propondo, há mais de uma década, a relevância da igualdade como central para o desenvolvimento, buscando superar a noção restrita de desenvolvimento, implantada a partir da década de 1940, que incutiu a ideia de que o modo de produção industrial e a acumulação de bens materiais são sinônimo de qualidade de vida. Nessa concepção, o desenvolvimento era concebido com o objetivo de tornar as pessoas meras consumidoras, transformando a população camponesa em trabalhadores assalariados. Os bens naturais foram convertidos em *commodities*, a propriedade coletiva se tornou privada e os territórios foram concebidos para fins de acumulação de capital (LANG, 2016).

Por isso, importa compreender o que se produziu e se praticou em nome do desenvolvimento da América Latina e no Brasil, identificando as relações coloniais de orientação eurocêntrica, masculina, heteronormativa, patriarcal e branca. Nesse modelo, algumas histórias foram invisibilizadas, especialmente a história das mulheres (LANG, 2016).

Daí a importância da problematização das hierarquias de gênero, buscando entender as relações de poder que afastam as mulheres do exercício pleno da cidadania, do acesso à igualdade de oportunidades, principalmente pela responsabilização exclusiva do cuidado de filhas(os) e das demais atividades inerentes ao trabalho doméstico não pago. Trata-se de um exame crítico sobre a posição das mulheres, uma análise diretamente ligada à construção dos papéis sociais no sistema capitalista de produção/reprodução.

Para tanto, faz-se necessário considerar a condição histórica e situada das mulheres, em especial daquelas que são mães no contexto do “terceiro mundo”. Visa-se assim, ouvir as vozes de mulheres que foram invisibilizadas pela forma que se deu a construção desse modelo de desenvolvimento.

Nesse ponto, a perspectiva da interseccionalidade se apresenta como uma possibilidade de investigação crítica, que pode ser, tanto uma ferramenta de metodológica, como de análise para compreensão de marcadores que afetam os indivíduos (MONTAIN, 2017). O conceito de interseccionalidade foi criado pelo feminismo negro e foi difundido por autoras como a jurista Kimberlé Williams Crenshaw (2004) que, a partir dos anos de 1980, passou a defini-lo como concernente aos eixos da discriminação de raça, gênero e classe, que são as estruturas sociais produzidas pelo colonialismo e pelo capitalismo, que permanecem atualmente na composição da sociedade, através da colonialidade.

A análise interseccional, se relaciona com a perspectiva decolonial desenvolvida por autoras como Maria Lugones (2014), Rita Laura Segatto (2012) e outras autoras latino-americanas. Elas traçam caminhos para compreensão das relações entre gênero, racismo, colonialidade e divisão sexual do trabalho na modernidade/colonialidade, possibilitando uma investigação situada da construção histórica e social de gênero, do trabalho e da maternidade. Nesse sentido, Lugones (2014, p. 240) enfatiza que “descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vívida do social”.

Com o avanço da sociedade moderna e industrial, as mulheres foram submetidas a relações desiguais de gênero, no entanto, algumas enfrentaram situações de maior vulnerabilidade, ligadas aos marcadores de classe, raça, etnia –

como o caso das mulheres negras e/ou migrantes. Elas estão submetidas à relações desiguais de gênero, abusos, apropriação e precarização de sua força de trabalho, violências diversas e pobreza. Essas mulheres também têm garantias menores de acesso às políticas públicas que poderiam assegurar relações mais igualitárias e oportunidades, a exemplo do acesso às creches (HIRATA, 2003).

Ademais, essas mulheres, em situação de pobreza, se tornam mais vulneráveis após a maternidade, pela dificuldade de ingressar e manter-se no mercado de trabalho e pela desvalorização do trabalho reprodutivo, tido como trabalho doméstico e gratuito (SORJ; FONTES, 2012).

A realização desta pesquisa ocorreu no contexto da pandemia do coronavírus que foi anunciada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) no dia 11 de março de 2020. A população em geral e especialmente as mulheres, têm sofrido com as milhares de mortes ocorridas e com as consequências sociais e econômicas do isolamento. Conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 8,5 milhões de mulheres deixaram de integrar a força de trabalho no terceiro trimestre de 2020 (IBGE, 2021). Outro dado da Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta que a crise da economia global levou 3,9% dos homens a perderem o emprego, enquanto atinge 5% da população mundial de mulheres (ILO, 2021).

Numa sociedade patriarcal, onde as mulheres foram responsabilizadas pelo cuidado das(os) filhas(os), quando ocorre uma crise sanitária global, como a atual, ocorre também um reforço dos papéis sociais de gênero. Muitas mulheres passaram a exercer atividades remuneradas conjugadas às tarefas domésticas e de cuidado das(os) filhas(os), somando atividades relacionadas à educação escolar das(os) filhas(os), outras tiveram que abandonar o trabalho remunerado para exercer o de cuidado, sem poder contar com as escolas, as creches e o auxílio da rede de apoio, devido ao distanciamento social. Quando atravessados os marcadores de classe e raça, em meio à pandemia, a situação da mulher que é pobre, negra, chefe de família monoparental e periférica se agrava ainda mais.

Diante da estrutura social e econômica, que mantém as mulheres com as responsabilidades domésticas e as funções de cuidado na família, importa problematizar a conciliação do papel profissional com os papéis familiares associados à maternidade. Assim, a problemática desta pesquisa se configurou da seguinte

forma: como a maternidade é vivenciada por mulheres- mães- trabalhadoras, considerando a interseccionalidade de gênero, raça e classe, no município de Pato Branco – PR?

Busquei analisar as mudanças na vida cotidiana e profissional das mulheres que tem filhas(os), apoiada em uma abordagem interseccional e decolonial. A pesquisa visa contribuir para as análises sobre maternidade, trabalho e gênero. Nesse sentido, o objetivo geral que orientou a pesquisa foi: analisar como a maternidade é vivenciada por mulheres-mães-trabalhadoras, considerando a interseccionalidade de gênero, classe e raça.

Os objetivos específicos foram: (a) compreender como se expressa a construção social de gênero, maternidade e trabalho entre mulheres que tem filhas(os) de até 12 anos³; (b) identificar como se dá a dimensão do cuidado associado à maternidade, considerando a perspectiva interseccional; (c) verificar como se constituem as articulações entre trabalho remunerado e não remunerado para mulheres-mães.

A hipótese central da investigação é de que, para as mulheres que exercem atividade remunerada, a vida profissional é afetada de forma mais intensa pela presença de filhas(os) e de acordo com os marcadores de discriminação de gênero, classe e raça. Essa hipótese se justifica não apenas pela permanência da tradicional divisão sexual do trabalho, no que diz respeito à responsabilização pelos cuidados com as crianças e pelo encargo do trabalho doméstico não remunerado, mas também pela incidência de eixos de opressão ligados à gênero, classe e raça. Somados, esses aspectos podem impedir que mulheres se dediquem a uma atividade remunerada, ou quando a fazem, sejam empregadas em ocupações precárias. Nesse ponto, os estudos sobre a interseccionalidade apontam que mulheres negras, migrantes e periféricas vêm ocupando subempregos, a exemplo das mulheres migrantes em países desenvolvidos, como apontam Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007).

³ Nos termos do art. 2º da Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se criança a pessoa de até 12 anos de idade incompletos.

Por meio deste estudo pretendo contribuir com os esforços teóricos e empíricos para reconhecer a maternidade como problema público e político (BIROLI, 2018). Em relação às contribuições científica e social, considero as conexões entre sujeitos, experiências e produção de conhecimento, e, nesse sentido, abordo essa temática que, muitas vezes, é silenciada por construções analíticas que não têm por objetivo tematizar a condição das mulheres-mães nos debates sobre desenvolvimento. Com isso, viso contribuir para a promoção do acesso à cidadania e ao desenvolvimento para mulheres-mães, considerando sua posição de agentes do desenvolvimento local/regional.

A importância do estudo reside, fundamentalmente, em conceber o bem-estar dessas mulheres, a partir de novas possibilidades de transformação social, por meio do enfrentamento às desigualdades de gênero, classe e raça, principalmente no contexto da maternidade. Nesse sentido, ressalta-se a necessidade de realizar “uma articulação mais equilibrada entre o trabalho e a vida pessoal e familiar”, como “uma dimensão estratégica central para a promoção da igualdade de gênero no mundo do trabalho”, “intrinsecamente relacionada ao conceito de trabalho decente” (ABREU; HIRATA; LOMBARDI, 2016, p. 113).

A estrutura desta dissertação está organizada em seis capítulos. Inicialmente, esta introdução que objetiva apresentar uma visão geral da pesquisa, na qual consta o tema, a problemática, os objetivos, a hipótese, a justificativa e uma breve explanação dos capítulos que compõem o estudo.

No segundo capítulo, intitulado “percurso metodológico”, apresento o caminho da pesquisa, o *locus*, as especificações, as delimitações do tema, a seleção das participantes, o método e as técnicas empregadas para a coleta e a análise dos dados e narrativas, seguido da apresentação das participantes do estudo.

No terceiro capítulo, intitulado “o colonialismo e a colonialidade de gênero”, apresento a construção social do gênero na colonialidade/modernidade e a constituição das relações de poder patriarcais, a interseccionalidade de opressões sobre os corpos das mulheres e a importância dos movimentos feministas para a luta por direitos.

No quarto capítulo, intitulado “a construção social da maternidade”, busco problematizar a construção social do ideário da maternidade como resultado da

estrutura colonial/patriarcal que responsabilizou, exclusivamente, as mulheres pelo cuidado. Como resultado desse processo de hierarquia de opressões, algumas mulheres, principalmente, negras, migrantes e periféricas, são oneradas sobremaneira. Assim, a feminização do cuidado precisa ser pensada de forma interseccional e como questão pública e política, ligada à justiça social. Busquei, por meio das narrativas das mulheres interlocutoras da pesquisa, identificar como se constitui a dimensão do cuidado associado à maternidade pela perspectiva interseccional de gênero, classe e raça, e, com isso, problematizar questões ligadas ao uso do tempo, especialmente nesse momento de enfrentamento da pandemia do coronavírus.

No quinto capítulo, intitulado “o trabalho no sistema mundo colonial moderno”, problematizo o surgimento da classificação do trabalho tido como produtivo e reprodutivo, o modo como se estabeleceu as separações entre as esferas pública e privada, e como ocorreu a responsabilização das mulheres pelo trabalho gratuito e de cuidado. Com isso, busquei identificar como acontecem as articulações entre trabalho remunerado e não remunerado para mulheres-mães, considerando a perspectiva interseccional, problematizando questões ligadas ao acesso à oportunidades, ao desenvolvimento pessoal e à própria cidadania para mulheres mães.

Nas “considerações finais”, enfatizo a necessidade de uma articulação entre a vivência da maternidade e a vivência profissional, compreendendo a maternidade como problema político e apontando para a necessidade de responsabilização do Estado, das empresas e da sociedade como um todo, pelo cuidado das crianças. Assim, seria possível a desoneração das mulheres pela exclusividade do cuidado, resultando na disponibilidade de tempo e de recursos para que elas possam acessar formação educacional mais elevada e ocupações melhor remuneradas, como forma de combater tanto a desigualdade de gênero, como a feminização da pobreza. Dessa forma, garantindo a elas, o acesso ao desenvolvimento e ao exercício pleno da cidadania.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo apresento o caminho da pesquisa quanto à caracterização da investigação, à coleta e à organização dos dados, aos aspectos éticos, ao *locus* da pesquisa, à seleção das participantes e à apresentação das mães participantes do estudo.

A partir de conceitos, proposições, métodos e técnicas, a pesquisa foi realizada, tendo como base, a perspectiva decolonial de análise, principalmente, considerando o sistema moderno-colonial de gênero como uma lente através da qual é possível compreender a lógica opressiva da modernidade colonial, seu uso de dicotomias hierárquicas e de lógica categorial (LUGONES, 2014). Além disso, utilizei metodologias feministas para a realização deste estudo.

Busquei perceber como a construção social do gênero, da maternidade e do trabalho se constituíram no sistema-mundo-colonial-moderno e como os elementos de opressão atravessam a vivência da maternidade, para mulheres que têm filhas(os) de até 12 anos, no município de Pato Branco. Trata-se de um esforço científico para compreender, a partir de narrativas situadas, como a hierarquia de gênero, de raça e de classe refletem nessas vivências, por meio da divisão sexual do trabalho. Ao tempo que, busca-se dar ressonância à narrativa de mulheres-mães-trabalhadoras, considerando sua participação como agentes de desenvolvimento local/regional.

A perspectiva feminista, utilizada nesta pesquisa, baseia-se em metodologias que surgiram na metade do século XX, no contexto da segunda onda do feminismo, pelo movimento de libertação das mulheres, em que o foco do debate se centrou no questionamento das formas tradicionais de conhecimento, que não eram abertas para a participação de mulheres. Contudo, foi durante a terceira onda do feminismo que o foco da investigação feminista passou a ser a transformação da vida social, em especial, a busca de justiça social (CHANTLER; BURNS, 2015).

O objeto das teorias feministas não é, exatamente, as mulheres, mas sim, as estruturas e as relações de poder cotidianas nas quais aquelas são posicionadas de forma desigual e desvantajosa. Assim, interessa ao feminismo questionar os valores que tornam invisíveis as relações de poder na vida cotidiana e as relações de gênero

que colaboram para reproduzir diversas formas de dominação, que excluem e marginalizam as mulheres. Importa, para a pesquisa com perspectiva feminista e decolonial, as relações de gênero que são vivenciadas em conjunto com as desigualdades de classe, racismo e sexismo (BIROLI, 2017).

Para Chantler e Burns (2015, p. 113), a pesquisa feminista possui quatro características: “(a) pesquisa feminista como indagação crítica; (b) pesquisa de “voz” e fundamentada nas experiências das mulheres; (c) reflexividade; (d) uma ética do cuidado”. Através dela, busca-se estabelecer relações não hierárquicas, valorizando as contribuições das participantes da pesquisa, a partir da semelhança entre a pesquisadora e a entrevistada. Quanto aos riscos da “voz” como meio de elucidar questões de gênero, Chantler e Burn (2015, p. 113) apontam que “do ponto de vista da diferença, reivindicações de ‘voz’ são problemáticas porque podem levar a que se justifique uma determinada realidade ao mesmo tempo que outras são silenciadas”. Com relação a essa questão, as autoras apontam, como solução, situar as vozes dentro de um contexto político e social para evitar tendências individualizantes.

A pesquisa feminista apresenta benefícios, tais como a indagação crítica que “permite adotar uma ontologia realista [...] para aceitar a ‘experiência vivida’ como significativa e ressaltar as desigualdades e divisões sociais na sociedade” (CHANTLER; BURNS, 2015, p. 113). A ênfase na reflexividade “consiste, principalmente, em questionar a noção de pesquisa objetiva, neutra e independente de valores, optando por explicar a subjetividade” (CHANTLER; BURNS, 2015, p. 114). Há uma ética do cuidado com a similaridade, que “envolve o estabelecimento de apropriadas relações de apoio com participantes da pesquisa, por exemplo, ligando-as a redes locais ou nacionais que fazem trabalho ativista” (CHANTLER; BURNS, 2015, p. 114).

Para a construção da pesquisa, utilizei a abordagem qualitativa, que possibilitou a compreensão do fenômeno em sua complexidade, permitindo, assim, perceber as diferentes interações presentes nos contextos sociais, constituídas e constituintes das mulheres-mães pesquisadas. Para Chantler e Burns (2015, p. 115), os estudos qualitativos são de suma importância para as pesquisas de metodologias feministas, pois “[...] têm esclarecido experiências e significado da vida das mulheres ao situá-los com firmeza no contexto político e social”. Para Minayo (1994, p. 21), “[...]”

a pesquisa qualitativa responde questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado”.

Para possibilitar a maior familiaridade com o problema, busquei adotar, inicialmente, a pesquisa exploratória, a qual é desenvolvida com o objetivo de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato ou fenômeno a ser estudado. Na pesquisa exploratória, o planejamento tende a ser flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado. A coleta de dados pode ocorrer de diversas maneiras, mas, geralmente, envolve: levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiência prática com o assunto e análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2017).

Nesse sentido, a fase exploratória se constituiu a partir da minha inserção no campo de pesquisa, que é concebido como o recorte que a pesquisadora “faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto de investigação” (MINAYO, 1994, p. 53).

Conforme Marconi e Lakatos (2003, p. 224), “a finalidade da pesquisa científica não é apenas um relatório ou descrição de fatos levantados empiricamente, mas o desenvolvimento de um caráter interpretativo, no que se refere aos dados obtidos”. Frente a isso, busquei correlacionar a pesquisa empírica com o referencial teórico que serviu para o embasamento e interpretação dos dados levantados.

Para a pesquisa exploratória me dirigi, inicialmente, à Central de Vagas do município de Pato Branco, quando, em um primeiro momento, por meio de diálogo informal, foram abordadas algumas mulheres (nove) sobre o interesse ou não de serem participantes da pesquisa. Na ocasião, as informações foram coletadas por meio de questionários que foram aplicados no período de novembro de 2019 e janeiro de 2020. Esse contato inicial foi possível através de autorização emitida pela Secretária Municipal de Educação, que em novembro de 2019, permitiu a minha entrada na instituição de ensino onde funciona a Central de Vagas.

Portanto, o estudo com mulheres que têm filhas(os), residentes no município de Pato Branco, teve início pela Central de Vagas dos CMEIs do município, onde pude constatar que, em maio de 2019 havia um *déficit* de aproximadamente 700 vagas nas

creches para crianças de até cinco anos de idade. A pretensão inicial da pesquisa era entrevistar mães que se dirigissem a este local, contudo, devido à pandemia do coronavírus, a coleta de dados, de forma presencial, restou prejudicada. Nesse contexto pandêmico, o procedimento para coleta de dados foi reformulado, sendo realizado por meio eletrônico.

Devido à pandemia, grande parte da pesquisa foi realizada de forma virtual. Dividiu-se em duas partes, primeiramente a coleta de dados quantitativos, a qual foi realizada por meio de um grupo no *Facebook* intitulado “Desapegos mães e filhos”, que atualmente tem mais de 7.300 mães. Nesse grupo, apliquei um formulário socioeconômico para um conjunto de 35 mulheres, entre os meses de setembro e novembro de 2020.

A segunda parte da pesquisa foi constituída pelo procedimento qualitativo, onde realizei entrevistas semiestruturadas, a partir da seleção de 10 das 35 participantes. A seleção das participantes objetivou contemplar uma gama diversificada de mulheres trabalhadoras com base nos seguintes critérios: residentes no município de Pato Branco, mães de crianças de até 12 anos, mulheres de diferentes idades, ocupações, rendimentos e distintas autodeclarações étnico-raciais, dentre outros.

Posteriormente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas na modalidade de história de vida tópica, “que focaliza uma etapa ou determinado setor da experiência em questão” (MINAYO, 1994, p. 59). Para Gill e Goodson (2015, p. 216) “[...] a história de vida é o ponto de partida da nossa exploração e busca de uma história de ações inseridas em transições históricas, sociais e culturais, bem como em cenários pessoais”. Diante disso, planejei focalizar na história de vida de mulheres, considerando a relação delas com a maternidade e com o trabalho remunerado ou não.

Para as entrevistas semiestruturadas, organizei um roteiro como um guia, porém, optei por não me restringir apenas às perguntas norteadoras, pois estas tinham como objetivo dar início ao diálogo com as entrevistadas, captando as visões individuais das participantes sobre o tema (FLICK, 2013).

Como mencionei acima, tive que fazer algumas adaptações na forma da coleta de dados, devido ao momento atual da pandemia do coronavírus, COVID-19,

atentando para que todas as medidas necessárias fossem adotadas, em virtude da saúde das participantes e em consonância com as determinações da OMS, respeitando o distanciamento social. No cenário atual de enfrentamento à pandemia global do coronavírus, fez-se necessário estabelecer um compromisso da pesquisadora com a saúde pública.

Pela impossibilidade da realização de entrevista on-line de algumas participantes, foram realizadas 04 entrevistas de modo presencial, quando foram tomadas todas as providências para assegurar que todos os procedimentos fossem feitos de forma ética, respeitando as determinações da OMS e, principalmente, o distanciamento social.

Quanto ao procedimento de análise de dados, deu-se pela técnica de análise de narrativas, que consiste em “mostrar como as pessoas compreendem a sua experiência vivida e como a narração desta experiência lhes dá condições de interpretar o mundo social e sua atuação dentro dele” (GILL; GOODSON, 2015, p. 215). Com isso, a análise da narrativa de cada interlocutora da pesquisa foi realizada no sentido de compreender como essas mulheres se percebem enquanto mulheres-mães- trabalhadoras, nas dimensões do trabalho e de cuidados. Também foram analisados os dados como, idade, escolaridade, renda individual e familiar, estado civil, número de filhas(os), trabalho remunerado e não remunerado, circuito de cuidado associado à maternidade e sua rotina no contexto da pandemia do coronavírus. Buscou-se identificar, por meio das narrativas, como acontecem as articulações para a realidade vivenciada após a maternidade, considerando a perspectiva interseccional de gênero, raça e classe.

O projeto de pesquisa, por envolver diretamente seres humanos, foi encaminhado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UTFPR, n.º 33784020.7.0000.5547. Assim, prestei esclarecimentos iniciais para as mulheres entrevistadas com as especificações sobre a pesquisa e as informações para o contato com a pesquisadora. Também enfatizei a possibilidade de, há qualquer momento, pausar ou acabar a entrevista, caso a interlocutora não desejasse continuar ou não tivesse mais interesse em participar da pesquisa. Depois de explanadas todas essas situações e uma vez autorizada pela interlocutora, foi iniciada a entrevista.

Mediante autorização das interlocutoras participantes da pesquisa, as entrevistas foram gravadas.

Nesse processo, foi feito o esclarecimento para a participante sobre os riscos e os benefícios da pesquisa e sobre o sigilo das informações. Embora a entrevista seja um procedimento de baixíssimo risco, os riscos da pesquisa poderiam ser a identificação da participante, caso ela não quisesse ser identificada e o possível surgimento de alguns sentimentos negativos, como desconforto ou constrangimento, no momento da resposta ao questionário ou durante a entrevista. Para minimizar os efeitos desses possíveis sentimentos negativos, que poderiam surgir no decorrer da entrevista, coloquei-me à disposição para dialogar e para maiores esclarecimentos e encaminhamentos por e-mail, e mesmo durante a entrevista. No decorrer da realização da pesquisa não teve nenhum incidente desse tipo.

As mulheres entrevistadas foram informadas de que não há benefícios diretos para as participantes decorrentes da pesquisa, mas que a pesquisa poderá vir a subsidiar a elaboração futura de políticas públicas e também auxiliar na ampliação da temática da maternidade no desenvolvimento regional, dando visibilidade para essa questão política. Por conseguinte, os benefícios serão para a coletividade.

Após a defesa da dissertação, serão enviados os resultados da pesquisa para as interlocutoras que manifestaram interesse. Quanto aos aspectos práticos, busquei não interferir negativamente na rotina das interlocutoras, prezando pelo seu bem-estar.

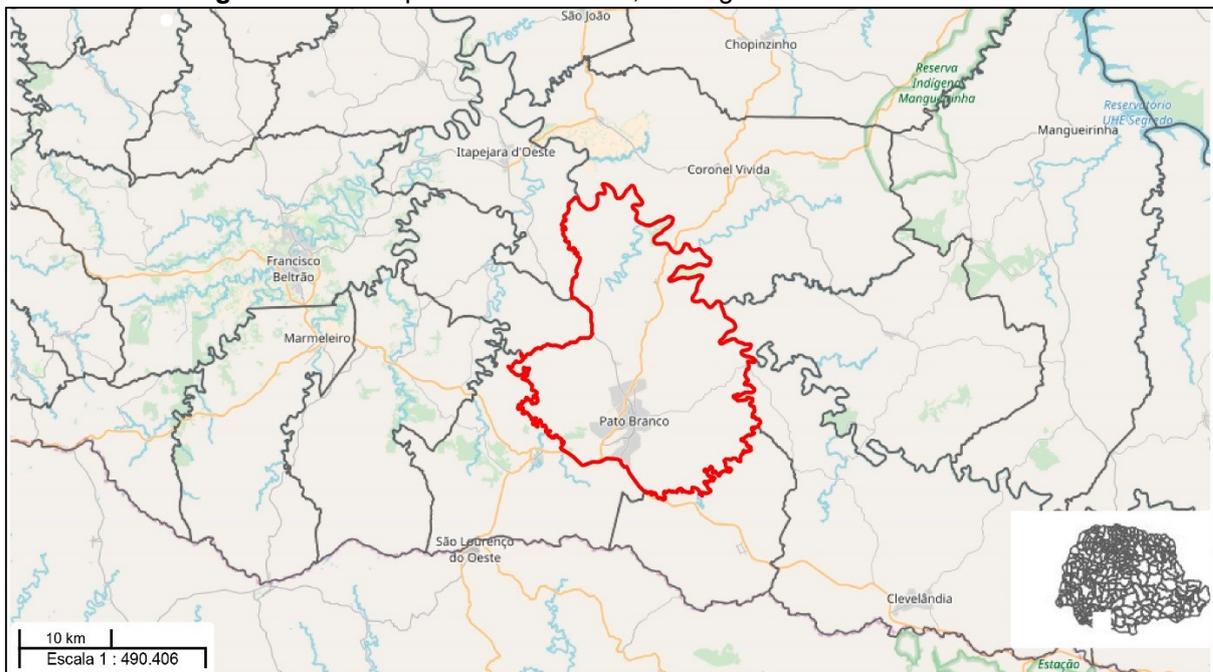
2.1 O *LOCUS* DE PESQUISA

A problemática desta pesquisa se relaciona com as mulheres-mães de forma global, regional e local. O presente estudo está vinculado a um esforço coletivo de um grupo de pesquisa de trazer a temática de gênero para o debate do desenvolvimento local e regional. Participar do grupo de pesquisa de Gênero, Juventude e Cartografias da Diferença (Artemis), possibilitou-me problematizar a responsabilidade exclusiva das mulheres pelo cuidado, associado à maternidade e às relações de trabalho. Essa temática se insere no debate do desenvolvimento regional,

por meio da relevância da temática de gênero em diversos projetos de pesquisas vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da UTFPR, *campus* de Pato Branco.

A pesquisa se desenvolveu no município de Pato Branco, situado no Sudoeste do Paraná (Figura 1). Até meados do século XX, a referida região era povoada por caboclos e pela população indígena de etnia Guarani e Kaingang. Com a exploração, especialmente da madeira, esses povos foram mortos e/ou expulsos de suas terras, que vieram a ser ocupadas, povoadas, por colonos de ascendência europeia. O processo de colonização do Sudoeste do Paraná aconteceu a partir de 1940, período em que houve a migração de descendentes de italianos, alemães e poloneses provenientes dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, processo impulsionado pelo projeto de branqueamento⁴ do país, fomentado pelo então presidente da república, Getúlio Vargas (SEYFERTH, 2000).

Figura 1 – Município de Pato Branco, na Região Sudoeste do Paraná.



Fonte: ITCG (2020).

4 Tendência homogeneizante que daria ao país, no futuro, um povo fenotipicamente branco, através da miscigenação seletiva e da imigração europeia. [...] com a consequente condenação de qualquer imigração de “negros” e “amarelos” que pudesse desviar o curso da formação (étnica) nacional (SEYFERTH, 2000, p. 170).

Pato Branco se desenhou, economicamente, no cenário da região, pelo extrativismo da madeira e pela agricultura, sendo que atualmente é considerado polo de tecnologia, de educação e centro de referência em especialidades médicas. Tem uma população estimada de 83.843 habitantes e, destes, 94% residem na área urbana. É o terceiro município em qualidade de vida no Paraná e o 113º no Brasil devido ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), de 0,782 (IBGE, 2019c). Possui 2.506 matrículas em creches e um déficit de mais de 700 vagas. Tem uma população em idade ativa de 62.216 mil habitantes e uma população com trabalho remunerado de 38.620 mil habitantes. Em 2018, o índice de desemprego feminino era de 26% (IBGE, 2018).

Quanto ao universo da pesquisa, inicialmente visei selecionar um conjunto de 20 mulheres que são mães, maiores de 18 anos, residentes no município de Pato Branco. Para tanto, a entrada em campo ocorreu por meio da abordagem de mulheres que se dirigiam à Central de Vagas⁵ a fim de solicitar a inclusão de suas(os) filhas(os) no cadastro de espera por vagas. Essa Central atende os CMEIs, e está localizada na Escola Municipal Rocha Pombo, na baixada industrial do município de Pato Branco. Nesse local, fiz duas incursões mediante autorização da Secretária Municipal de Educação, que permitiram resultados preliminares da pesquisa.

Nessas incursões exploratórias, constatei a situação de tensão que essas participantes experimentam ao tentar o contato presencial com a Central de Vagas. Elas relatam que, embora tenham efetivado o cadastro pela internet, existe uma demora muito grande para que as(os) filhas(os) sejam chamadas(as) para uma vaga no CMEI, e quando existe esse chamado, por vezes, a localização da creche torna o processo inviável, por ser longe da residência, onerando a família em tempo e em recursos para o deslocamento.

Nesse primeiro contato, no final do ano de 2019 e início de 2020, percebi a carência de vagas em creches municipais para crianças de até dois anos de idade e

⁵ A Central de Vagas começou a funcionar no ano de 2016, no município de Pato Branco, a partir de uma determinação do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme relatou, em conversa informal, a secretária de educação do município de Pato Branco.

o quanto isso causa tensão na vida das mulheres-mães-trabalhadoras. Todas as entrevistadas informaram contar com alternativas para o cuidado das(os) filhas(os), por meio de rede de apoio composta por parentes, avós ou até bisavós. Contudo, essa rede de apoio, em sua maioria, é formada por pessoas idosas, o que foi apontado como uma preocupação para as participantes, pela saúde debilitada de alguns membros da família que tem que cuidar de si e de outras(os).

Desse levantamento de informações, percebi que o fato de não existir uma vaga na creche faz com que algumas participantes vivenciem o tensionamento entre o trabalho e a maternidade, as atividades no espaço público e privado, levando as mulheres-mães a buscar alternativas para o cuidado de filhas(os). A rede de apoio, por vezes, não tem condições de oferecer o cuidado necessário para garantir que as mulheres possam exercer sua cidadania plena.

Para muitas mulheres, a Central de Vagas dos CMEIs representa uma esperança e, para outras, uma angústia, pois esperam por “sua vez” e, nesse interim, precisam de alternativas para o cuidado. Além de outras nuances, as mulheres ainda passam pelo constrangimento de um homem ser o responsável por receber as demandas por creches na Central de Vagas em Pato Branco. A pouca receptividade do profissional às demandas dessas mulheres-mães, reforça a opressão que elas já vivenciam em outros âmbitos da vida. Observei que a presença masculina nessa posição de poder, reforça os papéis sociais de gênero. Em diferentes ocasiões identifiquei, por parte dele, exposição de opiniões/percepções sexistas sobre a posição da mulher que é mãe no mercado do trabalho, como em um dado momento, de uma conversa informal, ele mencionou que não enxerga maiores dificuldades para as mulheres retornarem ao mercado de trabalho após a maternidade, que “se for bonita”, “usar uma saia curta” vai ter maior facilidade de retorno ao trabalho remunerado. Tais posicionamentos, certamente, são uma barreira a mais para o acesso das mães a central de vagas e de ter reconhecido o direito de suas(seus) filhas(os) às instituições públicas de cuidado.

A pesquisa não pode continuar na Central de Vagas, porque ela foi fechada devido às medidas de enfrentamento à pandemia do coronavírus no estado do Paraná. Por meio do Decreto 4230/20, todas as instituições de ensino tiveram suas

atividades suspensas, incluindo os CMEIs, com isso também foram suspensos os atendimentos na Central de Vagas, inviabilizando o meu acesso às participantes.

Frente a essa nova situação, busquei reformular o procedimento de coleta de dados, sem perder o objetivo do estudo. Para tanto, após aprovação do CEP, disponibilizei um questionário inicial da pesquisa, em forma de postagem, em um grupo fechado na rede social do *Facebook*, chamado de “Mães de Pato Branco – desapareços dos filhos” (Anexo 1). O grupo foi criado em 2015 para “compra, venda e troca” de roupas e outros utensílios para bebês e crianças. Atualmente tem 7,3 mil membras no qual participam, sendo uma diversidade de mães de Pato Branco.

Entrei em contato com a mediadora do grupo e apresentei a pesquisa. Em seguida, postei no grupo um *link*, contendo, resumidamente, os esclarecimentos sobre a pesquisa, o Termo de Consentimento Livre Esclarecido e o Termo de Consentimento de Uso de Imagem e Som de Voz (TCLE/TCUISV) (Apêndice 2), bem como um questionário socioeconômico, disponibilizado em plataforma *on-line*, denominada de *Google Formulários* (Apêndice 4).

Nessa abordagem inicial, as participantes foram convidadas a participar do estudo via questionário *on-line*. O aceite foi registrado por meio de plataforma *on-line* e foi disponibilizada uma via original do documento completo e assinado pela pesquisadora, em *plataforma on-line*, denominada de *Google Documentos*, o qual também foi enviado para a participante por e-mail, para que essa pudesse salvá-lo em arquivo (formato pdf) e/ou imprimir, posteriormente. Assim, o processo de esclarecimento da pesquisa, da participação, da confidencialidade, dos riscos, dos benefícios, dos critérios de inclusão e exclusão, do direito de sair da pesquisa, dos ressarcimentos e das indenizações, e os esclarecimentos sobre o CEP, conforme o Art. 10 da Resolução 510/2016 (CNS), deu-se por meio da plataforma *on-line*.

A partir do aceite e da coleta dessas informações iniciais das participantes, foi possível a coleta de dados de 35 participantes, entre os meses de agosto a novembro de 2020.

Com a pandemia do coronavírus, sobreveio inúmeros desafios para pesquisa e para pesquisadora. Inicialmente, como medida de segurança, a pesquisa precisou

ser pensada para ser feita de forma virtual, com a formulação de um questionário *on-line*. Na sequência, foi necessário pensar a forma de se recrutar mães com filhas(os) de até 12 anos. Por fim, o formulário *on-line* da pesquisa foi aceito pela moderação do grupo no *Facebook*, onde ficou disponível para preenchimento no segundo semestre de 2020.

Frente a todas as mudanças ocorridas no procedimento de recrutamento e de coleta de dados e ao tempo para finalização da pesquisa, optei pela redução no número de interlocutoras diretas para 10 participantes. Contudo, os desafios de entrevistar mulheres-mães-trabalhadoras se mostrou dificultoso, pela opção de entrevistas por meio virtual.

Após diversas tentativas de contato telefônico através de ligações e mensagens por aplicativo – *whatsapp*, foram mais de 10 recusas para a entrevista. Embora, em um primeiro contato, as participantes demonstrassem interesse, devido a alguns percalços como: a “falta de tempo”, “conexão ruim”, “internet de má qualidade”, “telefone ruim” “aparelho de celular sem acesso à internet”, o acesso ao aplicativo de vídeo conferências *Google Meet* ficou impossibilitado.

Em relação à identificação das interlocutoras da pesquisa, embora nove de 10 participantes tenha autorizado previamente a divulgação de sua identidade na pesquisa, como forma de respeito à história de vida de cada uma, devido à riqueza de detalhes da vida relacionadas a sua vivência e a de terceiros, e pensando na preservação da intimidade das participantes e de seus familiares, optei por não mencionar a identificação dessas mulheres-mãe-trabalhadoras. Sobre a menção às(aos) filhas(os), optei, também, por nomes fictícios. Considerando, portanto, a relevância dos relatos e de suas narrativas, importa a experiência da vivência da maternidade.

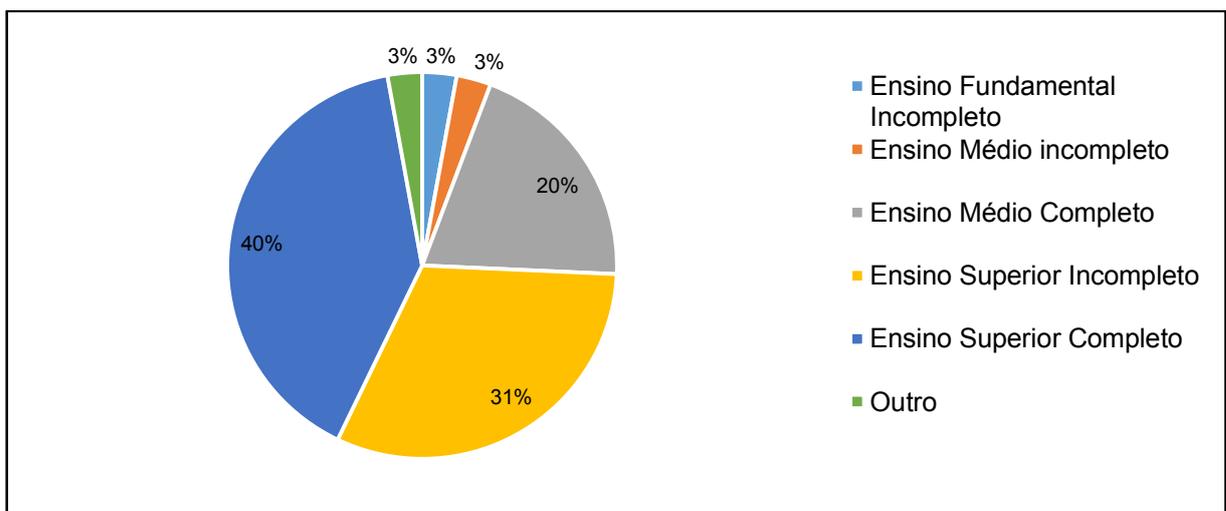
2.2 CONHECENDO AS INTERLOCUTORAS

Para a construção inicial da pesquisa, realizei uma aplicação de questionário online com 35 mães, com idade de 21 a 43 anos. A partir dos dados coletados, foram

utilizados os critérios a seguir destacados, para a escolha das 10 interlocutoras para a segunda etapa da coleta de dados, das entrevistas semiestruturadas: ser mãe de crianças de até 12 anos, residir na área urbana de Pato Branco, de diferentes identificações étnico-raciais, de distintas escolaridades, de distintas ocupações, de distintos rendimentos, formas de relacionamentos e de acordo com as suas respostas para a forma como enfrentam a responsabilização pelo cuidado durante a pandemia do coronavírus. Essa realidade de muito trabalho e sobrecarga mental atinge também as participantes da pesquisa, seus reflexos acentuam questões que envolvem gênero, classe e raça, enquanto algumas se sentem preocupadas pelo contexto de incertezas, pela saúde física e mental de si e de seus familiares, em meio a dificuldades financeiras; para outras, apresenta-se como um período de tranquilidade, estar com a família.

Em relação à escolaridade (Gráfico 1), mesmo que 71% das participantes tenha ingressado no ensino superior, uma parte das participantes, 40%, completaram os estudos de graduação. O grande número de participantes que iniciou uma graduação se deve à oferta de cursos de ensino superior no município de Pato Branco, sendo que em 2019 haviam 9.139 alunas(os) matriculadas(os) no ensino superior, nas instituições (IPARDES, 2020).

Gráfico 1 – Escolaridade

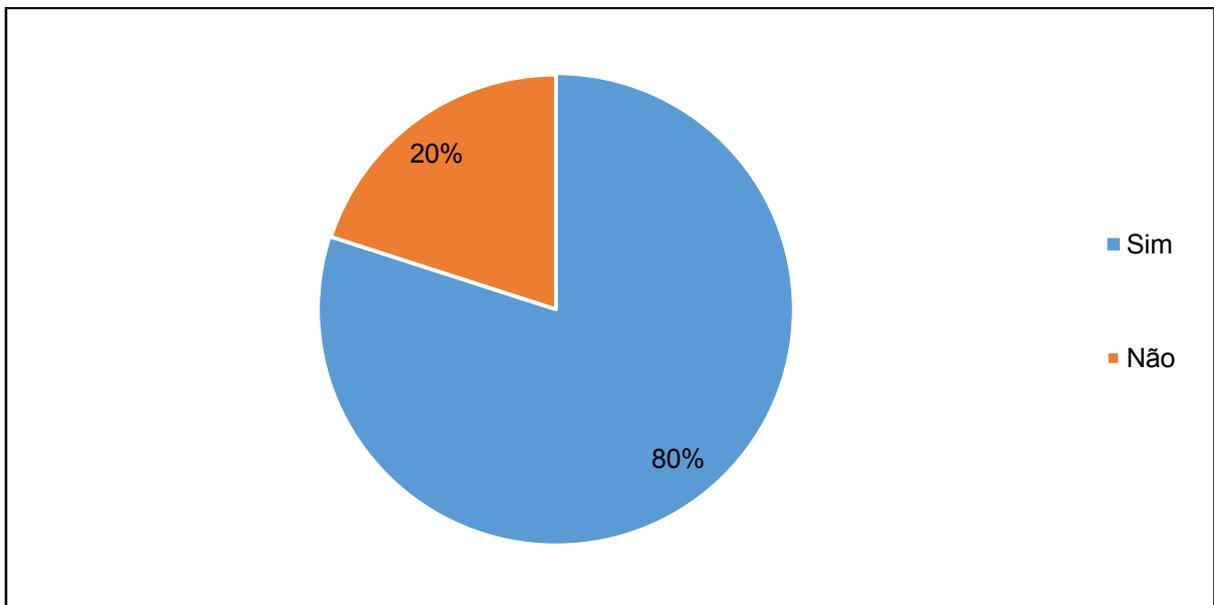


Fonte: elaboração própria a partir do google formulários (2020).

A partir deste gráfico, pode-se observar que a escolaridade das mulheres participantes da pesquisa acompanha as taxas de escolaridade nacional, em relação a gênero. De maneira geral, são as mulheres brancas as que apresentam maiores taxas de escolarização: 47,3% na educação infantil, 96,4% no ensino fundamental, 66,9% no ensino médio, 26,5% no ensino superior (PINHEIRO; REZENDE, 2020).

Quanto à situação referente ao trabalho remunerado ou não remunerado (Gráfico 2), 80% das participantes (27) exercem atividade remunerada em diversas profissões, como: advogada, assistente de administração, assistente social, atendente, auxiliar de produção, confeitadeira, contadora, cuidadora de crianças, pizzaiola, enfermeira, estagiária, mensalista/diarista, professora, psicóloga, servidora pública, técnica em edificações. As que não exercem atividade remunerada (sete), responderam que são: “do lar” ou donas de casa.

Gráfico 2 – Exerce Atividade Remunerada



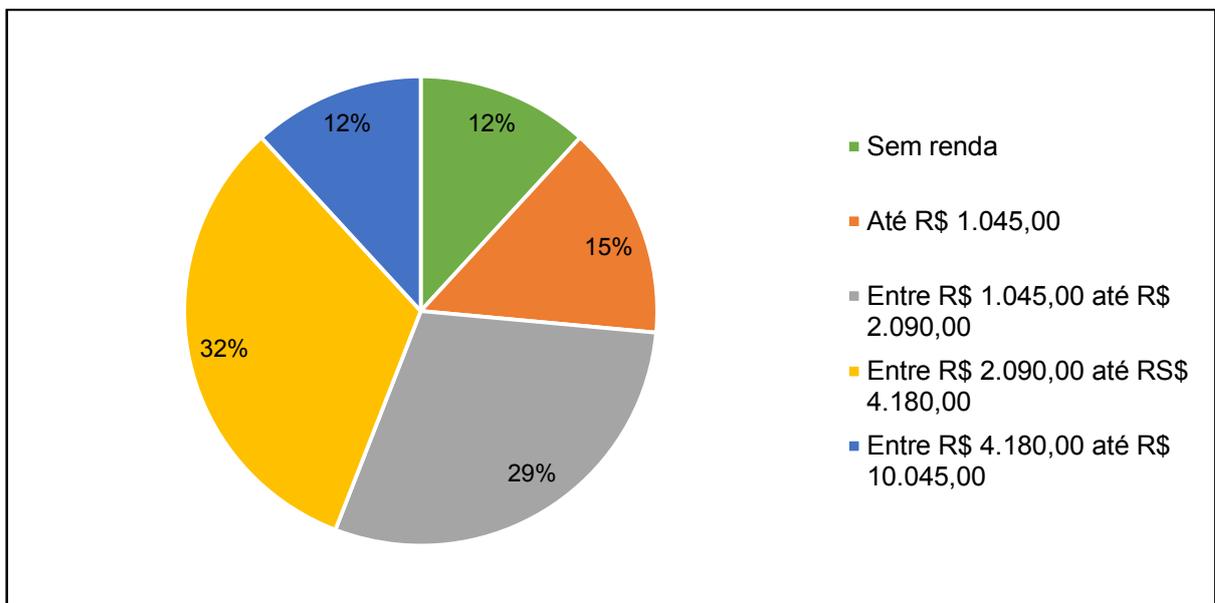
Fonte: elaboração própria a partir do google formulários (2020).

Os números refletem a realidade de mulheres com idade de 21 a 43 anos que estão em situação de desemprego. Ressalta-se que na realidade nacional, em período de pandemia, o desemprego atinge 14,2% da população ativa economicamente, onde entre as mulheres esse índice chega a 17,2%. A região Sul se destaca por ter o menor percentual de desemprego nacional, 8,3% no segundo quadrimestre. Acompanhando

os índices da região Sul, o desemprego no município de Pato Branco, para o mesmo período, foi de 8,35% (IBGE, 2020).

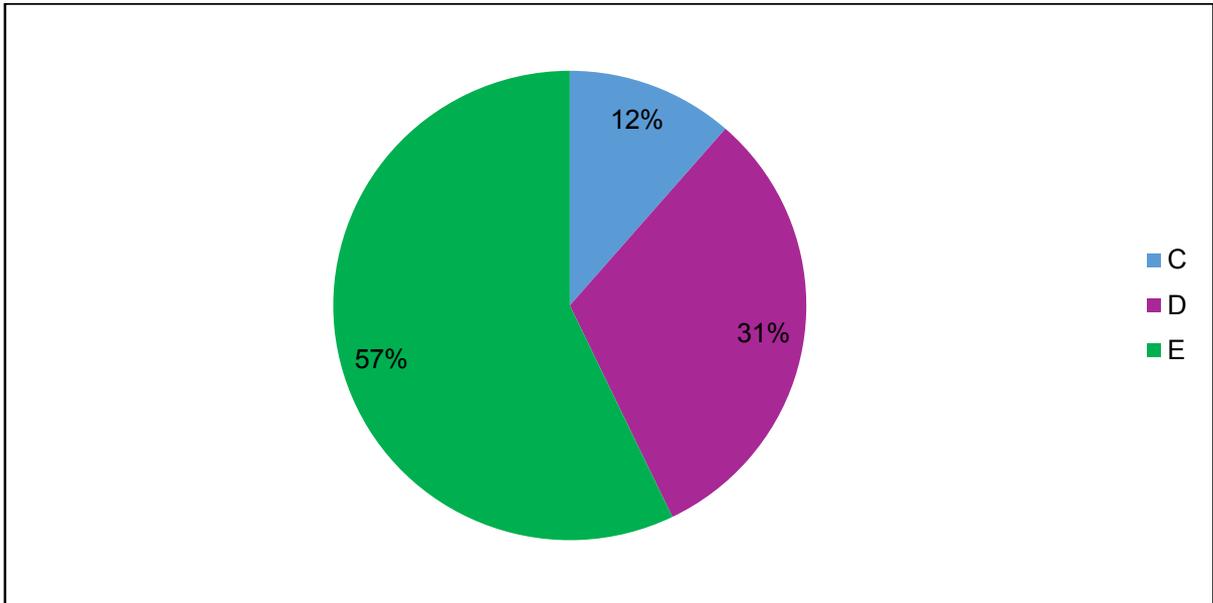
A realidade das participantes se reflete no Gráfico 3. Embora a maioria exerça atividades remuneradas, essa participação no mercado reflete em rendimentos baixos, sendo que 12% das participantes (quatro) não tem rendimentos. Uma parte das participantes (11) tem renda entre R\$ 2.090,00 e R\$ 4.180,00. A maior parte delas (20) tem renda de até R\$ 2.090,00. Quatro participantes têm rendimentos de até R\$ 10.450,00, e nenhuma acima desse valor.

Gráfico 3 – Rendimentos



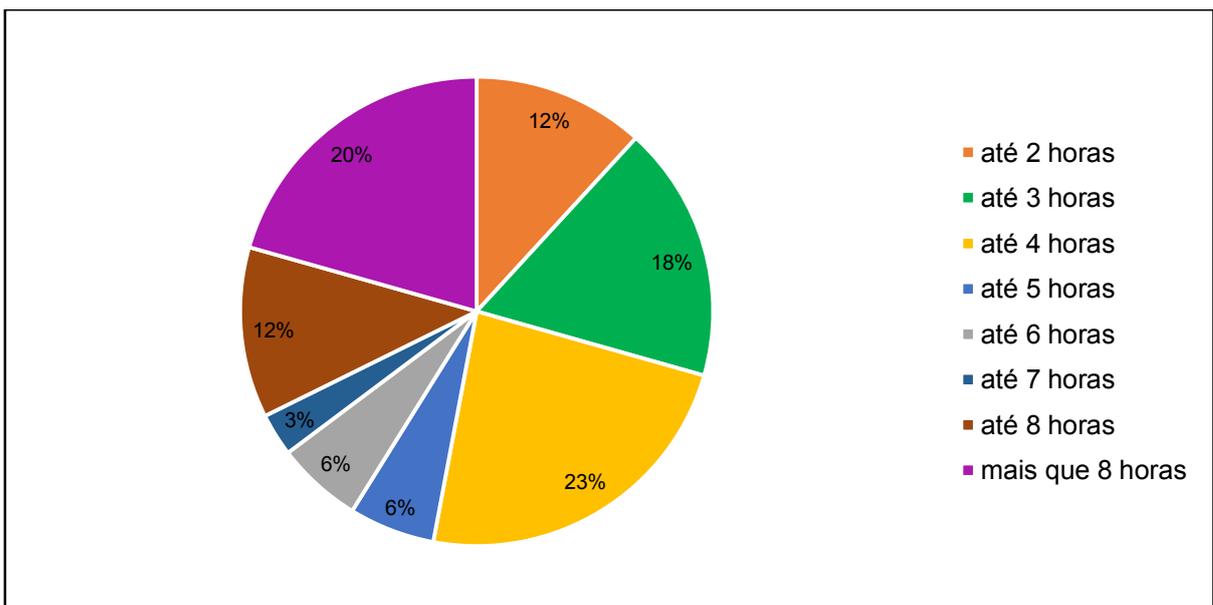
Fonte: elaboração própria a partir do google formulários (2020).

Em relação ao critério do IBGE para definição de classes sociais, 57% das participantes (20) pertencem à Classe “E”, com rendimentos até dois Salários Mínimos, 31% das participantes (11) pertencem à Classe “D” e 12% das participantes (quatro) pertencem à Classe “B”. Essa realidade é representada pelo Gráfico 4.

Gráfico 4 – Classes Sociais de acordo com a classificação do IBGE

Fonte: elaboração própria (2020).

Em relação as atividades domésticas e de cuidado, 41% das mulheres (14) se dedicam entre 3h ou 4h diárias. Já, 20% das participantes (sete), mais que 8h diárias, conforme demonstra o Gráfico 5.

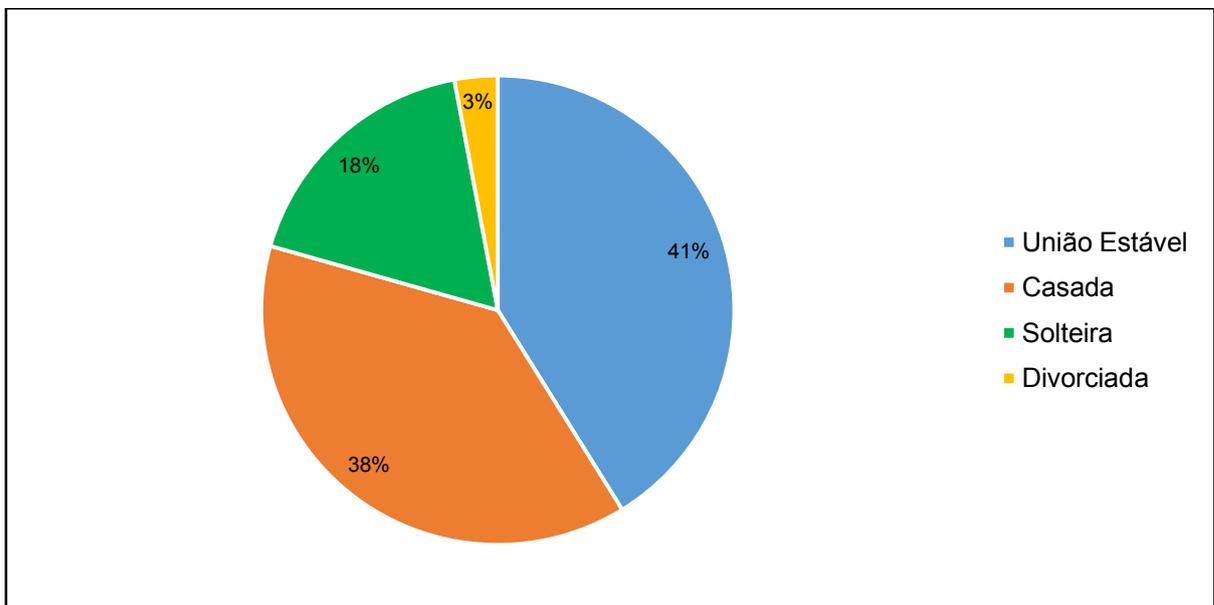
Gráfico 5 – Número de horas dedicadas às tarefas domésticas

Fonte: elaboração própria (2020).

Em relação a quantidade⁶ de horas dedicadas às tarefas domésticas, observa-se que as mulheres que declaram maior número de horas no trabalho doméstico são aquelas que estão desempregadas. No entanto, mesmo aquelas mulheres que trabalham fora do espaço doméstico dedicam um número significativo a essas tarefas. Assim, embora 80%, das participantes exerçam atividades remuneradas, dedicam-se mais de 2h por dia a atividades domésticas e de cuidados, podendo chegar a 8h diárias, e aquelas que não exercem atividade remunerada, sete participantes, afirmaram se dedicar mais de 8h diárias a essas atividades. Segundo o IBGE (2018), mesmo a mulher empregada exerce em média 8,2h semanais de atividades domésticas.

Com relação ao estado civil das mulheres da pesquisa, 82% das participantes apontaram para algum tipo de relacionamento, seja por casamento ou por união estável, conforme mostra o Gráfico 6.

Gráfico 6 – Estado Civil



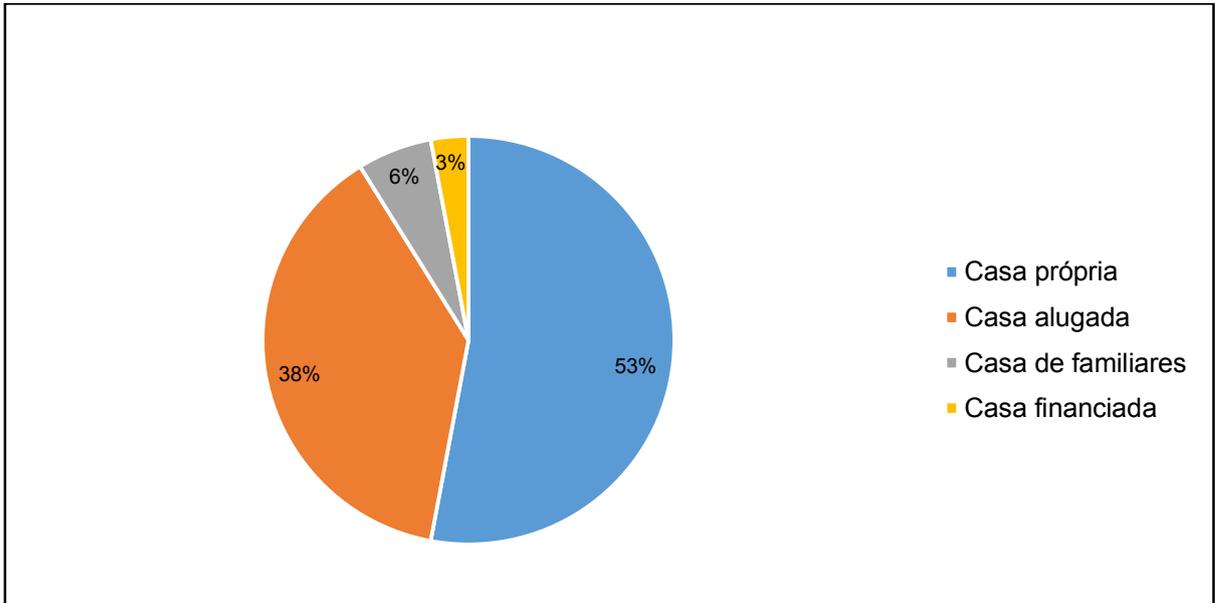
Fonte: elaboração própria (2020).

⁶ Para a coleta de dados em relação a quantidade de horas diárias destinadas as atividades domésticas e de cuidados utilizamos a mesma métrica utilizada pelo IBGE – tempo-relógio. Essa métrica vem sendo criticada por não levar em consideração a sobreposição de tarefas. Conforme Cristina Carrasco (2012, p113) “esse tipo de medida ignora o conteúdo, considera as horas idênticas e intercambiáveis e nele se tornam invisíveis os aspectos mais subjetivos e fundamentais do trabalho de cuidados”.

Quanto à participação do companheiro na divisão das tarefas domésticas e de cuidado, 28,5% (10) participantes informaram não ter nenhum auxílio por parte deles nessas atividades, 22,8% (oito) delas apontaram não receber também nenhuma ajuda financeira, sendo, portanto, sozinhas para atender as responsabilidades pela criação das(os) filhas(os). Por vezes, o fato de estar ou não em união estável não acarreta uma redistribuição do trabalho nos espaços da família. Estudos do IPEA revelam que, no ano de 1995, a carga horária alocada a essas atividades era de 31h semanais, chegando a no máximo 24h no ano de 2015. Destaca-se alguns pontos que contribuíram para redução da jornada:

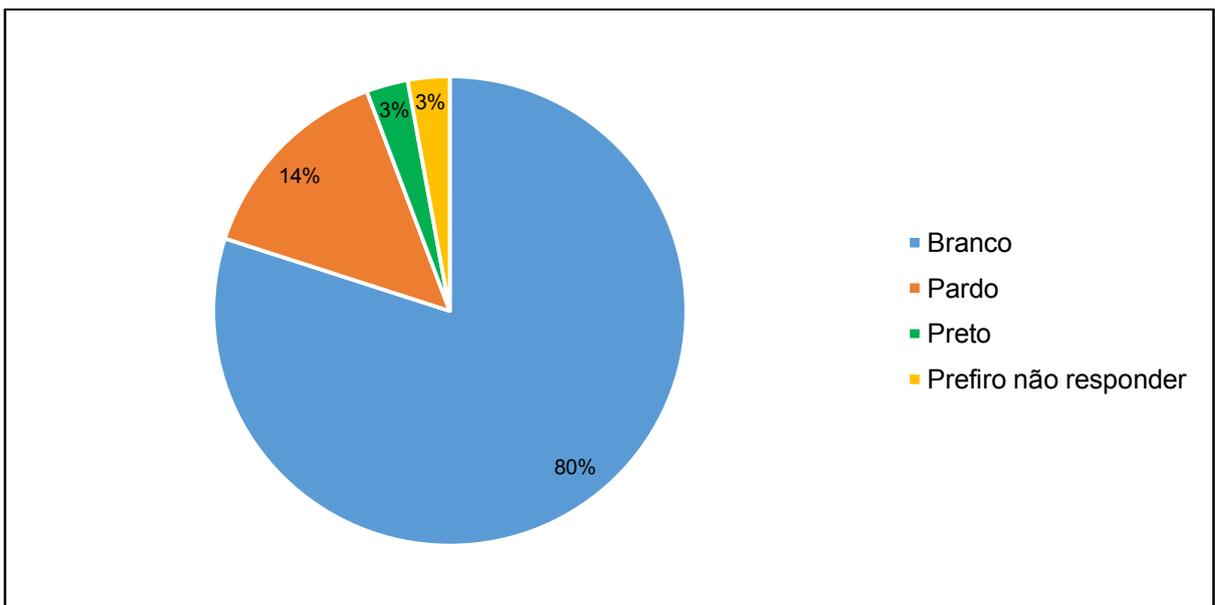
i) a redução das taxas de fecundidade e do número de filhos; ii) a maior presença das mulheres no mercado de trabalho e, com isso, a necessidade de realocar horas antes destinadas ao trabalho doméstico ao trabalho no mercado; iii) a ampliação da renda das famílias e a atuação do Estado, por meio de políticas de incentivo ao consumo que facilitaram a contratação de bens e serviços substitutos do trabalho doméstico, tais como creches e escolas privadas, os eletrodomésticos da chamada “linha branca” – os quais contaram com isenção de impostos em parte do período considerado – e os serviços das empregadas domésticas e diaristas; iv) a ampliação do acesso ao ensino básico e, conseqüentemente, a possibilidade de que crianças menores sejam atendidas nos serviços de educação ofertados pelo Estado; e v) as mudanças de valores e padrões culturais sobre feminilidade e masculinidade (PINHEIRO; REZENDE, 2020, p. 21).

Em relação à moradia (Gráfico 7), a maior parte das participantes, 53%, reside em casa própria, e 38% em casa alugada. O aluguel, nesses casos, é mais uma preocupação com relação à renda necessária para cobrir despesas mensais.

Gráfico 7 – Habitação

Fonte: elaboração própria (2020).

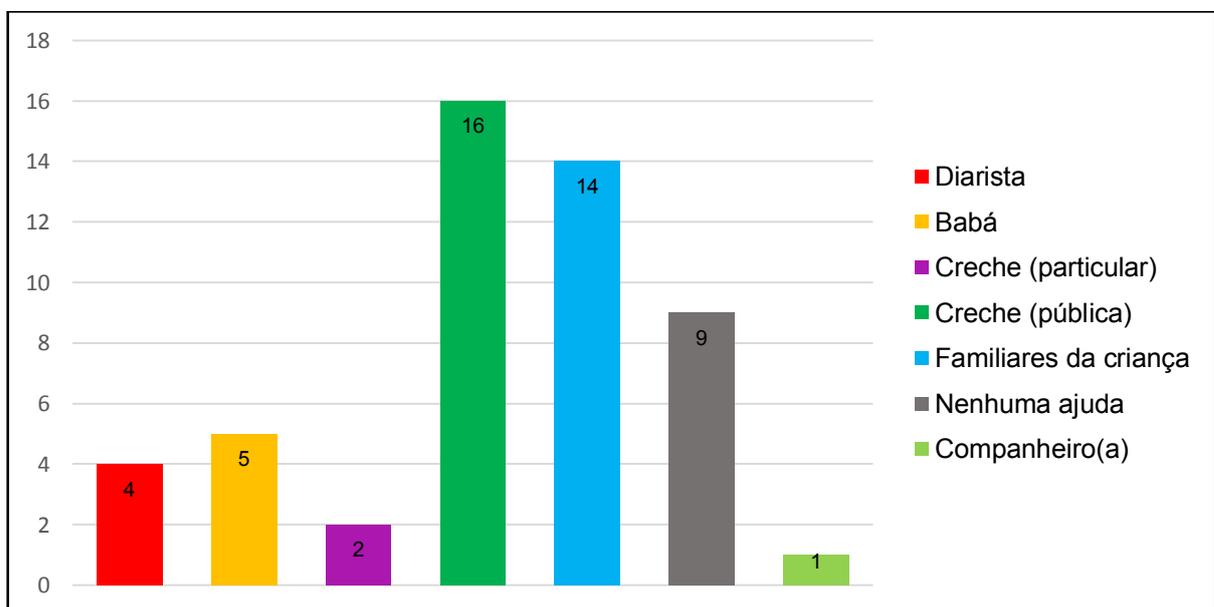
De acordo com as categorias étnico-raciais, 80% das participantes (28) se declararam brancas, 14% (cinco) se identificaram como pardas e uma participante se declarou preta, conforme representa o Gráfico 8.

Gráfico 8 – Autodeclaração étnico-racial

Fonte: elaboração própria (2020).

Esses dados quantitativos que foram levantados na primeira parte da pesquisa, informam que a ocupação remunerada não afasta as mulheres de sua ocupação das tarefas tidas como domésticas e de cuidado, e para aquelas que não exercem atividade remunerada, a responsabilização por essas atividades é ainda maior. Essa situação se agravou ainda mais durante a pandemia do coronavírus, COVID-19, quando as mães participantes da pesquisa assinalaram diversos sentimentos e preocupações relacionadas ao fato de estarem em quarentena com suas(os) filhas(os) em casa, pelo fechamento de escolas e CMEIs, sem a possibilidade, muitas vezes, de contar com a ajuda de familiares, por serem pertencentes ao grupo de risco. Nas vivências da maternidade, antes da pandemia, a maioria contava com ajuda de familiares e/ou creche para o cuidado das(os) filhas(os). Das 18 participantes que contavam com a creche, 16 deixavam as(os) filhas(os) em creche pública. O Gráfico 9 mostra como acontece a realização das tarefas e o cuidado das(os) filhas(os).

Gráfico 9 – Realização das tarefas domésticas e cuidado das(os) filhas(os)



Fonte: elaboração própria (2020).

O acesso à política pública de creche, a possibilidade de contar com o auxílio de familiares, a condição financeira que possibilita acesso a serviços como, creches particulares e/ou ao serviço de uma outra mulher, profissional das atividades domésticas – nomeadas como babás, diaristas, mensalistas – até o fato de não contar com nenhuma ajuda, ou não ter acesso a nenhuma possibilidade de divisão e/ou

distribuição das tarefas domésticas, faz parte da dimensão do cuidado na realidade das 35 participantes da pesquisa. Uma realidade permeada por questões que envolvem gênero, classe e raça. Especialmente nesse momento de pandemia, busquei identificar essas articulações de forma mais aprofundada, a partir das narrativas das 10 participantes.

Nesse contexto, deu-se seguimento à pesquisa, com o agendamento de entrevista por telefone, as quais foram realizadas, em sua maioria, por vídeo conferência, pelo aplicativo *Google Meet*, de acordo com a necessidade e a possibilidade das participantes, com gravação de imagem e som de voz.

A escolha das interlocutoras diretas da pesquisa não teve cunho de pesquisa amostral, pois, por não visar representatividade do todo, nem se propõe a generalizações. Portanto, o número de mulheres escolhidas se deu em razão do tempo para o desenvolvimento da pesquisa, pela opção de questionário e de entrevista semiestruturada e pelo caráter interseccional, resultando na participação das interlocutoras caracterizadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Dados das 10 interlocutoras da pesquisa

Nome Fictício	Idade	Filhas(os)	Idade	Profissão	Cor	Nível escolar	Estado Civil	Renda Entre/Até R\$
Fabiana	38	02	8 e 5	Atendente Desempregada	Branca	Médio	Divorciada	1.045,00
Juliana	39	01	8 meses	Vendedora Desempregada	Branca	Superior Incompleto	Casada	-
Cristina	37	02	5 e 3	Psicóloga 20h Autônoma	Branca	Superior Completo	Casada	2.090,00 4.180,00
Ana	41	01	3 anos	Professora 40h Servidora	Preta	Superior Completo	Casada	2.090,00 4.180,00
Carla	28	01	5 anos	Pizzaiola 20h	Branca	Superior Incompleto	Casada	2.090,00 4.180,00
Simone	34	02	9 e 6	Assistente social Servidora 40h	Branca	Superior Completo	Casada	2.090,00 4.180,00
Paula	34	02	5 e 1	Professora 20h Servidora	Branca	Superior Completo	Casada	2.090,00 4.180,00
Marcia	43	02	25 e 5	Dona de casa Pensionista	Branca	Fund. Incompleto	Solteira	1.045,00 2.090,00
Adriana	38	01	12	Mensalista 44h	Branca	Superior Incompleto	Solteira	1.045,00
Claudia	35	02	9 e 4	Estagiaria e Diarista	Parda	Superior Incompleto	Solteira	1.045,00

Fonte: elaboração própria (2020).

Fabiana tem 38 anos, é mãe do João de 8 anos e do Pedro de 5 anos, natural de Caçador – SC, divorciada e dona de casa. No momento, encontra-se desempregada. Possui ensino médio completo e reside com seus filhos no porão da casa de sua mãe, no Bairro La Salle, possui uma renda mensal de até R\$1.045,00, referente ao seguro desemprego, conta com ajuda de sua mãe para as tarefas de cuidado e não tem nenhuma outra ajuda financeira.

O contexto da pandemia lhe trouxe diversos percalços, sendo que no mês de março acabou sendo demitida do trabalho por ser portadora de doença crônica (asma). Com o fechamento das escolas, foi impedida de buscar outro trabalho, visto que é mãe solo, única responsável pelo cuidado dos filhos, necessitando de escola em tempo integral para conseguir exercer atividade remunerada. Em relação à pandemia, tem se sentido estressada, cansada, preocupada e angustiada. Atualmente, além das tarefas domésticas e de cuidado, auxilia os filhos nas atividades do ensino a distância, dedicando-se mais de 8h por dia a essas tarefas.

Juliana tem 39 anos, é mãe de Mariana de 8 meses, natural de São Jorge D'Oeste – PR, em união estável. Possui o ensino superior incompleto. Declarou não ter rendimento, pois, devido à pandemia não retornou ao trabalho após a licença maternidade, pedindo demissão para se dedicar ao cuidado da filha. Reside com sua filha e seu companheiro em moradia própria, no Bairro Veneza. Atualmente, seu companheiro, que é eletricitista, com renda de até R\$ 2.090,00 é responsável pelas despesas familiares. Juliana manifestou sua vontade em retornar ao mercado de trabalho, pois, para ela, trabalhar e ter seu próprio rendimento traz dignidade, faz bem, porém duas situações pesam para sua decisão, para além da pandemia: não se sente segura em delegar o cuidado de sua filha para terceiros durante a pandemia, afirma que seus rendimentos não seriam suficientes para pagar o salário de uma babá.

Atualmente, quando precisa sair de casa ela conta com ajuda de sua cunhada de 15 anos, que fica por algumas horas com sua filha. Ela afirma que a única possibilidade de retornar ao mercado de trabalho, após a pandemia, seria conseguir uma vaga para sua filha na creche perto de sua casa. Em relação à pandemia, vem se sentindo preocupada, às vezes triste, e em alguns momentos feliz pela

oportunidade de cuidar de sua filha. Atualmente, dedica-se mais de 8h por dia às tarefas domésticas e de cuidado.

Cristina tem 37 anos, é mãe da Alice de 5 anos e do Marcos de 3 anos, natural de Pato Branco, em união estável. Possui ensino superior completo, exerce atividade remunerada como psicóloga, meio período (20h semanais), em uma escola privada e no consultório particular, tendo rendimentos entre R\$ 2.090,00 e R\$ 4.180,00. Declarou que a renda familiar pode variar entre R\$ 10.450,00 e R\$ 20.900,00. Reside com as crianças e o seu companheiro em casa própria no Bairro Bortot. Conta com auxílio do companheiro, de familiares e de uma diarista para as tarefas domésticas e de cuidado.

Explica que antes da pandemia as crianças frequentavam escola/creche particular, com o fechamento das escolas está cuidando das crianças, e para isso, teve que diminuir os seus atendimentos psicológicos. Em relação a conciliar a pandemia com o trabalho e cuidado dos filhos, Cristina respondeu: *“Como no momento eu estou afastada, porém ainda recebendo, para mim está sendo tranquilo, o que não consigo fazer hoje, faço amanhã”* (CRISTINA, ENTREVISTA REALIZADA EM 1 DE NOVEMBRO DE 2020). Também afirmou que tem se sentido tranquila, satisfeita e feliz. Atualmente, dedica-se até 7h por dia às tarefas domésticas e de cuidado, incluindo as atividades de ensino a distância das crianças.

Ana tem 41 anos, é mãe do Eduardo de 3 anos, natural de Coronel Freitas – SC, em união estável. Possui ensino superior completo, exerce 40h semanais de atividade remunerada como professora, é servidora pública no município de Pato Branco. Além disso, trabalha como vendedora autônoma e oferece serviço de manicure e pedicure a domicílio. Tem renda mensal entre R\$ 2.090,00 e R\$ 4.180,00. Reside com o filho e o companheiro em casa própria, no Bairro Santo Antônio. Informou que seu companheiro tem uma doença crônica, e que divide com ele e com familiares as tarefas domésticas e de cuidado.

Em relação à pandemia, explicou que além de cuidar do filho pequeno em virtude do fechamento das creches, tem que dar conta da rotina de trabalho em *home office* onde ministra aulas – Educação a Distância (EaD) – para crianças especiais. Relatou que: *“só está sendo possível trabalhar porque meu Marido está em casa. É muito difícil este momento, principalmente, pela questão emocional das*

crianças” (ANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2020). Em relação à rotina familiar, tem se sentido estressada, cansada, sobrecarregada, preocupada, angustiada. Atualmente, dedica-se até 6h por dia às atividades domésticas e de cuidado.

Carla, 28 anos, é mãe da Marina de 5 anos, natural de Pato Branco, ensino superior incompleto, casada. Informou que recentemente abriu uma pizzaria juntamente com seu companheiro que se encontrava desempregado. Reside com seu companheiro e sua filha em casa própria, no Bairro Santo Antônio. Possui rendimentos entre R\$ 2.090,00 e R\$ 4.180,00 e divide com o companheiro as tarefas domésticas e de cuidado.

Antes da pandemia deixava sua filha na creche, atualmente se dedica mais de 8h diária às atividades domésticas e de cuidado. Devido ao trabalho ser anexo a sua casa, afirmou estar conseguindo conciliar tudo. Em relação à rotina familiar durante a pandemia, tem se sentido satisfeita.

Simone tem 34 anos, é mãe da Aurora de 9 anos e da Luísa de 6 anos, natural de Terra Nova do Norte – MT, casada. É formada em serviço social, servidora pública do município de Pato Branco. Tem renda pessoal entre R\$ 2.090,00 e R\$ 4.180,00 e renda familiar entre R\$ 4.180,00 e R\$ 10.450,00. Reside com seu companheiro e suas filhas em moradia própria no Bairro Sudoeste e divide com o companheiro e uma diarista as tarefas domésticas e de cuidado.

Em relação à pandemia, afirmou que pela natureza de sua ocupação como assistente social, o trabalho se intensificou. Ainda assim, dedica-se até 3h diárias às tarefas domésticas e de cuidado. Em relação à conciliação do trabalho e o cuidado das filhas, afirmou que está sendo: *“tranquilo, com criatividade, tranquilidade e amor estamos mais unidos como família, vivendo um dia de cada vez, não deixando a preocupação e medo tomar conta da nossa rotina”* (SIMONE, ENTREVISTA REALIZADA EM 8 DE OUTUBRO DE 2020). Em relação à rotina familiar durante a pandemia, demonstrou estar tranquila, satisfeita, feliz.

Paula tem 34 anos, é mãe do Vitor de 1 ano e do Vinicius de 5 anos, natural de Pato Branco, casada. Possui ensino superior completo e atualmente está cursando mestrado. Exerce atividade remunerada como professora 40h semanais,

atualmente é servidora do município de Pato Branco. Informou ter renda mensal entre R\$ 2.090,00 e R\$ 4.180,00. Reside com seu companheiro e seus filhos em casa própria, no Bairro São Francisco. Conta com auxílio do companheiro para a divisão das tarefas domésticas, de cuidados e obrigações financeiras. Tem a ajuda de familiares para o cuidado dos filhos.

Em relação à pandemia, afirmou que deixava as crianças na creche pública, e que no momento precisa conciliar as atividades do trabalho em *home office* com o cuidado dos filhos. Ainda assim, dedica-se até 4h diárias às tarefas domésticas e de cuidado. Quanto a conciliar as atividades do trabalho e a rotina familiar durante a pandemia, descreveu: “*bem corrido acabo não tendo tempo para mim*” (PAULA, ENTREVISTA REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2020). Vem se sentindo cansada, preocupada e angustiada.

Adriana tem 38 anos, é mãe da Isadora de 12 anos, natural de Quedas do Iguaçu – PR, solteira. Possui ensino superior incompleto e reside com sua filha no porão da casa de sua irmã, no Bairro Pinheirinho. Exerce trabalho remunerado como empregada doméstica, 44h semanais. Informou que sua renda mensal é de até R\$ 1.045,00, conta com ajuda de familiares nos cuidados com a filha e não tem nenhuma outra ajuda financeira. Em relação à pandemia, afirmou que sua filha tem auxiliado nas tarefas domésticas, mas mesmo assim, ela se dedica até 2h por dia àquelas. Tem se sentido angustiada na pandemia.

Marcia tem 43 anos, é mãe do Théo de 5 anos e da Valéria de 25 anos, é natural de Turvo – SC, solteira. Possui ensino fundamental incompleto e no momento não exerce atividade remunerada, devido a complicações de saúde. Atualmente, é dona de casa e pensionista do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e possui renda entre R\$ 1.045,00 e R\$ 2.090,00. Reside com seu filho em moradia alugada no Centro. Informou não ter ajuda de outras pessoas para a realização de tarefas domésticas e de cuidado. Em relação à pandemia, dedica-se até 5h diárias às tarefas domésticas e de cuidado, e no que diz respeito à rotina familiar durante a pandemia, descreveu estar cansada, sobrecarregada e preocupada.

Claudia tem 35 anos, é mãe do Geovane 9 anos e do Gabriel de 4 anos, natural de Francisco Beltrão – PR, solteira. Possui ensino superior incompleto,

exerce atividade remunerada como estagiária na rede municipal de ensino e como diarista. Tem renda mensal de até R\$ 1.045,00 e no momento reside sozinha em moradia alugada, no Bairro São Vicente. Não conta com nenhuma ajuda financeira e tem guarda compartilhada com o pai das crianças. Paga pensão alimentícia no valor de R\$ 300,00 quando seus filhos não estão na sua casa. Conta com ajuda de sua irmã, que vem de outra cidade cuidar deles para que ela possa trabalhar. Destacou que antes da pandemia seu filho de 4 anos frequentava a creche pública, e o outro filho, a escola.

Em relação à paternidade, a maioria das mulheres afirma que os companheiros trabalham em horário comercial, impossibilitando que sejam responsáveis pelo cuidado das(os) filhas(os).

Como forma de viabilizar as entrevistas, algumas foram divididas em duas partes de 15 minutos, na tentativa de não sobrecarregar a interlocutora. Ainda assim, algumas participantes só conseguiram concluir a participação 30 dias após a primeira conversa.

As entrevistas se deram da seguinte forma: Fabiana preferiu ser entrevistada em sua casa, após duas tentativas de realizar de forma virtual. Na ocasião, ela cuidava de três crianças que brincavam pela casa, seus dois filhos e sua sobrinha. A entrevista, realizada na parte da tarde, foi pausada em alguns momentos para que ela pudesse atender às crianças com lanches, brinquedos, escolher um filme na TV para seu filho menor, que permaneceu no seu colo durante a entrevista. A entrevista da Juliana foi realizada em sua casa, na parte da tarde, de forma tranquila, ela permaneceu com sua filha, ainda bebê, no colo para amamentação. Já a entrevista da Cristina (profissional autônoma), foi realizada em seu consultório, 8h da manhã e ocorreu de forma tranquila. Ela preferiu conceder entrevista pessoalmente, em seu ambiente de trabalho.

A quarta entrevista realizada presencialmente foi a da Marcia, que preferiu ir a um local aberto, a lanchonete do “Planta Café”, local que dispõe de espaço *Kids*, onde seu filho pequeno, sob os cuidados de sua filha mais velha, pode brincar, enquanto ela concedia a entrevista. Em razão da pandemia, as quatro entrevistas presenciais foram realizadas sempre com as participantes utilizando máscaras e respeitando o distanciamento social.

As demais entrevistas foram realizadas em plataforma *on-line*, pelo aplicativo *Google Meet*, com duração, em média, entre 30 e 45 minutos, permeadas por alguns percalços de má conexão com a internet e interrupções devido à própria vivência da maternidade. As interlocutoras sempre estiveram acompanhadas pelas(os) filhas(os), por vezes se desculpando por estarem com as crianças ao seu redor ou no colo, em alguns momentos emocionadas por lembrar suas vivências e/ou seu projetos futuros. As entrevistas foram finalizadas de setembro a dezembro de 2020, ainda em meio à pandemia.

3 O COLONIALISMO E A COLONIALIDADE DE GÊNERO

Nesta pesquisa, propus-me a compreender o processo de subjugação das mulheres-mães pela perspectiva decolonial e interseccional. A maternidade, tal qual vivenciada na sociedade contemporânea, é fruto de um histórico processo de dominação exercido pelo patriarcado que surge a partir do processo de colonização que se disseminou por meio dos ideais cristãos e monárquicos e, posteriormente, se difundiu com a criação das instituições modernas, como por exemplo, o Estado-Nação, incluindo um ideário hegemônico de família nuclear. Mesmo que alguns estudos apontem o patriarcado como um sistema que antecede, em muito, o colonialismo, a forma como aquele passa a predominar mundialmente demonstra que ocorreram intensas transformações sobre seu modo de operação, que incidiram (e incidem) sobre os corpos das mulheres.

O processo de “descoberta da América” inaugura formas de violência sobre corpos dos povos indígenas – que sofreram, e continuam a sofrer, intenso processo de genocídio, afetando, principalmente, as mulheres. O controle colonial também operou, e segue operando sobre os corpos negros que foram escravizados, sendo que as mulheres negras foram duplamente exploradas, tanto a sua mão-de-obra, quanto a sua sexualidade e reprodução. Conforme Angela Davis (2016), as mulheres escravizadas foram tidas como animais, cujo valor monetário era calculado com base na sua capacidade de reproduzir, e suas(os) filhas(os) eram comercializadas(os) e tratadas(os) como mercadoria, negando a elas o direito da maternidade.

Também no contexto Europeu ocorreu, a queima das bruxas, processo a partir do qual passou a ser difundida a dominação sobre as mulheres e a retirada da autonomia sobre os seus corpos e os seus espaços comunais. Conforme a análise de Silvia Federici:

As semelhanças no tratamento que receberam tanto as populações europeias como as da América são suficientes para demonstrar a existência de uma mesma lógica que rege o desenvolvimento do capitalismo e conforma o caráter estrutural das atrocidades perpetradas neste processo. A extensão da caça às bruxas às colônias americanas é um exemplo notável (FEDERICI, 2018, p. 381).

Os estudos sócio-históricos, desenvolvidos pela autora durante mais de 30 anos de investigação documental, resultaram em uma complexa descrição e análise da inquisição na Europa e na América. Demonstraram o controle sobre os corpos das mulheres, o que possibilitou compreender como a colonialidade/modernidade, sendo um fenômeno que se tornou global, operou (e opera) seus domínios na esfera privada e pública, e como ocorreu a responsabilização exclusiva das mulheres em termos do cuidado das(os) filhas(os).

O colonialismo se constituiu enquanto uma “missão civilizatória”, instaurado na América a partir de 1492, marcando o período que a Europa passa a se estabelecer como o centro da história mundial, considerando as outras culturas como suas periferias, pela instituição do sistema mundo colonial moderno e passando a ser referenciada como centro “racional e civilizado”, em detrimento dos demais povos do planeta que foram definidos como “selvagens ou primitivos” (DUSSEL, 2005). Foi com base nessa suposta superioridade europeia que se justificou o processo “civilizatório” colonial, que acessou de modo brutal os “corpos das pessoas através de uma exploração inimaginável, violação sexual, controle da reprodução e terror sistemático” (LUGONES, 2014, p. 938).

Para Dussel (2005, p. 49), a modernidade está assentada em uma “práxis irracional da violência”, em que os sofrimentos ou sacrifícios dos outros povos, especialmente das mulheres, eram vistos como “custos” necessários da “modernização”. Logo, a modernidade e o colonialismo se tornaram padrão hegemônico de exercício de poder. A violência colonial, pós a independência dos países, prossegue com a colonialidade do poder, do ser e do saber. A colonialidade equivale a uma “matriz ou padrão colonial de poder”, a qual “é um complexo de relações que se esconde detrás da retórica da modernidade (o relato da salvação, progresso e felicidade) que justifica a violência” (MIGNOLO, 2017, p. 13).

O colonialismo e a modernidade inauguram, também, a ideia de raça, estabelecendo, assim, a classificação dos povos através de uma, supostamente distinta, estrutura biológica que situava uns em uma posição de inferioridade em relação a outros. Conforme Quijano (2005), esse foi o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação.

Além disso, a modernidade, colonial, patriarcal inaugura, dentre outras noções hierarquizantes, a ideia de uma matriz dual de gênero, instituindo a categoria homem e mulher, onde o “‘homem’ europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão”, já a “ ‘mulher’ europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês” (LUGONES, 2014, p. 936). Nesse prisma, apenas estes foram considerados civilizados, homens e mulheres.

Assim, o gênero foi negado aos povos da América e da África, que escravizados eram classificados como espécies não humanas, como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. Essas classificações e hierarquizações têm continuidade na colonialidade do poder, do saber e do ser (MIGNOLO, 2005). Sobre esses aspectos, Lugones (2014, p. 935) aponta que “a modernidade organiza o mundo ontologicamente em termos de categorias homogêneas, atômicas, separáveis”.

A partir dessas classificações e hierarquizações, o colonizador europeu se estabeleceu como superior a todos os demais povos e culturas. Todos os outros seres colonizados eram entendidos como aberrações que deveriam seguir o modelo do ser eurocentrado. Nesse sentido, raça, classe, sexo e gênero são categorias que ganham significado próprio, modificando as relações intersubjetivas. Essa lógica categorial, dicotômica e hierárquica se tornou central para o pensamento capitalista e colonial moderno (LUGONES, 2014).

Para Rita Segatto (2012, p. 113), a colonialidade é “uma matriz que organiza hierarquicamente o mundo de uma forma estável” que, não apenas instala a episteme da colonialidade do poder, da raça e do gênero como classificadores. Mas, também, cria uma história de raça e das relações de gênero dentro dessa episteme, centrada no patriarcado, que desarticulou e destruiu muitas das relações comunitárias até então existentes, principalmente pela apropriação dos territórios dos povos.

Nesses termos, para Lugones (2008), o colonialismo produziu o “sistema moderno-colonial de gênero”, que estruturou as relações intersubjetivas de dominação pautadas na hegemonia eurocêntrica, reproduzindo um padrão de poder que se baseia na “objetificação” dos indivíduos colonizados em termos de gênero, raça e

classe. Para a autora, a colonialidade de gênero representou “o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização [...] o processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a menos que seres humanos” (LUGONES, 2014, p. 939).

Os corpos, que inicialmente sofreram com o colonialismo, hoje, sentem as consequências da colonialidade⁷. Nesse sentido, o pensamento decolonial nasce com o objetivo de investigar as raízes da colonialidade do poder, do ser e do saber. Para tanto, parte da análise dos povos que foram invisibilizados, colonizados pelo globo, especialmente na América Latina, pelo projeto de dominação da modernidade hegemônica eurocêntrica. Os povos indígenas, os povos africanos e, também, os camponeses europeus (principalmente as mulheres que foram vítimas da “caça às bruxas” no século XVI e XVII), foram subalternizados, inferiorizados e em muitos casos, eliminados (FEDERICI, 2017).

Com o advento do sistema moderno colonial, a imposição dessa nova lógica categorial dicotômica criou um processo de sujeitificação (LUGONES, 2014), no qual, também as relações íntimas passam a ser controladas em escala global. De acordo com uma análise feita por Silvia Federici (2004), o modelo de dominação e colonização da Europa sobre o restante do planeta ocorreu por meio da privatização da terra⁸, do genocídio de 95% da população de América, do extermínio de milhares de camponeses na Europa, além da escravização de povos africanos, que também morreram aos milhares nas travessias e pelas práticas violentas que lhes era infligidas nas *plantations*.

No que se refere ao controle dos corpos das mulheres, no século XVI, na Europa, ocorreu o empobrecimento da população rural, e as mortes por pragas e varíolas fizeram o número da população europeia diminuir drasticamente. Ademais, toda essa condição precária levou à relutância da população mais pobre em se reproduzir, e com isso, no século XVI e XVII, instaurou-se uma crise demográfica na Europa, que “transformou a reprodução e o crescimento populacional em assuntos de

7 Enquanto o colonialismo denota uma relação política e econômica de dominação colonial de um povo ou nação sobre outro, a colonialidade se refere a um padrão de poder que não se limita às relações formais de dominação colonial, mas envolve, também, as formas pelas quais as relações intersubjetivas se articulam, a partir de posições de domínio e subalternidade de viés racial (DE HOLLANDA, 2020).

8 Os “cercamentos” indicavam um conjunto de estratégias usadas pelos lordes ingleses e pelos fazendeiros ricos para eliminar a propriedade comum da terra e expandir as suas propriedades (FEDERICI, 2018).

Estado e objetos principais do discurso intelectual” (FEDERICI, 2004, p.152). Nesse contexto, o receio ao infanticídio levou o Estado a lançar uma verdadeira guerra contra as mulheres, especialmente as parteiras, induzindo ao ingresso de médicos homens na sala de parto. A “caça às bruxas” na Europa, nesse período, significou a demonização de “qualquer forma de controle de natalidade e de sexualidade não-procriativa, ao mesmo tempo em que acusava as mulheres de sacrificar crianças para o demônio” (FEDERICI, 2018, p.156).

Ainda para Silvia Federici (2018, p.163), o que se sucedeu na Europa teve correlações com o que ocorria no Novo Mundo. Nas *plantations*, as mulheres escravizadas eram forçadas a ser criadoras de novas(os) trabalhadoras(es) para os senhores. Desse modo, as mulheres negras escravizadas não podiam vivenciar a maternidade, visto que suas(os) filhas(os) eram vendidas(os) (DAVIS, 2016).

Embora essas formas de exploração dos corpos das mulheres fossem distintas, em ambos os casos, aqueles passaram a ser instrumentos da expansão da força de trabalho a serviço do Estado capitalista colonial-moderno. Com isso, a procriação saiu da esfera do controle individual, familiar ou comunitário, passando por instrumentos estatais e mercantis de regulação e coerção.

Para Federici (2018), as mulheres perderam terreno em todas as áreas da vida social, através dos ataques que elas sofreram com a criminalização e o controle sobre a reprodução, pela demonização que serviu para justificar a escravização, pelo saque de recursos e usurpação das terras e pelo extermínio de suas comunidades. Para a autora, “o Estado não poupou esforços na sua tentativa de arrancar das mãos femininas o controle da reprodução e da determinação de que crianças deveriam nascer, onde, quando ou em que quantidade” (FEDERICI, 2018, p. 165). Assim, (re)produzir filhas(os) passou a ser uma das funções das mulheres na nova divisão sexual do trabalho, e o controle da natalidade e as formas de nascimento não puderam mais serem definidas por elas.

Dessa maneira, todas as mulheres estão subjugadas ao “sistema moderno-colonial de gênero”, que é marcado por relações hegemônicas, contudo, há desigualdades que perpassam a interseccionalidade de raça e classe. Nessa hierarquização, a mulher branca heterossexual é oprimida socialmente pelo homem, branco, europeu, e a mulher de cor é apagada, violada, descaracterizada e explorada.

O termo colonialidade de gênero, tal como evidenciado por Lugones (2014), é utilizado pelo feminismo decolonial como forma de analisar e de superar o processo de opressão das mulheres subalternizadas pela racialização, pela colonização, pela exploração capitalista e pela heterossexualidade normativa.

Compreende-se a **colonialidade do gênero** como exercícios de poder concretos, intrincadamente relacionados, alguns corpo a corpo, alguns legalistas, alguns dentro de uma sala onde as mulheres indígenas fêmeas-bestiais-não-civilizadas são obrigadas a tecer dia e noite, outros no confessionário. As diferenças na concretude e na complexidade do poder sempre circulando não são compreendidas como níveis de generalidade; a subjetividade corporificada e o institucional são igualmente concretos (LUGONES, 2014, p. 948)

Portanto, a dominação e a hierarquização do gênero estabelecem a apropriação dos corpos femininos, como lugares privilegiados para o exercício e a implementação das técnicas e das relações de poder. Lugones (2014) sustenta que além da categoria de “raça”, a colonização inaugurou a categoria “mulher”, quando atribuiu características como submissão, abnegação, passividade sexual, infantilização às mulheres brancas, que foram definidas como frágeis e delicadas. Essa categorização não apenas excluiu mulheres não brancas, do que seria a categoria mulher, mas também produziu a desumanização delas. Nesses moldes, para Lugones (2014), a desumanização, a inferiorização e a redução ativa da categoria mulher é racista, visto que mulheres indígenas e negras não foram, nesse processo, consideradas mulheres, mas sim fêmeas.

Para Lugones (2014), a intersecção “mulher negra” era vazia no período de exploração da colonização, pelo fato de que negras não eram consideradas como “mulheres”, e “mulher” foi sempre o estereótipo da mulher branca. Assim, também surgiu, pela dimensão simbólica.

Dessa forma, o lado oculto/obscuro do colonialismo de gênero se manifestou pela violência extrema, pela animalização dos corpos não brancos, pela exploração/dominação do seu sexo pelos colonizadores brancos, pela apropriação das capacidades laborais, por meio do extermínio de suas produções intelectuais, culturais e dos seus corpos, impondo-lhes todo tipo de violência, o estupro e, até

mesmo, a morte. Assim, “diferentemente da colonização, a colonialidade do gênero ainda está conosco; é o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial” (LUGONES, 2014, p. 939).

Nessa perspectiva, para Segato (2012, p. 116), gênero precisa ser abordado como um “real estatuto teórico e epistêmico ao examiná-lo como categoria central capaz de iluminar todos os outros aspectos da transformação imposta à vida das comunidades ao serem capturadas pela nova ordem colonial/moderna”. Sendo assim, a tarefa do feminismo decolonial é romper com a ideia de “mulher” universal e passar a observar a diferença colonial que afetou e afeta mulheres colonizadas. Trata-se, portanto, de superar o hábito epistemológico de apagá-las, para começar a aprender sobre as outras que resistem a colonialidade (LUGONES, 2014). Nesse prisma, salienta-se que o apagamento, em especial de povos, culturas e saberes, esteve diretamente atrelado ao patriarcado/colonial.

3.1 O PATRIARCADO E O CONTROLE SOBRE OS CORPOS DAS MULHERES

Inicialmente, o patriarcado era dotado de sentido religioso. Os patriarcas foram considerados como os primeiros chefes de família. A palavra “patriarcado” mudou de sentido em meados do século XIX, quando passou a representar a nova acepção feminista, como uma “formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens” (DELPHY, 2000, p. 173). O patriarcado passou a ser objeto de debates, dentre eles, em meados da década de 1970, os estudos teóricos de autoras feministas marxistas que apontavam o patriarcado como conjunto de mecanismos tradicionais de dominação e exploração de mulheres e homens, responsável por criar pressões hierárquicas em favor do sexo masculino por meio da divisão sexual do trabalho (SAFFIOTI, 2013).

Federici (2004, p. 213) analisa a formação do patriarcado como a base de desenvolvimento do capitalismo, como “a construção de uma nova ordem”, “que tornava as mulheres servas da força de trabalho masculina”. Esse processo impôs padrões que implicam, até o presente, em desvantagens para as mulheres e permitem

aos homens dispor do corpo, do tempo, da energia de trabalho e da energia criativa delas (BIROLI, 2018).

Conseqüentemente, traçou-se uma relação conjunta entre o capitalismo e o patriarcado, que em seus padrões atuais, posicionam as mulheres como um grupo onerado pelo cotidiano de trabalho, prestado gratuitamente, direcionado a ocupações específicas, menos remuneradas que os homens que desempenham as mesmas atividades (BIROLI, 2018). Assim, “historicamente, o patriarcado é o mais antigo sistema de dominação-exploração” (SAFFIOTI, 2013, p. 60).

O Estado colonial patriarcal retirou das mulheres o poder e a possibilidade de atuar na esfera pública, assim, os homens passaram a ocupar todos os espaços de poder e a impor regramentos. A categoria “mulher”, nesse contexto colonial, passou a ser definida anatomicamente e subordinada ao homem. Para as mulheres dos povos colonizados, a colonização produziu a sua inferiorização racial, aliada à subordinação de gênero. Nesse sentido, a imposição de um Estado colonial patriarcal na América Latina se deu de forma violenta, por meio de dominação e de apropriação, afetando sobremaneira as mulheres que sofreram pela subordinação e inferiorização de gênero e de raça (LUGONES, 2014).

Na Europa, a degradação da identidade social da mulher, decorrente do processo da “caça às bruxas”, resultou na perda do domínio feminino do ponto de vista social, econômico, cultural e político. “A definição das mulheres como seres demoníacos e as práticas atroz e humilhantes a que muitas delas foram submetidas deixou marcas indeléveis em sua psique coletiva e em seu senso de possibilidades” (FEDERICI, 2004, p. 187).

Dessa forma, se na época da “caça às bruxas” as mulheres eram consideradas como seres selvagens, entre outros; no século XVIII, passaram a ser retratadas como seres obedientes e morais, sua irracionalidade e seu “instinto materno” assegurava que continuassem se reproduzindo (FEDERICI, 2004). Para Federici (2004), tanto a postura do Estado colonial patriarcal na América Latina, que objetivava justificar a exploração, a escravização e o saque de recursos, quanto a postura do Estado moderno pré-capitalista que, na Europa, justificou a apropriação do trabalho feminino pelo homem e o controle de seus corpos, fomentaram o desenvolvimento capitalista e o avanço desse modelo pelo mundo.

Ainda sobre as ações do Estado, Segato (2012, p. 113) examina o seu papel modernizador que adentrou os espaços com suas instituições “tentáculos”, em que a colonialidade é a matriz que organiza o mundo através de “uma história que instala a episteme da colonialidade, do poder como classificadores” de raça e gênero “dentro do cristal do patriarcado”.

Embora existisse, em algumas sociedades indígenas e afro-americanas, uma organização que também continha traços patriarcais, esta era considerada como um “patriarcado de baixa intensidade” (Segatto, 2012, p. 116). A autora apresenta essa definição para explicitar a forma de organização existente no mundo-aldeia, no qual “o doméstico é um espaço ontológica e politicamente completo com sua política própria, com suas associações próprias, hierarquicamente inferior ao público, mas com capacidade de autodefesa e de autotransformação” (SEGATTO, 2012, p. 123), diferente do que é o patriarcado imposto pela colonialidade de gênero.

Em suma, a modernidade e o capitalismo estabeleceram, por meio do processo de acumulação primitiva, a construção de uma nova ordem patriarcal, pautada no desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho, baseada na exclusão ou subalternização das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens; a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novas(os) trabalhadoras(es) em prol do industrialismo (FEDERICI, 2004).

Para Federici (2004), as semelhanças no tratamento que receberam, tanto as populações europeias, como as da América, demonstram a existência de uma mesma lógica de opressão que rege o desenvolvimento do capitalismo e conforma o caráter estrutural das atrocidades perpetradas nesse processo. Portanto, o patriarcado se estabeleceu a partir do processo de dominação e de colonização, por meio dos ideais colonizadores, que deram base para a criação das instituições modernas, incluindo o ideário de família e de maternidade. Nesse contexto, tanto as mulheres da Europa, quanto as mulheres da colônia foram segregadas violentamente por marcadores de gênero, raça e classe.

3.2 AS LUTAS DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS

O conceito de interseccionalidade é difundido no período da terceira onda do feminismo, pelas feministas negras. Mesmo que as denominadas “ondas feministas” sejam marcadas por divisões que simplificam compreensões de processos mais complexos de luta dos movimentos por direitos, é possível, a partir delas, apreender as reivindicações mais amplas que ocorrem em cada período histórico.

Nesse ponto, cabe ressaltar as lutas dos movimentos sociais feministas por direitos e para a construção de processos mais igualitários de gênero. Esses movimentos ganharam reconhecimento no final do século XIX, início do século XX, quando ocorreram mobilizações feministas no continente Europeu, na América do Norte e em outros países, pelo direito de igualdade entre os sexos, direito ao voto, acesso à educação e acesso a posses e bens (PISCITELLI, 2009).

Essas reivindicações caracterizaram a primeira onda dos movimentos feministas, que contaram com a relevante contribuição da obra de Margaret Mead, na década de 1930. A autora demonstrou que, ao contrário do que a sociedade norte americana difundia, não existia um temperamento inato ligado ao sexo, em que as mulheres seriam mais amáveis em decorrência da maternidade e que os homens seriam mais agressivos e dominadores. Esses traços de caráter eram propagados e aprendidos desde a infância e tinham uma grande variabilidade entre as diferentes sociedades (PISCITELLI, 2009).

A segunda onda dos movimentos feministas teve início a partir da década de 1960, protagonizada por grupos de mulheres de várias partes do mundo que questionavam a construção histórica do papel social da mulher, bem como a subordinação feminina perante o homem, o que levou as feministas a reivindicarem o exercício de direitos iguais. Elas também buscaram identificar as causas originárias da subordinação, elaborando conceitos e criando categorias como: patriarcado, mulher e opressão. Os estudos partiram da premissa que cada relacionamento homem/mulher deveria ser visto como uma relação política e que as instituições patriarcais eram aquelas desenvolvidas no contexto da dominação masculina (PISCITELLI, 2009).

Foi nesse período que os movimentos feministas, além das preocupações sociais e políticas, passaram a expressar-se através de construções teóricas, por meio de jornais, revistas e livros. Teve grande relevância no período, a obra de Simone de Beauvoir, “O segundo sexo”, que causou grande impacto na cultura francesa após a II Guerra Mundial, pois questionava os valores patriarcais, não apenas de sua sociedade, mas também de outras, problematizando a naturalização das relações sociais entre homens e mulheres, as quais produziam a subordinação e a inferiorização feminina (PISCITELLI, 2009).

Nesse contexto da segunda onda, surgiu o conceito de gênero, elaborado por estudiosas que buscavam uma ferramenta alternativa aos conceitos e às categorias consideradas problemáticas como a do patriarcado. O termo “gênero” passou a representar o caráter social das distinções baseadas no sexo. Conforme Joan Scott, é:

Através das feministas anglo-saxãs que *gender* passa a ser usado como distinto de *sex*. Visando rejeitar um determinismo biológico implícito no uso de termos como *sexo* ou *diferença sexual*, elas desejam acentuar, através da linguagem, o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no *sexo* (SCOTT, 1995, p. 72).

No Brasil, foi no final da década de 1980 que os movimentos feministas passaram a utilizar o termo gênero, definindo como a diferença sexual é construída socialmente e como pode variar segundo a cultura, atribuindo distintos papéis sociais a homens e mulheres. Para Guacira Louro:

Trata-se de assumir que todos os sujeitos são constituídos socialmente, que a diferença (seja ela qual for) é uma construção feita — sempre — a partir de um dado lugar (que se toma como norma ou como centro). É preciso, pois, pôr a norma em questão, discutir o centro, duvidar do natural [...]. Mas, não há como negar que a disposição de questionar nosso próprio comportamento e nossas próprias convicções é sempre muito mobilizadora: para que resulte em alguma transformação, tal disposição precisará ser acompanhada da decisão de buscar informações, de discutir e trocar ideias, de ouvir aqueles e aquelas que, histórica e socialmente, foram instituídos como "outros" (LOURO, 1997, p. 141).

A conceituação de gênero objetivou distinguir natureza e cultura, em que o sexo estaria relacionado à biologia e aos hormônios, aos genes, ao sistema nervoso e à

morfologia; e o gênero estaria vinculado à cultura, à psicologia e à sociologia, incluindo aqui todo aprendizado vivido desde o nascimento (PISCITELLI, 2009). Assim, através da construção teórica dessas distinções, buscou-se compreender as desigualdades, não baseadas nas diferenças biológicas, mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação. Como salienta Louro (1997, p. 22), “nesse contexto, deve-se recolocar o debate no campo do social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos”.

Portanto, ao entender que a construção de gênero é histórica e contínua, compreende-se que os discursos, as relações e as representações das relações são mutáveis e estão em constante transformação. Sendo assim, “é indispensável admitir que até mesmo as teorias e as práticas feministas com suas críticas aos discursos sobre gênero e suas propostas de desconstrução estão construindo gênero” (LOURO, 1997, p. 39). A autora ainda reconhece que, “tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento” (LOURO, 1997, p. 31).

Na década de 1980, surgiu, nos Estados Unidos (EUA), a terceira onda do feminismo, onde mulheres negras e do “terceiro mundo” criticavam a universalidade da categoria “mulher” adotada pelas mulheres brancas e de classe média. Com isso, passaram a problematizar e a explicitar que a posição social e política que ocupavam as tornavam diferentes, e que os direitos conquistados pelas mulheres brancas não abarcavam os direitos das mulheres negras e indígenas, cuja condição de ser humano lhes foi negada pelo eurocentrismo e pelo colonialismo, sendo que efeitos dominadores sobre os seus corpos, eram muito mais violentos (PISCITELLI, 2009).

Os debates e as ações políticas no contexto da terceira onda indicavam diversas questões pela perspectiva interseccional de gênero, raça e classe, debates que se estendem ao presente. Com o advento da globalização, surgiram novos coletivos feministas arrolando questões como o trabalho (pauta central dos movimentos operários desde o século XVIII), que vêm desempenhando papel de grande relevância contra a globalização capitalista, contra os modos empregados para externalizar o trabalho doméstico, contra a subcontratação, contra o teletrabalho,

contra o trabalho a domicílio, contra as modalidades de trabalho informal e contra o aumento do desemprego e do subemprego (HIRATA, 2005).

Esses coletivos combatem as mais variadas formas precárias de trabalho que afetam tanto mulheres, quanto homens, resultantes de um processo de proporções catastróficas “especialmente para mulheres”. Essa precarização cada vez maior do trabalho é resultante da globalização, que “tem por intuito dar ao capital corporativo o controle completo sobre o trabalho e os recursos naturais” (FEDERICI, 2019, p. 183).

Nesse contexto, para Raewyn Connel (2016, p. 27), “o mundo colonizado forneceu matéria prima para os debates feministas na metrópole, sobre a origem da família, o matriarcado, a divisão sexual do trabalho segundo o gênero”. A luta e a organização dos movimentos sociais feministas resultaram em grandes avanços na caminhada da igualdade de gênero, de direitos e de melhores condições de trabalho para as mulheres. Esse cenário favorável contribuiu para que elas buscassem maior escolaridade e maior acesso ao mercado de trabalho (CARNEIRO, 2003).

Contudo, a incorporação do trabalho remunerado e a maior participação das mulheres na esfera pública trazem à luz as questões de subordinação de outras mulheres, visto que aquelas que são privilegiadas pela colonialidade do poder, do saber e do ser, seguiram repassando as funções do trabalho doméstico e de cuidados com as crianças para as mulheres da classe trabalhadora, negras, do terceiro-mundo. Para Raewyn Connel (2016, p. 36), “um padrão antigo de trabalho feminino permite a modernização elitista das relações de gênero. Fissuras sociais se abrem na ideologia de gênero. Ainda assim, persiste uma imagem genérica das mulheres como mães”.

Nesse sentido, busquei problematizar nesta pesquisa, como veremos nas 10 narrativas, nas quais, as interlocutoras ouvidas expressaram, de forma unânime, a presença de uma construção acerca do ideário e suas visões sobre a maternidade, descrevendo a maternidade como: “*a realização de um sonho, uma experiência maravilhosa, um sonho de infância*”.

O modo como a maternidade foi conformada pelo sistema moderno-colonial de gênero afetou (e segue afetando) as vivências das mulheres, especialmente considerando os marcadores interseccionais de discriminação de raça e classe. Por isso, considera-se importantes os estudos decoloniais de gênero, que explicitam como

o sistema moderno-colonial de gênero constituiu o sexo feminino e masculino (LUGONES, 2014).

Embora muitas mudanças e fissuras tenham ocorrido no sistema de gênero, em consonância com Connel (2016), percebe-se que a imagem genérica da mulher que é mãe permanece até o presente, por meio da construção social da maternidade, que responsabilizou apenas as mulheres pelos cuidados das(os) filhas(os), a partir de controles e privilégios formados pelo sistema moderno-colonial de gênero (BIROLI, 2018). Está ainda presente, uma identidade feminina elaborada discursivamente, colocando a mãe no lugar da principal responsável pelo bem-estar e educação das(os) filhas(os), em uma narrativa uníssona.

A imagem genérica da mulher como mãe, a conduz ao papel de responsável pelo cuidado e submete-lhe à desigual divisão sexual do trabalho. Lugones (2008) mostra que o gênero é socialmente construído, a categoria social – mulher – não é universal, e que, para compreender essa relação da violência sofrida pelas mulheres não brancas, vítimas da colonialidade do poder, faz-se necessário mobilizar o conceito de interseccionalidade, gerada em torno da discriminação de gênero, de raça e de classe social.

O processo de construção do sistema moderno-colonial de gênero reflete, até o presente, na responsabilização da maternidade. No próximo capítulo, discuto como a construção social de gênero se expressa na vivência da maternidade de mulheres que têm filhas(os) de até 12 anos, e seus efeitos na dimensão do cuidado associado à maternidade pela perspectiva interseccional.

4 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MATERNIDADE

Neste capítulo, o objetivo é analisar os aspectos ligados à construção social da maternidade e as formas de opressões interseccionais que afetam mulheres-mães-trabalhadoras, buscando descrever, também, as limitações socialmente impostas que foram relatadas pelas participantes da pesquisa. Os sentimentos e as limitações vividas pelas participantes em relação à maternidade são, em sua grande maioria, reflexo do sistema moderno-colonial de gênero (LUGONES, 2008).

A maternidade, nas sociedades ocidentais, configura-se como um fenômeno social, político e econômico, para além do biológico, em que estão envolvidos múltiplos aspectos com variações históricas e dentro de uma mesma sociedade (SCAVONE, 1985). Assim, abordo a institucionalização da maternidade no sistema moderno-colonial de gênero (LUGONES, 2008), em que a lógica eurocêntrica passou a classificar as pessoas e os grupos em termos raciais, sexuais e de classe social.

Os estudos sobre a maternidade se intensificaram a partir da segunda metade do século XX, no contexto do pós-guerra, período de maior participação das mulheres no mercado de trabalho. As novas tecnologias de reprodução e a contracepção foram conquistas da luta dos movimentos feministas em termos de direitos para as mulheres. Nessa época, a possibilidade de escolha reflexiva pela maternidade parecia libertadora, o que viabilizou a construção de uma relação, aparentemente favorável, entre a maternidade e a modernidade (SCAVONE, 2001).

O questionamento da maternidade passou a ser o centro de debates no contexto da segunda onda do feminismo. A partir do debate de gênero e da ideia de papéis socialmente construídos, em um cenário de politização do feminismo, surgiram as primeiras reflexões críticas sobre a maternidade. No cenário do pós-guerra, os estudos de Simone de Beauvoir (1970) e Elizabeth Badinter (1985) questionavam a construção social e o determinismo biológico da maternidade. Para os estudos feministas, a maternidade era a causa maior de dominação do sexo masculino sobre o sexo feminino, pois determinava o lugar da mulher tanto na família, quanto na sociedade, reduzindo-a ao espaço privado, afastando-a da possibilidade de exercer atividades e debates no espaço público (SCAVONE, 2001).

Cabe ressaltar que esse tipo de reflexão sobre a maternidade estava intensamente ligado ao contexto das mulheres brancas e burguesas, visto que para as mulheres negras que foram escravizadas, a maternidade lhes era negada. Segundo Angela Davis (2016), o ideal materno, preconizado no século XIX, não se estendia às mulheres escravizadas, pois estas, aos olhos de seus “proprietários”, eram apenas instrumentos que garantiam a procriação e a ampliação da força de trabalho escravizada. Stéphane Ferrand e Sébastien Langevin (1990, apud SCAVONE, 2001) apresentaram três principais momentos que marcam os debates sobre a maternidade nos estudos feministas:

1) Primeiramente, o feminismo passou a ver a maternidade como um defeito natural (*handicap*). Na conjuntura do avanço das tecnologias de reprodução, que permitiram às mulheres o uso de pílulas contraceptivas, a ideia de recusa da maternidade daria à mulher a possibilidade de buscar uma identidade mais ampla. A recusa da maternidade foi a forma encontrada para afastar a dominação masculina. O eixo desse debate se situou na corrente do feminismo igualitário;

2) No segundo momento, as reflexões sobre a maternidade levaram as mulheres a vislumbrar um poder a partir da maternidade e saberes que a envolviam. Ela passa a ser vista como fonte de poder social, a partir da possibilidade feminina da concepção e dos saberes que envolviam a geração e a criação de um ser humano;

3) No terceiro momento, houve certa desconstrução das ideias anteriores e a maternidade começou a ser vista pelo movimento como “um símbolo construído histórico, cultural e politicamente, resultado das relações de poder e de dominação de um sexo sobre o outro” (SCAVONE, 2001, p. 143). Dessa forma, o maior impacto dos estudos de gênero na transformação da maternidade foi o rompimento com seu determinismo biológico.

Portanto, com base nas lutas dos movimentos sociais e dos estudos feministas, de primeira e de segunda onda, tornaram-se visíveis as opressões sofridas pelas mulheres, considerando que a “segregação social e política” a que elas foram submetidas “tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito” (LOURO, 1997, p. 21).

Embora os movimentos feministas tenham criado um processo de tornar visíveis as opressões sofridas pela condição de ser mulher, não houve, contudo, “pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas” (LOURO, 1997, p. 22). Desse modo, os estudos feministas possibilitaram a refutação do determinismo biológico da maternidade, com base na construção social de gênero, apresentando o controle sobre os corpos das mulheres como uma das formas mais severas de opressão e de dominação do sexo masculino sobre o feminino. Porém, a primeira e a segunda onda do feminismo não abarcaram, em suas linhas de debates, (ou pelo menos não deram centralidade a elas), as condições enfrentadas por mulheres negras, pobres e de “terceiro mundo”, não contemplando as distintas opressões exercidas sobre esses corpos.

Embora a construção social da maternidade seja sócio histórica, ainda hoje a maternidade é percebida como instituição da esfera privada. Prevalece a ideia de que as responsabilidades familiares são assuntos a serem resolvidos privadamente pelas famílias, ao tempo que, as políticas públicas referentes a essa questão são insuficientes, em geral voltadas para a provisão de cuidados das crianças, dos(as) idosos(as), das(os) doentes e das(os) portadoras(es) de necessidades (SORJ, 2007). Esse ideário produz discriminações das mulheres desde o momento da gravidez. Uma das interlocutoras de minha pesquisa expressa como a discriminação ocorreu:

Até aquele momento ali eu estava perfeita, e daí no final da gestação, no oitavo mês, começou a subir a pressão [arterial], subir a glicose, eu tive que faltar ao trabalho, toda aquela história. Então eu tive algumas retaliações eu senti, por parte da direção [da escola], a impressão que dava era de que eu não prestava mais, entende? Inclusive ela fez algumas reuniões comigo até no último dia que eu trabalhei, ela fez uma reunião colocando outras pessoas que iriam ficar e que tinha que ter uma diversificação na horta⁹. Eu olhei para ela assim “mas isso não já não tem?”. É como se o meu trabalho estivesse deixando a desejar (ENTREVISTA COM ANA, REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2020).

9 A interlocutora Ana, professora de educação especial na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), no município de Pato Branco, relatou suas práticas com os alunos, em um projeto de cultivo de uma horta no quintal da escola.

O discurso de responsabilização pelo cuidado de filhas(os) tem relação direta com o discurso de manutenção da noção hegemônica de família tradicional que impõe sobre as mulheres o peso da obrigatoriedade do papel de cuidado na atribuição de papéis sociais de mãe-esposa. Assim, mesmo quando as mulheres ocupam espaços públicos no trabalho, na política e na ciência, elas continuam sendo responsabilizadas, quase que exclusivamente, pelo cuidado e pelas tarefas domésticas.

Embora a tradicional divisão sexual do trabalho venha se alterando à medida que mais mulheres entram no mercado de trabalho, a falta de suporte do Estado para os cuidados da família, juntamente com o desequilíbrio na divisão de tarefas domésticas, vem afetando intensamente a quantidade e a qualidade do emprego, sobretudo para aquelas mulheres que são mães (SORJ, 2008). A maternidade, em muitos casos é vista como um momento de descontinuidade do trabalho remunerado das mulheres.

Para Heleieth Saffioti (2013), essa situação não é provocada apenas pela maternidade e pelas(os) filhas(os) de tenra idade, mas também, pela precarização do trabalho, que atinge, principalmente, as mulheres. Fabiana, uma das interlocutoras de minha pesquisa, narrou que foi demitida em razão da maternidade e da responsabilidade pelo cuidado com as crianças: *“eu ganhei a conta por causa das saídas com as crianças, eu trabalhei lá dois anos e meio”* (ENTREVISTA REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2020).

No Brasil, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), vigente desde 1943, há um capítulo que versa sobre a proteção do trabalho da mulher, composto por cinco seções, dentre eles o Art. 391, que aborda a proteção à maternidade com prognóstico, dentre outros, da proibição da dispensa discriminatória das mulheres gestantes e que garante a licença maternidade, o auxílio maternidade e o tempo, durante a jornada de trabalho, para amamentação (VIEIRA, 2013).

Além da CLT, a CF/88 foi considerada um marco dos direitos sociais no Brasil, estabelecendo, no ordenamento jurídico pátrio, o princípio da igualdade material (Art. 5º), sendo essa uma garantia de direitos para mulheres trabalhadoras, com prenúncio de duração de licença maternidade de 120 dias, proibindo diferenças salariais por distinção de sexo, cor ou estado civil, previsão de estabilidade temporária para

gestante desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto. Assim, em conformidade com a CF/88, foram revisados alguns artigos da CLT (VIEIRA, 2013).

Com relação à força de trabalho, os dados sobre a desocupação e a subutilização¹⁰ (termos usados pelo IBGE, mas que carregam um estigma com relação ao trabalho doméstico – considerado como não trabalho – e dão ênfase ao trabalho remunerado) também desvelam importantes formas de desigualdade de gênero. Entre a faixa etária com maior número de desocupados (14 e 29 anos), 22,6%, existe a diferença de 5,3% a mais para mulheres, em 2018. Já o dado sobre subutilização, revela o problema da responsabilização das mulheres pelos afazeres e pelo cuidado de filhas(os). Nessa categoria, as mulheres representam maioria nas três componentes da subutilização da força de trabalho, chegando a representar 59,3% da força de trabalho potencial. Dessas, 19,7% afirmaram não ter tomado providência para conseguir um emprego por ter que cuidar de afazeres domésticos, de filhas(os) ou de outra(o) parente. Portanto, em 2018, as mulheres representavam 43,7% da população ocupada, mas 54,6% da população subocupada por insuficiência de horas (IBGE, 2019b).

Embora todos esses números revelem a condição de vulnerabilidade das mulheres no mercado de trabalho, a situação se torna ainda mais grave quando se trata de arranjos familiares formados por “mães solo”, com filhas(os) de até 14 anos. Aborda-se a realidade de uma população estimada, no ano de 2018, em mais de 11 milhões de mulheres, dessas, 54% estão abaixo da linha de pobreza, especialmente se essa mulher for preta ou parda, 63%, seus rendimentos *per capita* são inferiores a U\$ 5,50 diários (IBGE, 2019b).

Todos esses fatores implicam na vulnerabilidade das mulheres que são mães e trabalhadoras, principalmente as que são pobres e negras. A responsabilização pelas tarefas domésticas e de cuidados pode contribuir para que as mulheres recebam rendimentos menores por hora trabalhada. Pode, também, contribuir tanto para maior participação dos homens na força de trabalho, quanto as maiores dificuldades que elas enfrentam ao ingressarem e para permanecerem no mercado de trabalho. Com

10 Dentre as pessoas ocupadas, aquelas que trabalham menos que 40 horas semanais querem e estão disponíveis para trabalhar mais horas, ou seja, subocupadas por insuficiência de horas.

efeito, as mulheres vivenciam maior proporção de desemprego, têm menores rendimentos e estão mais sujeitas à informalidade que os homens.

Ademais, para que a mulher-mãe possa buscar o seu espaço no mercado de trabalho, precisa existir, de antemão, a estrutura do Estado que a possibilite o cuidado de sua(o) filha(o). Contudo, no Brasil, no ano de 2018, haviam 3,5 milhões de crianças em creches, enquanto 6,7 milhões de crianças entre 0 e 3 anos não conseguiram vaga (IBGE, 2018b). Esse fato, por vezes, corrobora com a saída ou a não permanência das mulheres no mercado de trabalho.

Portanto, é preciso refletir soluções para que as mulheres, especialmente as que são mães em situação de vulnerabilidade social e econômica, possam ocupar não apenas os espaços privados do trabalho não remunerado e do cuidado, mas também os espaços da esfera pública, exercendo a sua cidadania e buscando o seu desenvolvimento. Os números refletem muitas questões que impedem as mulheres do exercício pleno de seus direitos.

Nesse prisma, diversos estudos apontam para soluções que poderiam contribuir para melhorar a questão da igualdade de gênero, dando condições para que a mulher-mãe possa acessar o mercado de trabalho de forma mais igualitária. Considerando que a esfera doméstica continua a ter centralidade na vida das mulheres, ajustando inclusive sua participação no mercado de trabalho, um cenário futuro que possibilitaria às mulheres uma maior inserção no mercado de trabalho, seria a maior oferta de serviços que auxiliem nas tarefas familiares e domésticas, como maior número de creches e serviços de atenção a pessoas adultas doentes. Assim, garantir às mães trabalhadoras o acesso a creches para as crianças em idade pré-escolar, deixou de ser apenas uma política pública assistencialista, para então representar a democratização do cuidado e a corresponsabilização do Estado com a igualdade de gênero (MOREIRA; PERRINI; RIBEIRO, 2016).

Outra medida possível seria a criação legislativa de uma licença parental, ou aumento da licença paternidade, como é feito, por exemplo, na Espanha, que respondeu ao apelo da necessidade de estabelecimento de políticas públicas de combate à desigualdade de gênero, promulgando a Lei n. 3/2007, a qual, dentre outros preceitos de igualdade de gênero, estipulou a licença paternidade nos mesmos termos da licença maternidade. Essa lei tem como objetivo evitar que somente a mãe se

responsabilize pela criança ao nascer e possibilitar que o pai divida as tarefas na vida familiar (THOME, 2009).

A maternidade, portanto, é uma questão pública e política. Na análise que aqui desenvolvo, importa compreender como a maternidade foi naturalizada e definida de modo universal, na modernidade, organizada politicamente, juridicamente controlada e regulada pelo Estado, onde os corpos femininos se tornaram controlados pelo poder governamental. Ao mesmo tempo, ela se situa, também, no universo das relações familiares, moldadas por afetos, cuidados e apoio, que, por vezes, torna-se um contexto de exploração do trabalho, do exercício da autoridade e da violência (BIROLI, 2018).

Na busca por atribuir um estatuto à maternidade, Françoise Collin e Françoise Laborie (apud HIRATA et al., 2009, p. 133) sustentam que ela “constitui, ao mesmo tempo, uma especificidade valorizada – o poder de dar a vida –, uma função social em nome da qual reivindicar direitos ou direitos sociais, e uma das fontes da opressão”. Esse modelo de maternidade colonial se moldou em função do papel que o cristianismo desempenhou na consolidação do sistema moderno colonial de gênero, sendo a Igreja Católica responsável pela regulação da sexualidade e da reprodução dos indivíduos no período do Brasil Colônia (DEL PRIORI, 2018). Este modelo de “família e maternidade em sua forma moderna ocidental, que se tornaria referência para idealizações ainda ativas – são produtos de um mesmo contexto histórico, qual seja, o do advento da burguesia como classe hegemônica” (BIROLI, 2018, p. 93). Trata-se de processos que permeiam a liberdade de escolha pelo controle do Estado, perpassando a subjetividade das mulheres.

Assim, a liberdade de escolha pela maternidade tem sido um processo constantemente influenciado por instituições como Estado, igrejas e família (BADINTER, 2011). A construção da subjetividade das mulheres está, até o presente, centrada na ideia da maternidade como o fim/finalidade maior de ser mulher. Esse pensamento resulta, em grande parte, da construção sócio-histórica de categorias dicotômicas, homem/mulher, no processo de colonização e de colonialidade sobre os corpos.

Conforme Lugones (2014, p. 936), “a imposição dessas categorias dicotômicas ficou entretecida com a historicidade das relações, incluindo as relações íntimas”.

Contudo, para a autora, as categorias homem/mulher são fictícias e estão a serviço de um projeto de dominação, para designar tão somente quem seriam os civilizados. Por essa perspectiva, “só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as foram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens” (LUGONES, 2014, p. 936).

Dessa forma, investigar a colonialidade de gênero é fundamental para entender como a maternidade foi transformada pelo controle patriarcal, colonial, racista, capitalista e heteronormativo sobre as mulheres. Nesse processo de colonização, importa desvelar a violência, que afetou os corpos das mulheres indígenas e negras.

Para essas mulheres, a maternidade não foi designada como fim, ou seja, elas não tiveram chance de se constituírem como mães, conforme destacam Gonzaga e Mayorga:

A abnegação e submissão feminina prevista para as mulheres europeias não era viável para as mulheres indígenas e negras, consideradas como não humanas, bestiais, inferiores. Elas não cabiam na figura imaginária da virgem que aceita seu destino (GONZAGA; MAYORGA, 2019, p. 64).

Assim, a possibilidade da maternidade tida como parte da constituição do que é ser mulher, foi negada para algumas mulheres que não foram consideradas como “mulher” pela lógica categorial. A estas, foi destinada a reprodução da força de trabalho. Para essas mulheres também foi negado o gênero, conforme salienta Maria Lugones (2014, p. 937), ao definir que “gênero constrói sexo. [...] na distinção entre humano e não humano, sexo tinha que estar isolado. Gênero e sexo não podiam ser ao mesmo tempo vinculados inseparavelmente e racializados”. Nesse processo, o gênero foi excluído, desumanizando a vivência da maternidade indígena e negra. Assim, “o sistema de gênero é não só hierárquico, mas racialmente diferenciado, e a diferenciação racial nega humanidade e, portanto, gênero às colonizadas” (LUGONES, 2014, p. 947).

A instituição patriarcal da maternidade, nos moldes colonial, capitalista, racista, heteronormativo, exerceu seus domínios sobre os corpos femininos, brancos,

européus, ao mesmo tempo em que ignorou e invisibilizou, violentando as diversas outras formas de vivências da maternidade de mulheres indígenas e negras. Ademais, a instituição da maternidade sócio-histórica, nesses moldes, resultou no reducionismo das mulheres apenas às funções corpóreas e na naturalização da procriação. Esse discurso naturalizante se deu em detrimento da mulher, sujeito histórico-social-psicológico, dotado de interesses e aptidões que vão para além do pré-estabelecido (GONZAGA; MAYORGA, 2019).

No Brasil, o controle da maternidade continua sendo patriarcal. A fictícia liberdade de escolha voluntária pela maternidade esconde o controle violento do Estado, tanto sobre os corpos femininos, como em nível da subjetividade das mulheres, o que torna a maternidade compulsória. Ou seja, até o presente, operam os efeitos reducionistas e nocivos do discurso hegemônico. Dessa maneira, o modelo patriarcal transformou sexualidade e reprodução em projetos de dominação, materializados por meio de diversas instituições (Estado, Igreja, Família). O ideal materno segue sendo reforçado por segmentos conservadores da sociedade e, até mesmo, por correntes feministas (BADINTER, 2011).

O Estado segue exercendo o seu poder de forma violenta no controle dos corpos e da maternidade, tornando público o corpo feminino. Institucionaliza a violência no parto, conduzindo as mulheres gestantes à vulnerabilidade e à incapacidade, na qual suas vontades/escolhas não prevalecem sobre a imposição dos aparatos institucionais (ANZORENA; YAÑEZ, 2013). Essas violências perpassam, de maneira mais intensa, a vida de mulheres que são mães pobres e negras, sujeitando-as, por vezes, à esterilização, à criminalização do aborto, à mortalidade materna, à morte violenta de filhas(os) pelas mãos do próprio Estado (BIROLI, 2018).

Para Paula Gonzaga e Claudia Mayorga (2019, p. 61), “o Estado cumpre um papel fundamental para institucionalizar o caráter compulsório da maternidade”. Por isso, a importância do debate sobre a maternidade compulsória *versus* a maternidade voluntária, considerando o papel do Estado na produção de discursos e repressão às mulheres que não optam pela maternidade. A naturalização da maternidade institucionalizada, compulsória e hierarquizante produz efeitos reducionistas e nocivos para as mulheres, além de reproduzir a colonialidade de gênero (GONZAGA; MAYORGA, 2019).

Além dessa dimensão do controle sobre os corpos das mulheres, incide sobre elas as classificações que “definem fronteiras entre, de um lado, formas de vida aceitáveis e valorizadas e, de outro, formas que, por serem estigmatizadas, são alvo de violência simbólica e de privações” (BIROLI, 2018, p. 92). Essas desigualdades são reforçadas por “leis e políticas públicas” que “ativam determinadas concepções de família e, com isso, excluem laços e formas práticas de organização” (BIROLI, 2018, p. 93).

Reduzir a maternidade a um destino central da existência das mulheres tem sido parte do fundamento de um modelo de família que é a gênese da estrutura patriarcal. A manutenção de representações deterministas que diminuem e objetificam as mulheres, reduzindo-as a seres biologicamente programados para funções relativas ao sexo e à procriação, faz com que a recusa pela maternidade seja considerada sintoma de perturbação, enquanto o aborto é considerado crime moral e penal (GONZAGA; MAYORGA, 2019).

Nesses termos, a instituição da maternidade se consolida como uma das formas de reprodução do modelo patriarcal, moderno colonial cristão que se sustenta não apenas por iniciativas repressoras e violentas do Estado, pelo controle da natalidade, pela criminalização do aborto, pela contracepção forçada, mas, também, pelo discurso de poder sobre os corpos, pela imposição de padrões da maternidade ideal, pelo amor e afeto abnegado e incondicional (BADINTER, 2011).

Conforme Flávia Biroli (2018), a maternidade, ao ser acionada pelas organizações que reproduzem a colonialidade do poder, utilizam-na como argumento para que as mães sejam excluídas dos espaços públicos. Porém, o manifesto interesse das mulheres para adentrar espaços de trabalho, na política e na ciência não é aceito como argumento válido para a recusa da maternidade.

Assim, embora exista o debate sobre a superação do patriarcado, a instituição da maternidade ainda é encarada como um aparato patriarcal, colonial, capitalista, racista e heteronormativo de controle e de reclusão das mulheres, onde ser mãe é uma identidade ficcional a partir da qual há uma naturalização das mulheres para o exercício do cuidado. Assim, resigna-se a mulher que é mãe ao espaço privado, por vezes, resultando em completo afastamento delas, do seu papel democrático e da atuação em espaços públicos e políticos.

Percebemos que a construção social e histórica da maternidade, atrelada à hierarquia de gênero, é produto de um lugar: a modernidade. Nesse contexto, o ideário de maternidade, construído em bases eurocêntricas, criou uma realidade de intensa vulnerabilidade para algumas mulheres que são mães, pobres e negras. A condição relacionada à maternidade e à divisão sexual do trabalho situa algumas mulheres mais que outras, em condições de opressão. Para Flávia Biroli (2017, p. 196), “as hierarquias de gênero foram suspensas da análise da esfera pública, tanto quanto as hierarquias que se organizam na convergência entre gênero e classe”. Assim, os padrões de opressões e de hierarquia de gênero continuam se replicando. A responsabilização das mulheres pelo cuidado de filhas(os) foi historicamente construída, aceita e difundida socialmente, uma práxis que permanece até o presente.

Na seção seguinte, buscamos identificar como, questões ligadas ao gênero, à raça e à classe se manifestam na vivência da maternidade, através do reconhecimento e do enfrentamento de múltiplas opressões, que são vivenciadas por elas.

4.1 MATERNIDADE E INTERSECCIONALIDADE

O conceito de interseccionalidade emerge no contexto do feminismo negro nos EUA. Na década de 1980, a jurista americana Kimberlé Crenshaw difundiu esse conceito no campo do direito, apontando para a discriminação gerada em torno de gênero, de raça e de classe social. Essa relação é representada pela metáfora do cruzamento de sistemas discriminatórios, que criam as desigualdades que irão estruturar hierarquicamente os sujeitos (CRENSHAW, 2013).

Para a autora, assim como também para outras teóricas do feminismo negro como Angela Davis (1981), Bell Hooks (1981), Patricia Hill Collins (1990); as desigualdades tratam de “eixos da discriminação”, que são as estruturas sociais produzidas pelo eurocentrismo e que permanecem atualmente na composição da sociedade. Tais eixos, quando combinados, afetam a vida de mulheres, na sua grande maioria negras e pobres, produzindo sobre elas um efeito mais incisivo da colonialidade do ser e do poder (LUGONES, 2008). Conforme Adriana Piscitelli (2008,

p. 267), “as interseccionalidades são formas de capturar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação: sexismo, racismo, patriarcalismo”.

Para Angela Davis, as opressões se entrecruzam, não havendo hierarquia entre elas:

É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. Gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras (DAVIS, 2016, p. 20).

A interseccionalidade permite compreender a manutenção da estrutura social proveniente do colonialismo europeu, ao produzir diversas formas de discriminação e de subordinação para as mulheres, objetivando manter o controle sobre elas. Para Patricia Hill Collins (2015, p.15), “raça, classe e gênero como categorias de análise são fundamentais para nos ajudar a entender as bases estruturais de dominação e subordinação”.

Interseccionalidade é, portanto, uma forma de compreender e analisar a complexidade no mundo, nas pessoas e nas experiências humanas. Os eventos e as condições da vida social e política raramente são moldados ou determinados por um único fator. São, geralmente, ajustados por muitos fatores de formas diversas e que se influenciam mutuamente. Quando se trata da desigualdade social, da vida das pessoas e da organização do poder, a sociedade é melhor entendida como sendo moldada, não por um único eixo de divisão social, seja ele raça, sexo ou classe, mas por muitos eixos que funcionam juntos e influenciam uns aos outros. Como ferramenta analítica, possibilita um melhor acesso à complexidade do mundo e de si (COLLINS; BIGES, 2016).

Para Patricia Hill Collins (2015), as relações de classe, de raça e de gênero são categorias de análise que estruturam as relações de dominação e de subordinação. Essa matriz, na análise da autora, possibilita que se englobe as opressões de raça, de classe e de gênero. Inicialmente, através de instituições sociais, na sequência, por

meio de dimensões simbólicas, via imagens (estereótipos) de grupos de raça, de classe e de gênero diversos, somados, esses fatores criam o pano de fundo para vida social.

Essas três estruturas moldam as oportunidades, posicionam as mulheres em nichos institucionais distintos, que tem graus variados de punições e de dprivilégios. “Supor que todos e todas são afetados/as diferentemente pelo mesmo entrelaçamento simbólico de imagens permite que possamos nos mover em direção a novas análises” (COLLINS, 2015, p. 26). Diante disso, a interseccionalidade de gênero, raça e classe passa a ser uma perspectiva para que se possa analisar as diversas formas de opressão e de exploração que permeiam a vida das mulheres e, nesta pesquisa, especificamente, a vida das mulheres, mães e trabalhadoras.

Para Maria Lugones (2008), tanto o conceito de interseccionalidade do feminismo negro americano, quanto o conceito de colonialidade do poder e do ser, são importantes para analisar o sistema moderno – colonial de gênero. Para a autora, a categoria mulher é racista, pois as negras e indígenas não foram consideradas como mulheres no colonialismo.

Nessa perspectiva, como forma de romper com a dominação colonial, os estudos feministas decoloniais discutem o “sistema moderno-colonial de gênero” e o modo como a opressão e a exploração (relacionadas a questões de classe, de raça, de gênero e de sexualidade) estão conectadas e moldam suas identidades. Com isso, elas buscam evidenciar as mulheres que fazem parte das minorias inferiorizadas, estabelecendo o foco para além do feminismo hegemônico, e desvelando a vivência de mulheres que não são brancas, as que são pobres, que são migrantes e que tiveram, e têm, suas identidades suprimidas pela colonialidade e pelo capitalismo global.

Para Patricia Hill Collins (2015, p.14), “precisamos de novas visões sobre o que é a opressão. Precisamos de novas categorias de análise que incluam raça, classe e gênero como estruturas de opressão distintas, mas imbricadas”. Ao trazer para uma perspectiva decolonial, Ochy Curiel enfatiza que:

Uma posição decolonial feminista implica entender que tanto a raça quanto o gênero, a classe, a heterossexualidade etc. são constitutivos da episteme moderna colonial; elas não são simples eixos de diferenças, são diferenciações produzidas pelas opressões, de maneira imbricada, que produzem o sistema colonial moderno (CURIEL, 2019, p. 45).

Frente a isso, o feminismo decolonial (seguindo as discussões postas pelo feminismo negro) busca um olhar interseccional de gênero, raça e classe, para compreender como a desigualdade de gênero opera em condições distintas de “ser mulher” e “ser mãe” no contexto do Sul-Global, apontando para as vivências de resistência dessas mulheres à colonialidade de gênero e buscando superar as opressões. A maternidade e a divisão sexual do trabalho ainda são meios de opressão para as mulheres e, por isso, os estudos feministas contemporâneos têm se debruçado sobre a interseccionalidade. As mulheres, que são pobres, negras, indígenas e imigrantes, têm sua situação de precariedade agravada quando se tornam mães. Para Flávia Biroli:

A denúncia da maternidade como dispositivo de poder, assim como a agenda de luta pelo aborto, feita pelo feminismo nem sempre é capaz de incluir o fato de que, para a população negra, em diferentes países do Ocidente, o controle da capacidade reprodutiva das mulheres e a vivência da maternidade têm se dado de formas específicas, que não correspondem às formas de controle a essa vivência entre as mulheres brancas. Quando se leva em consideração raça e classe, ganha importância ressaltar que a imposição da maternidade está tão distante do respeito à autonomia das mulheres como cidadãs quanto às políticas que lhes recusam a maternidade (BIROLI, 2016, p. 733).

Por isso, a importância de se compreender que a maternidade pode ser vivenciada de formas distintas, marcada por situações de pobreza, opressão de gênero, de raça e de classe. Para a autora, “o apoio para às mulheres que têm filhos é precário, e incide negativamente, sobretudo para as mulheres negras, que, no Brasil, estão mais concentradas entre os segmentos mais pobres da população” (BIROLI, 2016, p. 736).

Assim, Patricia Hill Collins (2015, p. 18) aponta que “temos que ser cuidadosas/os para não confundirmos essa questão da primazia de um tipo de opressão na vida das pessoas com uma postura teórica que propõe a natureza imbricada das opressões”. Raça, gênero, classe e sexualidade não são espaços

separados, nem existem de modo isolado, mas devem ser entendidos de modo articulado. No processo, a maternidade era negada às mulheres negras, pois elas não eram vistas como mulheres. Para Maria Elvira Díaz-Benítez (2020), o processo de reprodução para mulheres brancas de um lado, e negras de outro, possibilita uma reflexão interseccional. Por meio dessa temática foi possível falar de raça, de racismo, de classe e de opressão, levando em conta que, para algumas mulheres, historicamente, têm sido promovidas campanhas para incentivar a natalidade e, para outras, têm sido adotadas medidas para frear a fertilidade.

Muitas mulheres vivenciam a maternidade em condições de precariedade, de violência, de dominação, de exploração e de marginalização. Nesse contexto, a busca por condições adequadas para criar suas (os) filhas(os) pode motivar a construção de identidades políticas e uma ação em favor dos seus direitos (BIROLI, 2018).

Conforme narrativas das interlocutoras da pesquisa, os marcadores de gênero, raça e classe, na intersecção “mulher-mãe-trabalhadora”, moldam suas identidades, suas oportunidades e suas vivências de formas distintas. Os aspectos ligados à gênero, à raça e à classe, por vezes, resultam em uma gama de limitações nas diversas áreas da vida da mulher-mãe-trabalhadora. Em razão do ideário da maternidade posto socialmente, há um grande silenciamento em torno da responsabilização pelo cuidado das crianças pelas mulheres que são mães.

A vivência da maternidade ainda é percebida como uma experiência e uma questão privada, que reflete diretamente na esfera pública, no exercício pleno da cidadania para mulher. Nesse sentido, para Patricia Hill Collins (2015), é preciso realizar análises somatórias da opressão, identificando como se assentam, para que se saiba onde estão localizadas. Faz-se necessário um olhar mais humano para as articulações de raça, classe e gênero, a fim de perceber que é por esse olhar interseccional que a mulher que é mãe continua sendo mãe quando está exercendo uma profissão.

Nesse sentido, a perspectiva feminista decolonial se apresenta como entendimento para uma práxis descolonizadora de gênero. Para tanto, importa o enfrentamento da intersecção dos eixos de opressões/discriminações que perpassam a vivência de mulheres-mães. Por isso, a importância da investigação da maternidade interseccional de raça, gênero e classe.

4.2 AS VIVÊNCIAS DA MATERNIDADE

A vivência da maternidade é atravessada por desigualdade no âmbito privado e na distribuição de carga de trabalho, tanto dentro, como fora do lar. Para as entrevistadas, no contexto de Pato Branco, essa vivência trouxe um grande volume de trabalho físico e mental e com isso uma gama de limitações que perpassam diversos aspectos de suas vidas: profissional, tempo, escolhas, financeiro, espiritual, relacionamentos e perspectivas futuras.

Verifiquei que, das 10 participantes que foram entrevistadas, oito planejaram a gravidez. As duas mulheres que afirmaram que a maternidade não foi planejada, relatam que aconteceu quando eram bem jovens – uma adolescente e outra cursando ensino superior – as outras oito interlocutoras afirmaram ter planejado a gravidez juntamente com seus companheiros.

Para Juliana,

Ser mãe, era um sonho que foi muito sonhado, que acabou se tornando realidade aos 39 anos quando eu achei que não conseguia mais e tive que abrir mão do meu trabalho, mas com muito amor por ter ela e pelo bem estar dela (JULIANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 9 DE NOVEMBRO DE 2020).

Essa narrativa expressa o ideário da maternidade, o “ser mãe” como uma grande realização pessoal. Essa expressão perpassou todos os depoimentos das interlocutoras da pesquisa. Mesmo diante dos percalços da maternidade, as entrevistadas sempre tratam da vivência da maternidade como permeada por relações de afeto:

Esse processo que eu estou sozinha com eles é tudo redobrado, mas não tem dinheiro no mundo que pague, não troco por nada assim sabe, não fico sem [os filhos]. Eles ficaram esse final de semana fora eu já fico perdida, está me faltando alguma coisa, eles são meus companheiros. [...] Ser mãe, é muito gratificante porque ser mãe é um dom que Deus dá para nós mulheres, carregar nove meses a criaturinha. Porque mãe nunca vai deixar de ser mãe por mais que seus filhos tenham 20, 30, 50 anos que seja, a gente sempre vai ser a mãe, sempre vai ser o alicerce, e por mais que tenha o pai você pode ver é a mãe o alicerce, tudo é a mãe (FABIANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO 2020).

Ser mãe, acho que ser mãe é uma coisa que preenche você, é amor sem fim na verdade. Em primeiro lugar é teu filho, antes de você. Então tudo que eu faço é por ela hoje, sempre por ela. [...]Depois que eu tive ela [Isadora], então ela é minha companhia, minha companheira. Não me sinto, não me senti mais sozinha, então ela sempre está do meu lado para tudo, nos piores e nos melhores momentos. É sempre ela que está ali do meu lado me apoiando (ADRIANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 2020).

A única coisa boa foi Théo que eu agradeço a Deus todos os dias que é meu companheirinho, ele é uma benção, é um presente que Deus me deu a essas alturas, nessa idade (MARCIA, ENTREVISTA REALIZADA EM 6 DE NOVEMBRO DE 2020).

Ser mãe era um sonho que foi muito sonhado, que acabou se tornando realidade aos 39 anos quando eu achei que não conseguia mais e tive que abrir mão do meu trabalho, mas com muito amor por ter ela e pelo bem estar dela (JULIANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 9 DE NOVEMBRO DE 2020).

Ser mãe, na verdade é, eu acho que é uma realização de muitas mulheres, não digo de todas porque nem todas têm esse sonho. [...] Então eu acho que é um sonho bem particular, uma questão particular, eu acho que é a realização de um sonho e eu vejo que é uma responsabilidade grande também [...] (CRISTINA, ENTREVISTA REALIZADA EM 1 DE NOVEMBRO DE 2020).

Ser mãe, nossa para mim foi a realização de um sonho, é algo maravilhoso porque eu já tive ele tarde, já tive ele com 38 anos, então para mim foi algo inexplicável sabe, ter ele para mim assim foi maravilhoso (ANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2020).

Ser mãe é tudo na verdade, que eu falo bem a verdade, depois que a gente tem os filhos da gente, a gente não imagina nossa vida sem eles. A gente não lembra como que era nossa vida sem eles, é tudo para eles na verdade (CARLA, ENTREVISTA REALIZADA EM 8 DE OUTUBRO DE 2020).

Ser mãe, para mim, é um privilégio. Eu tenho muitos problemas na família de pessoas que não podem [ter filhas(os)] e demoraram para gerar e demoraram para conseguir adoção. Então eu vejo assim que na minha vida foi um privilégio, é um sonho realizado e é um grande desafio (PAULA, ENTREVISTA REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2020).

Ser mãe, é a razão de viver da gente [risos], é tudo. Não tem palavras para explicar, que eles tomam conta de cada órgão do corpo da gente (CLAUDIA, ENTREVISTA REALIZADA EM 6 DE DEZEMBRO DE 2020).

Ser mãe, o principal que eu posso te falar assim é realização sabe, que antes da maternidade era uma visão de vida, de percepção das coisas sabe, tinha outro sentido, e depois da maternidade ganha um novo sentido sabe, eu me sinto mais realizada com poucas coisas, os sonhos estão diferentes (SIMONE, ENTREVISTA REALIZADA EM 8 DE OUTUBRO DE 2020).

Nesse contexto, a maternidade é enfrentada como problema político, em que a condição biológica da mulher de gerar filhas(os) não deveria ser um limitador para o exercício de sua cidadania. Visto que se apresenta, nas narrativas, dentro de um contexto de realização pessoal, carregada de afeto, de abnegação e de responsabilização: *“Ser mãe é uma dádiva de Deus, nossa é tudo, é maravilhoso a gente ser mãe, a gente aprende muito com os filhos e eles são a alegria da gente”* (MARCIA, ENTREVISTA REALIZADA EM 6 DE NOVEMBRO DE 2020).

Muito desse ideário da maternidade é fruto da construção social da maternidade, interligado ao discurso médico e aos ideários de família nuclear preconizados desde o século XIX (BADINTER, 2011). Dos relatos das participantes sobre como se deu a maternidade em sua vida, pude observar ainda mais essa relação. Dessas narrativas, outra questão que chama a atenção, é o fator da idade para a maternidade. Fabiana conta que:

O João foi planejado e o outro veio no susto, a gente já tinha feito plano de que com 30 anos eu queria ter filhos, e deu bem certinho. Eu estava com trinta anos e tinha medo, é perigoso mais tarde, era essa minha preocupação (FABIANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2020).

A menção à idade, em sua narrativa, traz consigo outros elementos importantes. Um deles é uso do termo “medo”, sentimento ligado à probabilidade de não poder gerar filhas(os) após certa idade. Outro elemento, “perigoso”, que está relacionado à possibilidade de gerar filhas(os) e ter complicações de saúde. A preocupação em gerar filhas(os) aparece frequentemente nas narrativas sobre a decisão pela maternidade, em que o chamado “relógio biológico” feminino aparece como elemento central da escolha. Com isso, a menção à idade avançada aparece em sete das 10 narrativas de minhas interlocutoras, como entrave para a maternidade, que era um grande objetivo, um sonho para elas.

Para Cristina, Ana, Carla, Paula, Marcia e Claudia, a idade foi o fator determinante para a decisão de ser mãe. Embora o debate acerca dos fatores biológicos da maternidade não seja central nesta pesquisa, a relação entre a idade e

a decisão por ter filhas(os) perpassa as questões relacionadas à construção social de gênero e da maternidade e à responsabilização das mulheres.

A construção social da maternidade, que resulta na feminização do cuidado, acaba por refletir sobre a vivência da maternidade de diversas formas. Nesse contexto, busquei identificar o que mais se alterou em suas vidas após a maternidade. Para a maioria, a área da vida que mais se modificou foi a participação no mercado de trabalho e na vida profissional. É possível observar, também, questões ligadas diretamente à vivência da maternidade, por exemplo: na educação das crianças, na rede de cuidados, até mesmo no próprio ofício de ser mãe, expectativas relacionadas à responsabilização e à feminização do cuidado.

Conforme a narrativa de Carla, as renúncias podem ter início durante a gestação:

A gente tem que se readequar totalmente, é um giro de 360 graus. Eu tive que trancar a faculdade por conta da gravidez, eu tranquei a presencial que eu cursei por 2 anos e meio daí eu voltei depois que eu tive ela, online, semipresencial, daí tranquei novamente e agora que eu estou fazendo, agora que eu voltei para ver se eu consigo concluir minha faculdade, porque até então não consegui concluir (CARLA, ENTREVISTA REALIZADA EM 8 DE OUTUBRO DE 2020).

Nesse sentido, Juliana, relata o sentimento de realização pessoal por ser mãe, quando afirma que vive a maternidade sonhada, porém salienta que, assim como Carla, a sua escolha pela maternidade lhe trouxe algumas renúncias na vida profissional. Ao decidir ser mãe teve que trancar a faculdade de administração, ainda durante a gravidez e, após o nascimento de sua filha, pediu demissão do trabalho em um estabelecimento comercial, onde era vendedora de roupas. Justificou que o motivo para não retornar ao trabalho após a maternidade foi que o seu salário não daria para pagar uma babá para a filha. Ela também não havia conseguido vaga na creche e por isso optou por ficar em casa para cuidar da criança e fazer o trabalho doméstico:

Eu já estava quase formando, faltava um ano, um ano e pouquinho. Eu tranquei porque eu tava com um barrigão, aí não tinha mais, não conseguia mais ir lá para fazer as provas, não tinha mais ânimo, trabalhava o dia inteiro

de pé aí de noite não dava, daí tranquei (JULIANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 9 DE NOVEMBRO DE 2020).

Com relação ao trabalho, ela conta que:

Eu ia voltar em maio, bem no inverno, ela já tava com cinco meses, só que ela não quis pegar a mamadeira, aí pensei a vou sair um tempo, dezembro por aí se der eu volto, se encontrar alguma coisa (JULIANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 9 DE NOVEMBRO DE 2020).

Sobre a vida profissional, Juliana afirmou que pretende, futuramente, exercer uma atividade que possibilite a conciliação com o cuidado da filha. Trata-se de uma mudança de carreira em virtude da maternidade, algo comum, tendo em vista a adaptação que as mulheres necessitam fazer na rotina, com a chegada de um(a) filho(a): *“Quero voltar a estudar ou de repente mudar para o curso de pedagogia. Não sei se eu consigo mudar uma coisa assim. Eu gostaria de trabalhar com crianças”* (JULIANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 9 DE NOVEMBRO DE 2020).

Claudia relatou que, após a maternidade, as prioridades em sua vida mudaram:

Antes de eu ser mãe eu trabalhava é no comércio de segunda a segunda, não tinha final de semana. A gente queria ter um futuro, casa, carro, essas coisas. Hoje não, hoje a minha programação é, no fim de semana, ficar com as crianças não tem trabalho, independente se vão me pagar 300 reais. É os piá que são a preferência sempre (CLAUDIA, ENTREVISTA REALIZADA EM 6 DE DEZEMBRO DE 2020).

A responsabilidade pela educação das(os) filhas(os), também surge como uma inquietação que permeia a vida das mulheres-mães-trabalhadoras. Fabiana expressa que sua maior preocupação como mãe é a educação dos dois filhos:

A parte de educar é difícil, porque hoje está tudo virado para a internet e a televisão. Você ensina uma coisa e a televisão mostra outra. Tá bem complicado acho que o pior é a educação, hoje, o que me preocupa (FABIANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2020).

A responsabilização pelo cuidado com as crianças é outro motivo de preocupação após a maternidade. A presença ou a ausência de uma rede de apoio ao cuidado aparece como central nas narrativas das participantes. Juliana descreve a sua preocupação em não ter com quem deixar a filha, por não ter ajuda de familiares próximos, a não ser da sua cunhada, que tem 15 anos. Ela tem receio de deixar sua filha de oito meses sob o cuidado de pessoas estranhas: *“Minha mãe é falecida, aí tenho que me virar praticamente sozinha e com a minha cunhada. Só que daí eu tenho medo deixar só com ela porque começa a comer, ela começou a comer daí é perigoso”* (JULIANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2020).

Nessa fala é possível observar que a perspectiva do cuidado das crianças é relacionada a uma rede de mulheres, seja pela ausência da mãe ou pelo auxílio da cunhada. Não se coloca no horizonte, a possibilidade de homens participarem dessas tarefas. Claudia relatou que é totalmente sozinha na responsabilidade de cuidado dos filhos:

Eu não tenho pai, não tenho mãe, não tenho, porque geralmente quem tem filhos conta com a avó, a sogra, o sogro e eu não tenho essas coisas. Não tenho sogro nem sogra e nem vô e nem vó, então é bem dificultoso. Então não consigo emprego. Logo que me separei eu fui na CEVA [atual frigorífico VIBRA] pedir emprego de mensalista e não me pegaram porque o Geovane era pequeno (CLAUDIA, ENTREVISTA REALIZADA EM 6 DE DEZEMBRO DE 2020).

Além da ausência da rede de auxílio para os cuidados, da situação do desemprego, ela enfrenta a disputa judicial de seu ex-companheiro, ao qual foi concedido o direito de ficar com a guarda dos filhos. Isso vem lhe causando grande abalo emocional e constrangimentos:

E por causa disso que ele está com as crianças. Ele deixa bem claro, de modo curto e grosso, que eu vou ter que pagar alguém, que ele tem o pai e a mãe dele, ele tem o negócio próprio dele, ele pode cuidar das crianças, e que eu não tenho ninguém (CLAUDIA, ENTREVISTA REALIZADA EM 6 DE DEZEMBRO DE 2020).

Marcia conta como foi difícil a vida sem ter mãe e como precisou aprender o ofício da maternidade. A situação ficou ainda mais difícil quando faleceu o marido, pai de sua primeira filha, cabendo-lhe todas as tarefas enquanto provedora do cuidado e, também, da renda para manutenção da família: *“Eu nem sabia o que era ser mãe porque a minha mãe eu perdi com 3 anos. Então eu não sei o que que é ter mãe, eu tive que aprender a ser uma. E daí eu perdi meu marido com 19 para 20 anos”* (MARCIA, ENTREVISTA REALIZADA EM 6 DE NOVEMBRO DE 2020).

Em relação ao circuito das redes de cuidado, a maioria contou que tem a ajuda do companheiro e/ou de familiares. A avó materna (mãe da mãe) é a quem mais foi mencionada e, em algumas ocasiões, a avó paterna (mãe do pai):

O Pedro ia na creche até março, só meio período, o João já ia na aula de tarde. De manhã eles ficavam com a minha mãe e daí dormiam até tarde, não davam tanto serviço [...]. Hoje a única pessoa que me ajuda é a mãe (FABIANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2020).

Sempre tive a minha mãe que ajudou a cuidar dela [filha] por isso que eu consegui trabalhar, porque senão eu nem conseguiria, se não tivesse a minha mãe para ajudar a cuidar dela [...]. Minhas irmãs sempre me ajudaram com ela também porque as vezes a mãe precisava ir em médico, precisava sair para alguma coisa, aí minhas irmãs ficavam cuidando dela pra mim (ADRIANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 2020).

Quando eu tava casada contava muito com a avó [paterna] das crianças, sabe (CLAUDIA, ENTREVISTA REALIZADA EM 6 DE DEZEMBRO DE 2020).

Por outro lado, algumas participantes mencionaram a falta dessa rede de apoio familiar por fatores como a distância geográfica das avós que residem em outras cidades e/ou estados:

Tive muito pouco assim, o apoio da minha mãe. Então no início fui eu e ele mesmo. Aí depois, quando eu comecei trabalhar, eu conciliava o meu trabalho com a escola dela, então eu sempre dei prioridade, porque como o Ricardo não tinha horário, não tinha dia, nada, então não tem o que escolher (CARLA, ENTREVISTA REALIZADA EM 8 DE OUTUBRO DE 2020).

Eu nunca tive, eu não tinha uma rede de apoio, meus pais moram em outro estado e os meus sogros moram em outra cidade, no interior de Francisco

Beltrão. Aqui na cidade sempre fui eu ou meu esposo (SIMONE, ENTREVISTA REALIZADA EM 8 DE OUTUBRO DE 2020).

Algumas das participantes também relataram que suas mães já são falecidas (Marcia, Juliana e da Claudia) e, com isso, não contam com este apoio para o cuidado das crianças.

Outro sentimento narrado frequentemente em relação ao cuidado das(os) filhas(os) e à responsabilização da maternidade é a autocolpabilização. Para as mulheres-mães que tem certa estabilidade no trabalho remunerado, uma de suas maiores preocupações é em relação à ausência na educação das crianças:

Você não estar presente, porque de certa forma a gente acaba terceirizando muita coisa, então se eu pensar que 8 ou 9 horas por dia eles vão para a escola ou eles estão fora e eu vou chegar pegar eles 5 horas da tarde e 8 ou 9 horas da noite eles já vão dormir. Então isso que é mais, acho que a maior dificuldade de não poder exercer a maternidade, estar com eles, não em tempo integral, mas uma demanda de tempo maior assim (PAULA, ENTREVISTA REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO).

A partir das narrativas das mulheres sobre as mudanças ocorridas após a maternidade, é possível perceber, também, a formação de uma nova identidade “mulher-mãe”. A maternidade, vista socialmente como uma atividade de responsabilidade das mulheres, faz com que elas necessitem se “readequar” para uma mudança completa de suas rotinas, colocando-se, inclusive, em uma posição secundária em detrimento das(os) filhas(os). Situação que não é assimilada de igual forma pelas mulheres. Ana relatou enfrentar certo desconforto ao encarar a nova rotina como mãe, apontando que as pessoas romantizam a vivência da maternidade:

Então assim, em relação a maternidade no início foi essa mudança da vida, da função toda que mudou. A maternidade, as pessoas romantizam ela demais e na hora que a gente vai vivenciar não é tudo aquilo. Sou bem sincera com você, foram 30 dias sem dormir, ele trocou o dia pela noite, foi um momento assim exaustivo e sem apoio porque a minha família não é daqui (ANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2020).

Assim como Ana, Cristina relata outra nuance, sobre o modo como os discursos da maternidade, muitas vezes, ocultam seu lado penoso e enfatizam apenas os aspectos positivos, o que também aparece em outras narrativas:

Eu acredito que é uma realização e algo gratificante também, ao mesmo tempo cansativo. Não vamos falar que é fácil, que acho que isso que está se perdendo bastante, pois antes falava-se só o lado positivo para as pessoas perceberem, agora se fala bastante questões negativas. É uma luta constante, a gente não sabe o que tem por vir (CRISTINA, ENTREVISTA REALIZADA EM 1 DE NOVEMBRO DE 2020).

É pela colonialidade de gênero, imposta pelo patriarcado, que ocorre a responsabilização pelo cuidado das(os) filhas(os) às mulheres. A mulher que é mãe passa a estar em uma estrutura, cuja colonialidade do poder, do ser e do saber, opera sobre elas, para domesticar os seus corpos no padrão aceitável (FEDERICI, 2004).

A responsabilização se manifesta, nas narrativas das interlocutoras, na carga física e mental. São várias as preocupações e as inseguranças em torno do cuidado, da educação, da garantia das condições materiais e afetivas. Nesse cenário, a figura paterna aparece como uma “ajuda”, embora, inicialmente, a opção pelas(os) filhas(os) tenha sido de ambos, para maioria das entrevistadas.

O fato é que, embora o sentimento de realização pessoal em relação à vivência da maternidade seja semelhante entre as mulheres entrevistadas, essas experienciam formas diferentes em relação ao gênero, à raça e à classe.

4.2.1 Como gênero, classe e raça afetam a maternidade

As intersecções de raça, gênero e classe posicionam as mulheres em nichos institucionais distintos, que tem graus variados de opressões e de privilégios. Como já mencionei, nesta pesquisa, a relação entre gênero e classe fica mais evidente na vivência da maternidade entre as mulheres entrevistadas. Elas descrevem os desafios da maternidade solo, do desemprego, das ocupações precárias, dos constrangimentos sofridos nas tentativas de retorno ao mercado de trabalho. Assim,

o sexíssimo e o patriarcalismo fazem com que muitas mulheres passem por situações de constrangimento no mercado de trabalho e na vida particular pelo fato de serem mães.

Patrícia Hill Collins (2015) aponta que mesmo que as opressões estejam imbricadas, haverá a primazia de um tipo de opressão na vida das pessoas. No contexto desta pesquisa, é possível perceber, pelas narrativas das mulheres, a primazia das questões de gênero, principalmente pela responsabilização, quase que exclusiva, delas pelo cuidado. Mesmo considerando que as desigualdades de gênero afetam mulheres em distintos contextos, as entrevistadas da pesquisa raramente apontaram para opressões raciais (racismo), pois são, em sua maioria, mulheres brancas. Além disso, a escolaridade delas é relativamente alta (quase todas já ingressaram no ensino superior), o que também se traduz em rendas médias entre R\$ 1.045,00 e R\$ 4.180,00 (não colocando tão centralmente a questão do desemprego e da renda baixa, que geraria preocupações com relação à garantia material dos meios de vida).

Nesse contexto, algumas nuances relacionadas a perspectivas imbricadas de gênero, de classe e de raça aparecem como forma de preocupação para algumas mulheres-mães. Em sua narrativa, Juliana menciona a preocupação em retornar ao trabalho para contribuir com as despesas da casa:

A questão de não poder ir trabalhar. A gente fica em casa e cuida com muito amor tudo, só que seria bom trabalhar porque daí também tem uma renda a mais, porque só um ganhando [salário] não é fácil (JULIANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 9 DE NOVEMBRO DE 2020).

Fabiana relatou que, quando estava empregada, o que recebia não era suficiente para custear o salário de uma pessoa que poderia cuidar dos seus filhos: *“Fui ver uma ‘tata’¹¹, elas não pedem menos de R\$ 500 reais, daí eu só trabalho para*

¹¹ O termo “tata” é geralmente utilizado regiões dos estados do sul do país para designar as babás. Muitas vezes essas babás são ainda menores de idade que recebem uma remuneração que não se equipara ao salário mínimo. A “tata” pode trabalhar meio período e cuidar somente das crianças, mas também pode realizar todos os trabalhos domésticos enquanto cuida das crianças. A Lei Complementar nº150 de 01/06/2015, que dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico, trouxe mais segurança para as trabalhadoras mulheres, que são a grande maioria a desempenhar essas funções.

pagar a ‘tata’” (FABIANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2020).

Na fala de Fabiana, percebe-se que os salários baixos recebidos pelas mulheres que saem para trabalhar fora do espaço doméstico faz com que sejam ainda mais precarizados os trabalhos das mulheres que trabalham como “tatas”, babás de outras crianças, valores que, muitas vezes, não chegam a um salário mínimo.

Atualmente, Fabiana, que é mãe solo, recebendo seguro desemprego, é a responsável financeira por custear as despesas da casa, desde que o seu ex-companheiro deixou de pagar, com regularidade, a pensão alimentícia para os filhos:

Ele pagava pensão, mas de uns tempos para cá não está mais pagando direito, paga um tanto agora e um tanto lá não sei quando. Quando tem filho é aquela responsabilidade total. Ele acha que o filho é só fazer e pronto, filho eles têm gasto em tudo, ainda que os meus piá são bem de boa, o que você dá eles comem [...]. Seria bom ter ajuda, mas como não tem, só sou eu, tenho que me virar em duas e batalhar (FABIANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2020).

Para as mulheres, a pobreza incide não apenas de forma desigual, como de maneira desproporcional em relação aos homens. Além disso, a pobreza reflete fatores multidimensionais, ligados a gênero e à classe. No Brasil, embora tenha havido programa de transferência de renda direcionados, em boa parte, para mulheres, entre os anos de 1995 até 2015, a desigualdade no acesso à renda em relação aos homens e entre as mulheres possibilita a ativação de um mecanismo cruel, a mercantilização das tarefas domésticas, permitindo que às mulheres com maiores rendimentos passem menos horas realizando essas atividades. Enquanto mulheres com renda de trabalho de até um salário mínimo se dedicam 24h semanas em trabalho doméstico, mulheres de camadas mais altas (acima de oito salários mínimos) alocam, em média, menos de 13h semanais a essas atividades. A renda também é um fator determinante do tempo que mulheres e homens se dedicam aos afazeres domésticos, sendo que as mulheres com menor rendimento se dedicam mais horas a essas atividades. As questões ligadas à feminização da pobreza são sensíveis, especialmente nesse momento de pandemia, quando estudos apontam que o Brasil deve ter um retrocesso de 15 anos na taxa de pobreza (PINHEIRO; REZENDE, 2020).

A situação econômica do país, que desde 2015 sofre retrocessos, especialmente na oferta de emprego e de políticas públicas, tende a piorar em virtude da pandemia do coronavírus, levando as famílias à instabilidade financeira. Essas situações se apresentam nas narrativas. Ana relata um pouco da sua rotina. Ela é professora concursada no município, no entanto, pela condição de saúde de seu companheiro, precisa buscar outras formas de renda para arcar com as despesas médicas de seu filho:

Trabalho 40 horas, eu faço unhas aos sábados à tarde, eu faço vendas de Avon, eu ainda faço as entregas. Tudo é para conseguir dar conta da questão financeira porque o meu marido tem problema de saúde e gasta bastante, o Miguel teve vários problemas respiratórios. Então o nosso gasto de farmácia não baixava de 600, 900 reais só com o Miguel. Então tudo isso é realmente necessário fazer (ANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2020).

Assim como Ana, as participantes relatam outras formas de articulações que se dão na intersecção de gênero e classe:

Não gasto muito com os piá, porque tem a minha prima que tem os filhos dela que são um pouquinho mais velhos, e ela passou tudo do Miguel para o João. Desde que o João nasceu poucas vezes eu tive que comprar roupa para ele e para o Pedro. Eu passo [as roupas] do João para o Pedro que deu uma espichadona e agora já serve (FABIANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2020).

Na fala de Fabiana, observa-se a preocupação com os gastos com as vestimentas das crianças e o auxílio mútuo que se estabelecem entre as mães, que repassam as roupas para as outras. Essa articulação pode ser pensada, também, a partir da interação das mães no grupo do *facebook* “Mães de Pato Branco: desapego dos filhos”, com mais de 7,3 mil participantes, que diariamente buscam a compra/venda/troca de roupas, de brinquedos e de acessórios de criança, que sejam de “segunda mão”, por um valor acessível, bem abaixo do valor de venda em lojas do segmento.

Outro apontamento feito por uma das entrevistadas da pesquisa, em relação a sua vivência da maternidade, acontece na intersecção de gênero, classe e raça. Ana,

a única das interlocutoras da pesquisa que se autodeclarou negra, relatou situações de preconceito e racismo em razão de sua cor. Ela relatou um acontecimento vivenciado por ela e por seu companheiro recentemente, quando estavam fazendo compras e foram perseguidos pelo segurança de uma loja:

Aí, quando ele mostrou a arma, você não queira saber como que eu fiquei sabe? Que ele fez de propósito. E assim me deixou tão irritada e eu fiz de propósito, eu digo, a hora que eu fui para o caixa esperei que ele chegasse perto, para ver se eu ia pagar. De repente mostrei “ó, estou pagando as coisas”, só faltou dizer para ele: “ó, estou pagando, está vendo?”. Mas ele entendeu bem, porque eu olhei bem, fui num horário assim, bem que ele tava próximo para ele ver, porque não é assim agora, porque entrou dois pretos e vai roubar, entende? (ANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2020).

A experiência do racismo cotidiano fez com que Ana nos relatasse suas preocupações em relação ao seu filho:

E em relação ao meu filho, eu tenho uma preocupação muito grande. Até às vezes, a gente vê ali, algumas matérias, agora pouco, passaram na televisão, de injustiça, com o jovem que entrou no shopping para comprar um relógio, aquele outro também, que foi humilhado num condomínio. Então, ai senhor, proteja meu filho. Porque meu filho vai ser, vai ser moreno. E queira ou não queira onde que a gente mora? Eu moro aqui no bairro Santo Antônio, perto do posto Idasa, Delta. Você já pensou, um pretinho e da zona Sul¹²? Porque queira ou não queira eu percebo isso, assim, muito aqui em Pato Branco, é muito grande a discriminação (ANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2020).

Embora todas as entrevistadas da pesquisa apresentem, em suas narrativas, uma grande preocupação em relação à criação das(os) filhas(os), na intersecção de gênero, classe e raça, as preocupações ligadas ao preconceito racial se intensificam para a mulher-mãe negra, que vivencia o racismo cotidiano em uma região que passou pelo processo de branqueamento da população, fomentado pelo Estado. Ana relatou que vem ensinando o seu filho, para que ele seja consciente em relação a sua identidade:

12 Região que concentra 12 bairros mais pobres do município de Pato Branco. Disponível em: <http://patobranco.pr.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/Anexo-VIII_Mapa-de-Abairramento-e-Regionaliza%C3%A7%C3%A3o.pdf>.

Eu quero passar para o Miguel que ele se aceite, porque ele veio com uma história, esses dias, de que ele não era preto, que ele era branco. Eu não sei de onde ele tirou. “Mas que cor que você é Miguel?” “Branco”. “Não filho, você não é branco, você é pretinho”. “Não, eu não sou preto”. E daí eu coloquei para ele: “Não filho, você não é branco, então você é marrom, tá!? Você pode ser marrom, mas branco você não é. Ó, o branco é essa cor aqui! Você é dessa cor? Então não é branco” (ANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2020).

Na fala de Ana, fica explícito o racismo que atinge o seu filho, e aqui se pode observar como a colonialidade do ser opera, em que se coloca o ser branco como parâmetro de humanidade, a ponto de uma criança, mesmo nos seus primeiros anos de vida, passar a pontuar essa questão.

Nas narrativas das mulheres-mães, pude perceber que há distintos atravessamentos interseccionais de gênero, classe e raça. Essas vias de opressão vão afetando a vida dessas mulheres e de suas(os) filhas(os) de maneiras diversas, o que me faz compreender que não é possível falar em uma forma universal de maternidade ou de mulher, como já tem sido amplamente referenciado nos estudos de gênero e maternidade. Há os cruzamentos dos eixos de opressões na vivência da maternidade e, a partir das narrativas de Ana, percebe-se como o racismo, além das questões de classe e de gênero afetam a vida da mulher negra. Para Patrícia Hill Collins (2015, p. 18), “a maioria das mulheres negras experimenta os efeitos negativos das opressões de raça, classe e gênero simultaneamente”.

Em suma, das narrativas das participantes é possível perceber como o acesso a espaços e a recursos se vincula às questões de gênero, de classe e de raça. Fabiana ficou encarregada, exclusivamente, pelo trabalho (gratuito) de cuidado e de tarefas domésticas e a sua rede de apoio é restrita a sua mãe, que é idosa e cuida de outras crianças da família, não podendo contar nem mesmo com ajuda do pai de seus filhos, que reside em outra cidade. Essa situação foi agravada pela pandemia, com o fechamento das escolas, não podendo exercer trabalho remunerado em virtude do trabalho gratuito, o que reflete diretamente em sua renda, impedindo de contratar serviço de cuidado e, também, de buscar uma vaga no mercado de trabalho. Seu único rendimento é o seguro desemprego.

Juliana, que é mãe de uma bebê, também saiu de seu trabalho em virtude da pandemia, para exercer atividade não remunerada de cuidado, embora ela devesse retornar ao seu posto de trabalho após a licença maternidade. Sem vaga na creche, sem condições de pagar uma trabalhadora do cuidado, sem um circuito de ajuda (mãe falecida, sogra reside em outra cidade), ou seja, sem ter para quem delegar o trabalho de cuidado, não lhe restou outra alternativa senão pedir demissão. Atualmente não exerce atividade remunerada por causa do trabalho de cuidado e a sua maior dificuldade é encontrar alguém que cuide de sua filha: “*Queria voltar o mais breve possível. Primeiro eu vou deixar a minha filha com alguém que cuide bem dela para depois voltar, também não vou deixar ela na mão de qualquer um*” (JULIANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 9 DE NOVEMBRO DE 2020).

Cristina, que é mãe de uma menina e um menino, em virtude de sua profissão e de sua condição financeira, divide as tarefas domésticas e de cuidados do filho e da filha com seu companheiro, com familiares e com a escola particular. Para ela, a maternidade é a realização de um sonho, mencionou que tem interesse em gestar novamente, intencionando a(o) terceira(o) filha(o).

Ana, que é mãe de um menino, é professora concursada na rede municipal de ensino do município de Pato Branco, trabalhando 40h semanais em *home office*, durante a pandemia. Em relação ao trabalho de cuidado e às tarefas domésticas, afirma que todas as atividades são compartilhadas com seu companheiro, mas que ainda assim, precisa dar conta de vários papéis na rotina diária.

Carla, que é mãe de uma menina, relatou diversas dificuldades, em virtude de sua condição financeira. Ela também teve que abrir mão do trabalho remunerado, conseguindo retornar ao mercado de trabalho um ano e meio após o nascimento de sua filha. Atualmente, ela e o companheiro encontraram na venda de pizzas, uma saída para o desemprego de ambos durante a pandemia.

Simone, mãe de duas meninas, atualmente é assistente social concursada no município de Pato Branco. Relatou que enfrentou diversas dificuldades no início de sua carreira como assistente social, quando ainda residia em uma cidade onde não tinha familiares, e seu companheiro trabalhava em outra cidade. Inicialmente, seu salário era destinado para pagar uma babá para cuidar de sua filha, sendo que agora tem uma carreira estável e pretende seguir nela.

Paula, mãe de dois meninos, é professora concursada no município de Pato Branco, divide as tarefas de cuidado dos filhos com seu companheiro e com familiares, neste momento de pandemia. Para ela, o concurso permitiu uma estabilidade após o retorno de sua licença maternidade. Atualmente, tem uma rotina extenuante, onde concilia a profissão, a maternidade e o mestrado. Diz-se insatisfeita com sua remuneração atual, por isso, mesmo concursada, busca outras alternativas para o sustento futuro.

Adriana é mãe solo de uma menina. É empregada doméstica e divide as tarefas de cuidado e domésticas com seus familiares. Relatou que, mesmo diante de sua condição financeira e de não ter auxílio do pai de sua filha, sua rede de apoio nunca deixou faltar nada para elas. Ela ressaltou diversas vezes a importância da ajuda de sua mãe e de suas irmãs na criação de sua filha. Há mais de 10 anos no mesmo trabalho, ela se diz satisfeita, almeja terminar os estudos, adquirir uma casa, um carro e ajudar nos estudos de sua filha.

Marcia também é mãe solo, pensionista do INSS, dedica-se exclusivamente ao trabalho não remunerado, nas tarefas domésticas e de cuidados. Conta com auxílio de sua filha maior de idade para o cuidado do filho menor. Relatou que sua maior alegria é ter sua filha e seu filho, que embora não seja uma tarefa fácil para ela, é uma realização pessoal. Almeja poder trabalhar assim que o seu filho pequeno frequentar uma escola, pretende empreender, ser autônoma para ter mais liberdade.

Claudia é mãe de dois meninos. Relatou que era dona de casa antes da separação. Sua renda vem do trabalho como diarista, além de conciliar a faculdade de pedagogia a distância e o estágio remunerado. Devido a sua condição financeira, após a separação, perdeu na justiça a guarda dos filhos que estão com o pai. Atualmente, ela paga pensão alimentícia. Afirmou que seu maior sonho é melhorar sua condição financeira, para assim poder ter a guarda dos seus filhos novamente. Relatou que o seu objetivo é fazer um concurso, ter uma casa e um carro e obter na justiça, a guarda dos filhos.

Sob uma perspectiva localizada, das narrativas das participantes, de como se dão as articulações entre seu trabalho gratuito e remunerado, é possível perceber o enfrentamento de muitas questões que envolvem gênero e classe, enquanto que as dificuldades em relação à raça foram percebidas mais em razão das preocupações

relacionadas à vivência da maternidade. É evidente que, após a maternidade, o cruzamento de gênero e classe, no caso de várias participantes, faz com que elas não tenham acesso a oportunidades e a espaços para o desenvolvimento de sua cidadania. Trata-se de um cerceamento nas escolhas.

4.2.2 Tempo do cuidado

O *care*¹³ se organiza a partir do espaço doméstico e se desenvolve nos âmbitos público, privado e comunitário, por meio de redes de pessoas e de instituições: rede familiar ou comunitária de trabalho não remunerado, setor público e mercado de serviços. Nos trabalhos de cuidados estão incluídos: limpar, cozinhar, lavar, passar, entre outras atividades que significam cuidado direto do corpo e dos aspectos emocionais, afetivos e de relacionamento.

Nesse contexto, a temática do cuidado familiar que, inicialmente, foi concebida como assunto do espaço privado, como atributo e destino inscrito na identidade feminina, a partir de 1980 e 1990, passou a ser objeto de debate acadêmico, ganhando estatuto de uma questão social na esfera pública. Esse deslocamento conceitual se constituiu por meio da crítica feminista às hierarquias de gênero na sociedade que situa as mulheres como responsáveis pelo cuidado (SORJ; FONTES, 2012).

Quando o cuidado passa ao *status* de profissão, ou seja, passa a ser remunerado, começa o questionamento do trabalho gratuito realizado por mulheres, até então invisível. “O *care* remete à questão de gênero, na medida em que essa atividade está profundamente naturalizada, como se fosse inerente à posição e à disposição (*habitus*) femininas” (GUIMARÃES; HIRATA; SUGITA, 2011, p. 156).

A naturalização do cuidado como atributo feminino teve, como ponto de partida, a “transição do feudalismo para o capitalismo” (FEDERICI, 2004, p. 134). Na medida

13 “No Brasil e nos países de língua espanhola, a palavra “cuidado” é usada para designar a atitude; mas é o verbo “cuidar”, designando a ação, que parece traduzir melhor a palavra *care*” (GUIMARÃES, HIRATA, SUGITA, 2011, p. 154).

em que a unidade de produção e reprodução de uso comum chegou ao fim e o novo regime monetário e as suas regras passaram a definir que somente a produção para o mercado teria valor, o trabalho reprodutivo, especialmente das mulheres, passou por um processo excepcional de degradação social, e a reprodução da força de trabalho no âmbito doméstico se tornou invisível e sem valor.

Nesse contexto, Cristina Carrasco (2012), faz uma crítica aos índices que medem o tempo de cuidado. Para a autora, a medida em horas torna invisível os aspectos subjetivos que são fundamentais no trabalho de cuidado, tendo em vista que a quantificação em tempo-relógio trata a concepção de tempo como homogêneo, métrica típica da produção mercantil. A autora diz que isso “são aspectos relacionados aos desejos empenhados na organização da vida e nos relacionamentos e que dão sentido à vida cotidiana. Por isso é necessário desenvolver também indicadores qualitativos” (CARRASCO, 2012, p. 113).

A forma com que a sociedade organiza o *care* pode dificultar ou favorecer a autonomia, a desigualdade e o acesso democrático para mulheres. A partir do debate feminista, o trabalho de cuidado passou a ter visibilidade, “ganhando o estatuto de uma questão social a ser assumida, mesmo que parcialmente, pela esfera pública” (SORJ; FONTES, 2012, p. 103). Passou-se a discutir as relações de poder na vida privada, associadas às estruturas de autoridade na sociedade, reivindicando do Estado democrático, as garantias de universalidade de direitos, igualdade e liberdade. A relação entre “esfera pública” e “esfera privada” ganha outros contornos, outras distinções, outras hierarquias e outras divisões. Nesse contexto, que ocorreu a criação da figura da dona de casa em tempo integral, e assim redefiniram a posição das mulheres na família, na sociedade e, também, em relação aos homens (FEDERICI, 2004).

Para Flávia Biroli (2018), nesse modelo de família, além da privatização do cuidado, instituído pelo capitalismo patriarcal, ocorreu o gradual apagamento das mulheres, tornando a vida das pessoas, os vínculos e o exercício da cidadania mais precários e inserindo as mulheres em uma condição de subordinação e de responsabilização, condição que se agravaria quando consideradas as relações de raça e de classe. Ainda para a autora, as relações de cuidado são um problema para a democracia, que vai além da discussão entre o binário feminino-masculino, visto que

as “as experiências de cuidado são diversas e as hierarquias de gênero são produzidas conjuntamente pelo patriarcado, pelo capitalismo e pelo racismo, dimensões interligadas das estruturas de privilégios correntes na sociedade” (BIROLI, 2018, p. 57).

A questão do tempo, nos relatos, mostra que a rotina diária é dedicada, quase que exclusivamente, para tarefas domésticas e de cuidados. As narrativas mostram falta tempo para o lazer, sendo que os vínculos e as interações sociais se tornaram fragilizadas após a maternidade, assim como, a participação na esfera pública e as possibilidades para o exercício pleno da cidadania.

Mesmo contando com um companheiro, com familiares ou com instituições educacionais públicas ou privadas, as mães continuam sendo as responsáveis pelo cuidado. As 10 entrevistadas afirmaram que são responsáveis pela organização e rotina da casa. Pode-se verificar um grande desgaste físico e mental/emocional, que se intensificou com a pandemia do coronavírus. Elas relatam uma vida de muito trabalho e de preocupações, após a maternidade:

Antigamente eu podia dormir, relaxar, não tinha que ficar me preocupando, se tenho que fazer comida, se tenho roupa para eles vestirem. Antigamente eu me preocupava só comigo, e depois que a gente tem filho a gente não se preocupa mais com a gente, porque é sempre a segunda opção, a primeira é os filhos (FABIANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2020).

Cristina fala que antes de ser mãe não tinha preocupações ao chegar ou sair de casa, como tem atualmente:

Chegar em casa e não ter que fazer outras coisas, não ter com que se preocupar. Agora não, você chega em casa tem comida, que é você que faz. E agora é tudo programado também aonde você vai tem que pensar como que vai ser com as crianças (CRISTINA, ENTREVISTA REALIZADA EM 1 DE NOVEMBRO DE 2020).

Ana descreve que foi um “choque de realidade” enfrentar a nova rotina:

A maternidade, para mim foi algo maravilhoso, mas ao mesmo tempo foi assim, um choque de realidade, que durante muito tempo eu vivia para mim,

eu trabalhava direto, estudava e a partir do momento que ele veio, eu tive, assim um giro na minha vida (ANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2020).

Para Simone, a relação com o tempo se modificou:

Após a maternidade, mudou tudo, tudo [risos], o tempo que eu dispunha antes, para as minhas coisas hoje é diferente. Além de mudar a percepção de tudo, da vida, o sentido da vida, mudou a forma até de aproveitar o tempo. Hoje, quando eu tenho um tempinho para ficar sozinha, muitas vezes eu fico até perdida sem saber o que fazer porque é muita coisa. Então mudou tudo, é outro ritmo. Quando tu para, é estranho tu parar e falar “hoje tô tranquila, não tenho nada” (SIMONE, ENTREVISTA REALIZADA EM 8 DE OUTUBRO DE 2020).

Em sua narrativa, Paula, também aponta uma significativa mudança em relação ao tempo, à perda da autonomia e à perda da liberdade:

Após a maternidade, mudou tudo. Antes a gente tinha uma autonomia, uma liberdade em relação a rotina que hoje não tem mais, hoje você tem um ser, no caso aqui dois que dependem de você. Então se você não se organizar e você não conseguir manter uma rotina adequada para eles, as consequências virão hoje ou lá para a frente na vida deles. Então mudou tudo, mudou os horários, as saídas, os programas, até mesmo os lugares que a gente vai. Mudou o tempo, as prioridades mudaram em relação a essa rotina, então hoje sempre a gente faz algo é pensando neles, se eles estão bem, se eles estão alimentados, se eles estão felizes, se eles estão supridos nas suas necessidades em todos os sentidos, em relação ao tempo com eles, em relação a qualidade desse tempo. Então tudo isso mudou muito (ENTREVISTA REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2020).

Juliana também fala sobre o pouco tempo livre, pois os cuidados com a filha pequena e a amamentação preenchem a maior parte do seu dia: “*Na verdade o tempo livre [...] Essa aqui não dorme, quando estou com ela vou dar umas voltas, a gente sai um pouco. Agora [referindo-se à pandemia] não dá mais*” (JULIANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 9 DE NOVEMBRO).

Cristina expõe que lhe falta tempo para cuidar da saúde, que tem dificuldades de implementar uma rotina de exercícios físicos, devido às demandas de tarefas domésticas: “*Gostaria de fazer mais atividade física, mas quando chego em casa vejo tudo meio que corrido, acabo fazendo uma ou outra coisa ali, daí teria que estabelecer*

bem concreto esse horário, então zero” (CRISTINA, ENTREVISTA REALIZADA EM 1 DE NOVEMBRO DE 2020).

São relatos de rotinas de muito trabalho e de responsabilização, em detrimento de muitos projetos pessoais das interlocutoras. Por outro lado, percebi certa “ausência” ou a “pouca” presença da figura do companheiro na dimensão do cuidado e das tarefas domésticas. Aquelas deixaram de mencionar a presença masculina nas tarefas de cuidado das(os) filhas(as), enquanto que, em todas as narrativas, estão presentes as figuras femininas da mãe, sogra, irmã(s), cunhada(s). Assim, mesmo quando estão em um relacionamento estável, os homens se encontram suspensos do ônus do cuidado.

Com relação à participação em organizações coletivas, nenhuma das 10 entrevistadas participa de igrejas, partidos políticos, trabalho voluntariado, associação etc., embora em algum momento de suas vidas algumas delas tenham exercido essas atividades: *“Fui catequista e eu era da diretoria lá em Nova Lurdes¹⁴, na capela. Mas agora estou só em função do bebê*” (JULIANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 9 DE NOVEMBRO DE 2020). *“Quando tinha campanha lá na Igreja eu ajudava a organizar essas coisas. Quando o João nasceu eu ajudava uma vez ou outra, mas com as crianças fica complicado*” (FABIANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2020).

Nessas falas, observa-se que ocorreram grandes mudanças nos vínculos sociais das mulheres após a maternidade. Em grande parte das histórias narradas, a interação social passa a limitar-se aos familiares ou, no máximo, aos colegas de trabalho.

Ana explica que sentiu que algumas pessoas, amigas de seu convívio, afastaram-se depois que ela teve filho:

Muitas pessoas acabam se afastando de você porque você tem um filho, não te convidam para alguma coisa porque você tem um filho. E é uma coisa tão maravilhosa para gente, que a gente consegue as vezes ir nos lugares e fazer as coisas com eles, sem problemas (ANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2020).

14 Localidade rural no interior do município de São Jorge do Oeste – PR.

Uma situação parecida foi narrada por Cristina, que menciona as dificuldades que ela e as amigas tinham para se encontrar, mesmo em tempos normais, antes da pandemia: *“Elas também têm filhos pequenos então isso [se encontrar com elas] está se tornando mais difícil também”* (CRISTINA, ENTREVISTA REALIZADA EM 1 DE NOVEMBRO DE 2020).

Paula afirmou que ela e o companheiro sempre prezaram por momentos de lazer com os amigos e as amigas, mas, mesmo antes da pandemia, pelo volume de trabalho e com filhos pequenos, essa interação deixou de ser frequente: *“Meu Deus que saudade que eu tenho, elas continuam me mandando as fotos, mas eu não consigo ir”* (PAULA, ENTREVISTA REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2020).

Simone explica que vem buscando abrir mais espaços para que ela e o companheiro possam ter mais tempo em família e para o lazer:

A única coisa assim que eu mais penso que eu falo para o meu esposo, é da gente tirar um tempo em família para alguma viagem, que isso é meio que prioridade para nós sabe, a gente tirar tempo e viajar e estar junto, porque de resto a gente já está conseguindo. Eu não tenho, não almejo grandes coisas (SIMONE, ENTREVISTA REALIZADA EM 8 DE OUTUBRO DE 2020).

Já Fabiana, Adriana e Claudia relataram que, quando tinham oportunidade, alocavam tempo para si, para o lazer e saiam com as amigas: *“Antes da pandemia eu saía com a Luana e tinha os namoradinhos”* (FABIANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2020).

Eu sempre gostei de sair, de me divertir, tomar uma cerveja sabe, conversar eu gosto muito de conversar com as pessoas e estar em companhia de bastante pessoas. Os amigos para conversa e tomar uma cerveja, sempre gostei disso (ADRIANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 2020).

Antes da pandemia até saía de casa com uma amiga (CLAUDIA, ENTREVISTA REALIZADA EM 6 DE DEZEMBRO DE 2020).

Diferente das narrativas das mulheres mães que declararam estar em algum tipo de relacionamento, os relatos de Fabiana, Adriana e Claudia sinalizam outra

nuance, uma maior possibilidade do lazer, de “sair”, que pode estar associada à ausência de um companheiro, o que acarretaria mais trabalho doméstico e mais tempo para as tarefas de lavar, passar, cozinhar para um adulto. Outra questão que apareceu no relato da interlocutora solteira, foi a maior possibilidade para a prática do autocuidado-cuidado de si, conforme a narrativa de Marcia:

Sempre que eu tenho um tempinho eu aproveito pra dar uma relaxada, adoro, amo academia, na verdade agora eu voltei pra academia e tô fazendo massagem modeladora com drenagem linfática pra desinchar (MARCIA, ENTREVISTA REALIZADA EM 6 DE NOVEMBRO DE 2020).

Com base nos relatos acima, sobre formas de lazer e autocuidado praticados por algumas interlocutoras, com a presença de filhas(os) e a ausência de um companheiro em suas vidas, é possível concluir que, menos horas dedicadas às atividades domésticas e de cuidados representaria a possibilidade de mais horas de lazer e dedicadas ao autocuidado-cuidado de si.

Cabe uma reflexão o sobre o conceito autocuidado-cuidado de si, que atualmente vem sendo concebido de forma superficial e mercadológica, mas que, tem origem no feminismo negro americano, nos anos 1980, cunhado pela feminista negra, Audre Lorde. Ela propõe uma reflexão sobre essa temática como um ato de resistência, como forma de desafiar o papel de cuidadora e administradora da casa, das(os) filhas(os), de idosas(os). No caso de mulheres negras, pobres e periféricas, atenta para aquelas que trabalham como empregadas domésticas, que cuidam em primeiro lugar da casa dos patrões, deixando de cuidar da sua família (SCORSE,2019). Nesse ciclo de dupla ou tripla jornada de trabalho, questiona-se: Quem cuida das cuidadoras? Para a autora, cuidar de si mesma não é autoindulgência, é uma autopreservação, um ato político (LORDE, 2017).

Com base nesse pensamento crítico, o Ministério Público do Estado de São Paulo, em parceria com o coletivo de mulheres Tear – rede de iniciativas feministas¹⁵,

15 Disponível em:

<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/inc_social_mulheres/Diversos_Mulheres/Mini%20manual%20de%20autocuidado%20para%20mulheres%20na%20linha%20de%20frente.pdf>.

elaborou, no ano de 2019, uma cartilha intitulada “Mini-manual do autocuidado para mulheres na linha de frente¹⁶”, incentivando a atenção, o cuidado, o carinho e a compaixão consigo e com as mulheres, como forma de resistir coletivamente aos padrões impostos. Não se trata, no entanto, de suspender as críticas ao sistema moderno-colonial de gênero, mas sim, encontrar formas de resistir aos papéis socialmente condicionados às mulheres.

Grande parte das entrevistadas exemplificam, também, que, dentre as alterações ocorridas após a maternidade, além de questões relacionadas à vida profissional, ao retorno ao mercado de trabalho, ao tempo, as questões ligadas à liberdade de escolha foram as que mais se modificaram.

Devido à nova distribuição de tempo entre as tarefas domésticas e de cuidados, algumas participantes relatam a impossibilidade de realizar alguns projetos. Cristina fala que, em relação a sua profissão (psicóloga), poderia ter cursado uma especialização e, com isso, obter mais rendimentos financeiros. Assim, pude observar que ela abriu mão dessas possibilidades em prol da vivência da maternidade e do cuidado das filhas: “*Eu poderia ter me especializado para ter mais dinheiro, mas optei por não, para ficar mais com as crianças*” (CRISTINA, ENTREVISTA REALIZADA EM 1 DE NOVEMBRO DE 2021).

Das narrativas apresentadas, percebi que, até o presente, o sistema moderno-colonial de gênero, que estrutura a responsabilização das mulheres, age na subjetividade das interlocutoras. Em seus relatos, a falta de tempo e de liberdade, que possuíam antes de se tornarem mães, opera como limitador para suas escolhas. Conforme Maria Lugones (2014, p. 948) explica, “a colonialidade infiltra cada aspecto da vida pela circulação do poder nos níveis do corpo, do trabalho, da lei, da imposição de tributos, da introdução da propriedade e da expropriação da terra”.

Assim, foi possível verificar o quanto as questões, principalmente de gênero e de classe, moldam a perspectiva do presente e do futuro das mulheres. Para algumas participantes, o que se apresenta mais viável, seria a transição para uma ocupação que lhes permitisse permanecer mais tempo com suas(os) filhas(os), para outras, é conseguir terminar os estudos ou adquirir sua moradia e/ou veículo: “*Pretendo*

16 Disponível em: <<https://redetear.me/>>.

continuar a faculdade de pedagogia e fazer um concurso, ter a própria casa e carro” (CLAUDIA, ENTREVISTA REALIZADA EM 6 DE DEZEMBRO DE 2020).

[...] (o projeto do mestrado) é um projeto de vida porque eu sempre tive esse objetivo, quando eu terminei a primeira faculdade. Eu já queria ter feito daí veio a ideia da gravidez, da gestação, então acabei jogando para frente (ANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2020).

Eu na verdade quero concluir a minha faculdade, que eu já reiniciei, comecei novamente. A gente pretende também mais para frente comprar nossa casa, ampliar nosso negócio também (CARLA, ENTREVISTA REALIZADA EM 8 DE OUTUBRO DE 2020).

Estudei até o sexto ano mais ou menos, então eu gostaria, queria voltar a estudar sim, é meu plano. Claro que ter um emprego, outro emprego melhor mais para frente quem sabe. Eu tenho esse plano sim. Eu não tenho carro, nunca tive. Vontade eu tenho, claro, de fazer minha carteira mais é estou tentando agora ver se consigo fazer minha casinha em primeiro lugar, que eu queria fazer umas peças para a gente morar no meu lote. Primeiro para mim é ter minha casinha com ela [filha] aí depois, aí quem sabe (ADRIANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 2020).

Eu pretendo voltar a trabalhar, eu queria na verdade, meu sonho é fazer educação física. Agora eu não tenho mais condição. Quem sabe fazer curso de algo para procurar melhorar, para ter um valor melhor na parte do salário. Eu não tenho tempo, esse que é o problema (FABIANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2020).

Das narrativas, é possível constatar diversas questões que afetam tanto o presente, quanto a perspectiva de futuro das mulheres mães da pesquisa. Contudo, na visão de Flávia Biroli (2018), o que mais impede o acesso democrático das mulheres-mães a melhores oportunidades tem relação direta com o “tempo”, ou seja, “o acesso diferenciado ao tempo, diretamente relacionado ao engajamento nas tarefas domésticas, mostra que faz sentido pensar a alocação de responsabilidades segundo uma perspectiva de gênero” (BIROLI, 2018, p. 40).

Embora as participantes manifestem interesse em variados projetos futuros, como dar continuidade aos estudos, ter sua própria empresa, tirar a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), adquirir uma casa, passar em um concurso, fazer transição de carreira para estar mais perto da família e das(os) filhas(os) – os obstáculos sociais

postos pela responsabilização, quase que exclusiva, das mães sobre a maternidade, fez com que esses projetos fossem adiados por certo tempo.

4.2.3 A maternidade e a pandemia

O cenário pandêmico global, que se instalou pelo contágio em massa da COVID-19, doença viral que afeta principalmente o sistema respiratório, mas que pode interferir no funcionamento de diversos outros órgãos do corpo humano, agindo de forma mais letal entre pessoas idosas com 60 anos ou mais, mulheres grávidas, puérperas e portadoras(es) de doenças pré-existentes, apresenta-se ainda mais preocupante em um país de dimensões continentais como o Brasil. O país vem enfrentando, desde janeiro de 2021, uma variante da COVID-19 ainda mais letal e contagiosa, sem previsão de vacinação para toda população, amargando o pico de mais de 3.000 óbitos diários registrados, pela doença. A falta de planejamento do governo federal, tanto para o enfrentamento da pandemia, como para a vacinação da população, faz com que, mesmo após 12 meses de pandemia, grande parte dos estados e municípios ainda estejam com sérias restrições de circulação. Até o momento, foram registradas mais de 300.000 mortes pela COVID-19 no país, sendo que no Paraná o total de óbitos, atualmente, é de mais de 15.000 (BRASIL, 2021), e em Pato Branco, até agora, foram registrados 120 óbitos (PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO, 2021).

Essa realidade de enfrentamento à pandemia, que já faz parte do cotidiano da população brasileira, desvelou para além da questão de saúde pública, as desigualdades sociais relacionadas a gênero, à classe e à raça, quando se mostrou mais letal entre a população pobre, negra e periférica. Também, quando vigorou o lema “fique em casa”, sendo que todas as escolas, creches e instituições de ensino deixaram de funcionar, e isso se tornou mais uma forma de responsabilização das mulheres, já oneradas historicamente, pelas tarefas domésticas e de cuidados, evidenciando a crise do cuidado. A sobrecarga materna atinge a maioria das brasileiras, conforme afirma a ONU Mulheres:

As mulheres continuam sendo as mais afetadas pelo trabalho não-remunerado, principalmente em tempos de crise. Devido à saturação dos sistemas de saúde e ao fechamento das escolas, as tarefas de cuidado recaem principalmente sobre as mulheres, que, em geral, têm a responsabilidade de cuidar de familiares doentes, pessoas idosas e crianças (ONU MULHERES, 2020).

Embora a sobrecarga materna seja uma realidade global, como apontam os estudos realizados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a pandemia é sinônimo de retrocesso social para as mulheres. Segundo um estudo com mulheres de famílias, em cinco países da Europa (França, Itália, Reino Unido, Estados Unidos, Alemanha), estimou-se em 27 horas semanais o acréscimo de tarefas domésticas e educacionais, durante o confinamento no ano 2020. No Brasil, a média de horas dedicadas às atividades domésticas durante a pandemia chegou a 21,4h semanais para as mulheres e 10,5h para os homens (UNISINOS, 2021).

Com a pandemia, a participação das mulheres no mercado de trabalho é a menor em 30 anos, sendo que muitas mulheres deixaram de procurar emprego e passaram a desempenhar trabalhos, na informalidade. Com isso, o número de mulheres no mercado de trabalho, considerando a faixa etária do IBGE, é o menor desde a década de 1991 (46,4%) (ESTADÃO, 2020).

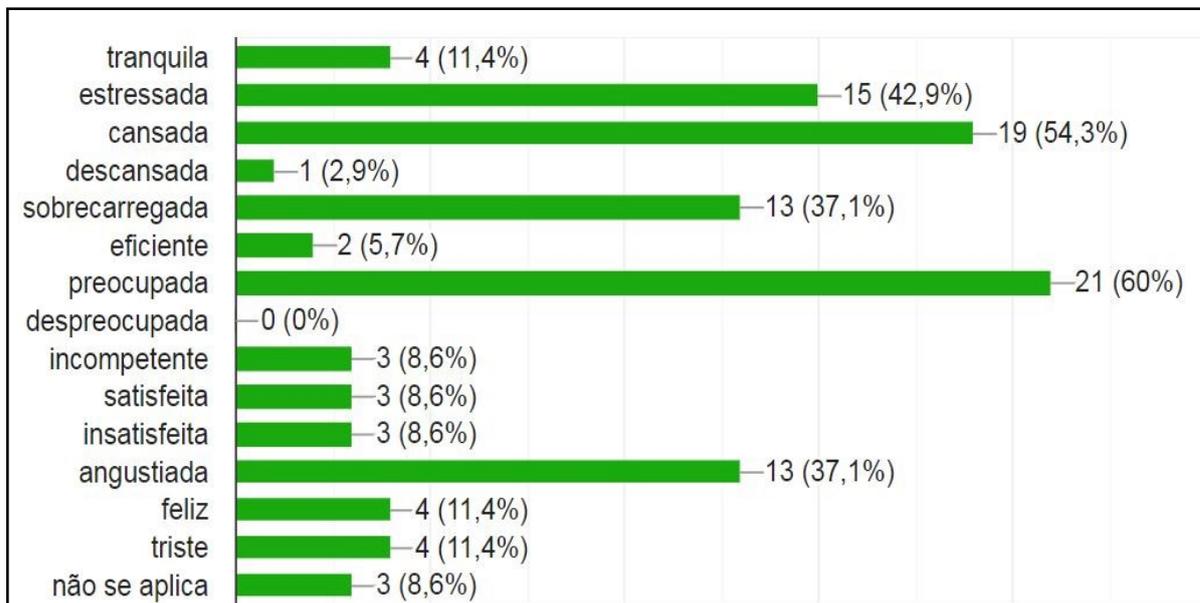
Motivo pelo qual, por três meses, mães chefes de família, em uma iniciativa inédita no país, tiveram o auxílio emergencial aprovado pela câmara de deputados – Renda Emergencial Básica – no valor R\$ 1.200 (equivalente ao benefício de dois adultos), para enfrentar a crise do coronavírus; medida atende principalmente à população feminina negra, historicamente mais precarizada. No Brasil, 42 milhões de mulheres recebem algum tipo de benefício, a exemplo do bolsa família (GÊNERO E NÚMERO, 2020).

A pandemia vem agravando a situação da mulher e causando retrocesso social. A questão do tempo alocado para as tarefas domésticas diminui ainda mais o tempo do cuidado de si, inviabilizando também, o acesso à renda e ao emprego, tendo em vista a dificuldade de delegar e/ou ter com quem dividir as tarefas.

As mães participantes da pesquisa assinalaram diversos sentimentos e preocupações relacionadas ao fato de estarem em quarentena com suas(os) filhas(os) em casa, pelo fechamento de escolas e CMEIs, sem a possibilidade, muitas vezes, de contar com a ajuda de familiares, por serem pertencentes ao grupo de risco.

Antes da pandemia, a maioria contava com ajuda de familiares e/ou creche para o cuidado das crianças. Como já apontado, das 35 mulheres-mães participantes da pesquisa, 18 delas, antes da pandemia, contavam com a creche para o cuidado das(os) filhas(os) e, dessas, 16 deixavam suas(os) filhas(os) em creches públicas. No momento, estados e municípios, como é o caso de Pato Branco, estão com as atividades educacionais presenciais suspensas em virtude da pandemia do coronavírus, COVID-19. Frente a essa situação, 14 participantes apontaram que contam com a ajuda de familiares próximos para o cuidado das(os) filhas(os), contudo, algumas interlocutoras se encontraram responsáveis, exclusivamente, pelo cuidado das crianças, sendo que nove participantes apontaram não ter nenhuma ajuda nas tarefas domésticas e de cuidados.

O fato das creches e escolas estarem fechadas, de vigorar medidas de distanciamento social para grupos de risco, de as atividades econômicas não terem sido suspensas, fez com que as articulações cotidianas para o cuidado das crianças se modificassem de forma substancial. Se antes, algumas participantes que exerciam atividade remunerada podiam contar com uma gama de possibilidades para o cuidado; durante a pandemia, pela falta delas, tiveram que sair do mercado de trabalho para se dedicar às tarefas domésticas e de cuidados. Para outras, que continuaram exercendo atividade remunerada, a jornada de trabalho (depois do trabalho) ficou ainda mais extensa, com atividades domésticas e de cuidados somadas às atividades escolares das crianças. A sobrecarga materna é uma realidade que se expressa através dos sentimentos apontados pelas participantes, conforme aponta o Gráfico 10.

Gráfico 10 – Sentimentos referentes à pandemia

Fonte: elaboração própria a partir do google formulários (2020).

A maioria das participantes se sente: cansada (54,3%), preocupada (60%), estressada (42,9%), angustiada (37,1%), seguidas por sentimentos como: triste (11,4%), insatisfeita (8,6%), incompetente (8,6%). A minoria apontou se sentir: tranquila (11,4%), feliz (11,4%), satisfeita (8,6%), descansada (2,9%) e três preferiram não mencionar como se sentem – não se aplica (8,6%). Nesse ponto, pude observar a intersecção de gênero e classe, por diferentes sentimentos da realidade da pandemia na vivência da maternidade, que tem relação com gênero, quando a maioria das mulheres aponta para um período de sobrecarga mental, enquanto para outras mulheres a realidade se apresenta como, feliz e tranquila. No geral, as mulheres-mães estão mais preocupadas e deprimidas durante a pandemia.

Essa realidade aparece refletida nas descrições do *google* formulário, e aqui destacamos algumas formas de articulações para enfrentar os desafios de ser mulher-mãe-trabalhadora no período da pandemia, no qual elas precisam conciliar o cuidado das(os) filhas(os) com as atividades de trabalho remunerado e/ou não remunerado:

Está sendo um momento totalmente novo para minha vida e família, pois sempre trabalhei fora e sempre ajudei na remuneração da casa. Com a chegada da pandemia tive que me desligar do trabalho para cuidar de minhas

filhas, pois ficamos sem opção de quem cuida-las. Estou me adaptando ainda nesta nova fase (PARTICIPANTE 17, GOOGLE FORMULÁRIO, 2020).

Desgastante mentalmente. Parece que não dou conta de nada direito. A impressão que não vou vencer o que precisa ser feito. A compreensão que meu companheiro tem sobre como está nossa rotina não me faz bem. Ele diz que sou desorganizada (PARTICIPANTE 32, GOOGLE FORMULÁRIO, 2020).

Estava em licença maternidade até maio e não pude retornar ao trabalho. Devido a pandemia eu dependo de creche e estão fechadas (PARTICIPANTE 20, GOOGLE FORMULÁRIO, 2020).

Tranquilo. Com criatividade, tranquilidade e amor estamos mais unidos como família, vivendo um dia de cada vez. Não deixando a preocupação e medo tomar conta da nossa rotina (PARTICIPANTE 21, GOOGLE FORMULÁRIO, 2020).

Dessas descrições, cabe salientar a diferença entre essas falas. Em geral elas se sentem cansadas, com muitas responsabilidades, diferente da Participante 21, Simone, que em sua narrativa reforça esses sentimentos, justificando que devido suas condições atuais, consegue dedicar mais horas às atividades de cuidado e concilia, de maneira tranquila, com o trabalho remunerado. O relato de Simone diverge da maioria das interlocutoras, e denota como a sobrecarga materna não é a mesma para todas, especialmente pela dimensão de classe e de raça. Algumas mães estão sobrecarregadas com rotinas de trabalho remunerado de 40h, a rotina de cuidados e outras preocupadas em virtude do desemprego que afetam as suas realidades. Das 10 interlocutoras entrevistadas na pesquisa, sete estão em casa, exercendo atividades remuneradas e não remuneradas. Das três que não estão em casa, pela pandemia, duas exercem trabalho doméstico remunerado em “casa de família”.

Por outro lado, apenas dois companheiros das interlocutoras permaneceram em casa no período de pandemia: um por motivo de desemprego, outro por motivo de afastamento médico. Três das entrevistadas se encontram desempregadas e estão cuidando das(os) filhas(as) em tempo integral. Essa é uma realidade presente na vida de muitas mulheres no Brasil, especialmente ao grupo específico das mulheres negras. Segundo dados do IBGE (2020), 61% das mães solo no país não encontram apoio ou parceria para divisão do cuidado com suas(os) filhas(os).

Outra questão que vem afetando a vivência da maternidade, em razão da pandemia da COVID-19, é que o grupo familiar de apoio também fica restrito, pois as avós (principais auxiliares nas práticas de cuidado) são pessoas mais velhas e compõem o grupo de risco. Para Fabiana, é difícil contar com a ajuda da mãe nesse momento, visto que ela é do grupo de risco:

A mãe fica com a Laura [outra neta], ela tem muito problema, não dá conta com a Laura, imagine de quatro [netas(os)]. A mãe é do grupo de risco, tem pressão alta, problema nos rins, só fica em casa também coitada (FABIANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2020).

Nas narrativas das mulheres-mães, a pandemia do coronavírus agravou ainda mais a situação de preocupações sobre o cuidado. Desde março de 2020, muitas mulheres permanecem no isolamento social, tendo que desempenhar, além das habituais tarefas de cuidado, outras tarefas relacionadas ao acompanhamento escolar das crianças no espaço doméstico e a preocupação extra com a saúde. Nesse contexto, muitas mulheres se viram sem poder contar com o circuito de ajuda de familiares, creches e escolas.

Marcia relata que sua rotina diária tem sido ficar em casa, cuidado de seu filho: *“Só em casa mesmo, eu só fico em casa mesmo com ele, só trabalho em casa. É mais do que fora, porque a gente que é mãe e dona de casa a gente trabalha mais do que trabalha fora”* (MARCIA, ENTREVISTA REALIZADA EM 6 DE NOVEMBRO DE 2020).

Fabiana, que foi demitida em virtude da pandemia, em abril de 2020, relatou que, no momento, conta com o auxílio de sua mãe para as atividades de cuidado, já nas tarefas de casa não tem ajuda, sua rotina agora, durante a pandemia, resume-se ao trabalho doméstico e de cuidados:

Agora com a pandemia, só em casa mesmo, de manhã é café e fazer o almoço, fico em casa o dia inteiro cuidando deles, o que eles fazem de diferente é toda tarde ir na mãe, aqui em cima, brincar com a Duda e com a Laura, que é sair do portão e subir a escada. A mãe fica com a Laura, ela tem muito problema, não dá conta com a Laura, imagine de quatro. A mãe é do grupo de risco, tem pressão alta, problema nos rins, vish só fica em casa também coitada. Hoje a única pessoa que me ajuda é a mãe (FABIANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2020).

Várias das participantes da pesquisa viram seu volume de trabalho em casa triplicar, chegando a fazer até 40h semanais de *home office*, como é o caso de Paula e Ana: “Quando eu estou trabalhando na frente do computador, para eles não é trabalho. Daí eles vem e dizem “mãe você já terminou, mãe já tá pronta?” “mãe já terminou? Vamos brincar?” (PAULA, ENTREVISTA REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2020).

Hoje é assim, é cuidar do Miguel, cuidar da casa e fazer todas as tarefas da escola. Cumprir ali com as minhas obrigações, eu faço os atendimentos pelo whatsapp, tem os dois dias que eu preciso atender os alunos no tempo real ali, no horário certo (ANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2020).

A responsabilização das mulheres, especialmente nesse momento de pandemia, traz consigo mudanças drásticas em todas as áreas da vida, algo que não é percebido, tão intensamente, na vida dos companheiros das participantes. Das seis interlocutoras da pesquisa que convivem com o pai de suas(os) filhas(os), poucas mencionaram a existência de uma divisão de tarefas domésticas e de cuidados igualitárias. Ainda está muito presente a noção de auxílio/ajuda prestado/a pelo homem/marido/companheiro.

Compreende-se que as dificuldades não permeiam de forma igualitária a vivência da maternidade para todas as mulheres, sendo que algumas contam com condições que lhes permitem passar de forma mais tranquila pela pandemia em relação a outras. Para maioria das participantes da pesquisa, as articulações na dimensão do cuidado e no trabalho remunerado se tornaram ainda mais precárias em razão da pandemia do coronavírus. As medidas para o enfrentamento da pandemia, ao fechar escolas e creches, acentuaram as desigualdades de gênero, sendo que, muitas mulheres que têm filhas(os) tiveram que sair de suas ocupações remuneradas para cuidá-las(os) em casa.

Portanto, é fundamental investigar os efeitos reducionistas e nocivos dessa construção que perpassa todas as áreas da vida das mulheres, sobremaneira na relação de trabalho destas, tido como produtivo e improdutivo e o modo como se

estabeleceu separações entre as esferas pública e privada, por meio da divisão sexual do trabalho, o que responsabilizou as mulheres, quase que exclusivamente, pelo cuidado de filhas(os), limitando o acesso pleno de sua cidadania.

5 O TRABALHO NO SISTEMA MUNDO COLONIAL MODERNO

Neste capítulo busco analisar a construção social e histórica do trabalho, a divisão sexual e racial do trabalho e como se dão as articulações entre trabalho não remunerado e remunerado para as 10 mulheres-mães interlocutoras da pesquisa. A análise é desenvolvida a partir da perspectiva interseccional dos marcadores de gênero, classe e raça que refletem desvantagens na participação das mulheres no espaço público (no mercado de trabalho e nas instituições), com menor remuneração e trabalhos precários. Conforme Flávia Biroli (2017, p. 191), “a regulação das relações de gênero tem conexão direta com o exercício do poder estatal, configurado em um mundo político predominantemente masculino”.

A palavra trabalho, em sua etimologia, era sinônimo de sofrimento. Foi a partir do século XVIII que surgiu a concepção moderna, onde trabalho passou a representar uma virtude ligada à produção material da vida humana. Contudo, pela forma que tomou no capitalismo, logo retornou a ser sinônimo de sofrimento e de constrangimento para aqueles que o exercem, tornando-se atividade que objetifica os sujeitos e representa a apropriação do tempo da(o) trabalhadora(o) pelo capitalismo (HIRATA; ZARIFIAN, 2013).

Os estudos de Heleieth Saffioti (2013, p. 60) conceituam o trabalho nas sociedades capitalistas como “o momento privilegiado da práxis, por sintetizar as relações do homem com a natureza, e dos homens entre si”. Nesse prisma, Helena Hirata e Philippe Zarifian (2003, p. 66) evidenciam que “o sujeito do trabalho – o homem – é apresentado nessa definição como universal: de fato é o masculino que é elevado ao universal”.

A separação entre a produção e a reprodução serviu como base para controlar não apenas a força de trabalho assalariada, mas também o trabalho não assalariado, corroborando para a desvalorização da posição social das mulheres. Foi no contexto da implantação do pensamento e das instituições modernas que refletiam a realidade capitalista colonial patriarcal, onde historicamente a ideia de justiça e de códigos públicos foi institucionalizada. Assim, a partir do poder masculino, ocorreu o processo de privatização do mundo doméstico, resultando em uma nova configuração familiar.

Longe de evitar o casamento e a formação de uma família, os homens que trabalhavam na indústria artesanal doméstica dependiam disso, afinal uma esposa podia “ajudar-lhes” com o trabalho que eles realizavam para os comerciantes, ao cuidarem de suas necessidades físicas e do provimento de filhos, que, desde a tenra idade, podiam ser empregados no tear ou em alguma ocupação auxiliar (FEDERICI, 2004, p. 176).

No sistema-mundo-moderno, conforme Immanuel Wallerstein, a distinção social entre trabalho produtivo e improdutivo foi imposto às classes trabalhadoras:

O trabalho produtivo passou a ser definido como aquele que recebe remuneração em dinheiro (principalmente, trabalho assalariado) e o não produtivo como aquele que, embora necessário, constitui uma atividade de mera ‘subsistência’, sem produzir um ‘excedente’ que possa ser apropriado por alguém (WALLERSTEIN, 2001, p. 23).

A diferenciação entre esses tipos de trabalho se ancorou na criação de papéis específicos vinculados a cada um deles, a saber, o trabalho produtivo, assalariado se tornou tarefa do homem/pai/adulto e o trabalho não produtivo, não remunerado se tornou tarefa da mulher/mãe/adulta. Isso significou também uma mudança no local de trabalho, em que o trabalho produtivo era feito fora na unidade domiciliar, no “local de trabalho”, enquanto que o trabalho não produtivo era feito dentro da unidade domiciliar. Com isso, ocorreu uma desvalorização do trabalho das mulheres e uma ênfase no trabalho dos homens. Nessa divisão sexual do trabalho, foi estabelecido que o homem adulto “ganha o pão”, enquanto a mulher – como trabalhadora doméstica – passa a ser denominada como “dona de casa”. Assim, o nível salarial mais baixo que os trabalhadores podem aceitar depende da unidade domiciliar em que eles se inserem (WALLERSTEIN, 2001).

Cabe salientar que as mulheres das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e de serviços nunca foram alheias ao trabalho (SAFFIOTI, 2013), e que em todas as épocas e lugares elas têm contribuído para garantir a existência de suas famílias, além de criar a riqueza social. No entanto, com a sociedade do capitalismo moderno, urbano e industrial se estabeleceu a organização do “patriarcado do salário”:

O que se destaca nesse tipo de organização é que, embora a esposa trabalhasse junto ao seu marido, produzindo também para o mercado, era o marido que recebia o salário da mulher. Isso também ocorria com outras trabalhadoras, assim que se casavam. Na Inglaterra, “um homem casado [...] tinha direitos legais sobre os rendimentos de sua esposa”, inclusive quando o trabalho que ela realizava era o de amamentar (FEDERICI, 2004, p. 177).

O capitalismo impediu que mulheres desenvolvessem sua própria condição de existência, determinando a sujeição e apropriação de seu trabalho por parte dos trabalhadores homens que, por sua vez, enquanto força de trabalho, assalariados, também estavam sob o jugo da “escravidão do salário”, onde ambos “passaram a ser livres apenas num sentido formal”. Assim, “o grupo de trabalhadores que, na transição para o capitalismo, mais se aproximaram da condição de escravos foram as mulheres trabalhadoras” (FEDERICI, 2004, p. 177).

O processo de individualização, inaugurado pelo modo de produção capitalista, fez com que as mulheres estivessem inseridas em uma dupla dimensão de desvantagem, por uma subvalorização de suas capacidades, e outra de ordem estrutural, sendo que à medida que a produção doméstica foi transferida para as fábricas, elas passaram a ser marginalizadas de suas funções produtivas, ocupando espaços periféricos no sistema de produção. Nesse prisma, o surgimento do capitalismo se deu em condições extremamente adversas às mulheres, tanto no espaço público de trabalho, quanto no espaço privado. Elas foram consideradas menos capazes, “necessitando da tutela de um homem, marido ou não” (SAFFIOTI, 2013, p. 62).

Para Heleieth Saffioti (2013), a categoria sexo e a inferiorização social das mulheres possibilitou à ordem capitalista o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho, para a reprodução da força de trabalho, a serviço do capitalismo. No contexto da produção, a mão de obra feminina passou a ser relacionada a altos índices de absenteísmo, em razão de condições familiares e do organismo feminino. Ademais, a inferiorização pela categoria “sexo” se dava em termos da descontinuidade do trabalho feminino pela maternidade e pela responsabilização do cuidado das(os) filhas(os) na infância. Com isso, elas foram subalternizadas, tendo sua mão de obra destinada para as funções mais precárias.

A crítica aos estudos marxistas, realizada por Silvia Federici (2019, p. 195), dá-se explicitando que esses não abordaram a “importância do trabalho reprodutivo não remunerado realizado pelas mulheres no processo de acumulação primitiva”. Os estudos sobre o trabalho reprodutivo ficaram ocultos nos estudos da sociedade de classes, bem como pela ortodoxia marxista, que explicava a opressão das mulheres e a sua subordinação aos homens como um resíduo das relações feudais. Para a autora, os esforços do marxismo não alcançaram “as profundas transformações que o capitalismo introduziu na reprodução da força de trabalho e na posição social das mulheres” (FEDERICI, 2004, p. 112).

Assim, ficou estabelecida a concepção de trabalho produtivo e reprodutivo (improdutivo). A transferência da produção realizada no espaço doméstico para a indústria fez com que a casa fosse considerada como um lugar de trabalho reprodutivo, enquanto o trabalho desempenhado fora do espaço privado passou a ser reconhecido como trabalho produtivo. Nesse prisma, apenas o trabalho produtivo se tornou elegível para ser remunerado, enquanto o trabalho gratuito das mulheres foi caracterizado como não produtivo (BIROLI, 2018).

A industrialização, ao ter transferido parte da produção realizada no espaço doméstico para as fábricas, transformou o espaço doméstico em um lugar de responsabilização desigual de mulheres pelo trabalho não remunerado. A distinção entre trabalho remunerado e não remunerado se torna a base do sistema patriarcal e do avanço do capitalismo. O trabalho que as mulheres fornecem sem remuneração, como aquele que é dispensado na criação das(os) filhas(os) e na realização das atividades domésticas, possibilita que os homens fiquem livres para se dedicar ao trabalho remunerado (BIROLI, 2018).

Nos casos em que as tarefas domésticas passam a ser ofertadas no espaço público, em forma de oferta de serviços, aquelas eram precariamente remuneradas e efetuadas pelas mulheres, como por exemplo: a preparação de alimentos, a lavagem de roupas, mas também o cuidado das crianças e outros. Assim, a apropriação do trabalho das mulheres ocorreu por meio da responsabilização delas pelo cuidado e pelo trabalho doméstico. A exploração delas assume uma função central no processo de acumulação capitalista, “na medida em que as mulheres foram as produtoras e

reprodutoras da mercadoria capitalista mais essencial: a força de trabalho” (FEDERICI, 2019, p. 6).

Para Silvia Federici, a assimetria de poder entre homens e mulheres na sociedade capitalista, é um efeito do sistema social, que:

[...] devia ser interpretada como o efeito de um sistema social de produção que não reconhece a produção e a reprodução do trabalho como uma fonte de acumulação do capital e, por outro lado, as mistifica como um recurso natural ou um serviço pessoal, enquanto tira proveito da condição não assalariada do trabalho envolvido (FEDERICI, 2004, p. 13).

Nas palavras da autora, “na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração” (FEDERICI, 2004, p. 25). Nesse sentido, a autora sustenta que deveria ter sido atribuída a devida relevância ao trabalho doméstico, algo que vem sendo buscado através da luta dos movimentos feministas nos últimos 30 anos, por meio de uma reinterpretação da história do capitalismo.

Na década de 1970, o capitalismo sofreu uma reestruturação, passando a operar em escala global, com a finalidade de recuperar a hegemonia que vinha perdendo, e com isso, regenerar o padrão de acumulação anterior. Assim, “proliferaram, a partir de então, as distintas formas de “empresa enxuta”, “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário”, etc, dentre as mais distintas formas alternativas de trabalho precarizado” (ANTUNES, 2009, p. 49).

Para Silvia Federici (2004, p. 28), “se o capitalismo foi capaz de reproduzir-se, isso se deve somente à rede de desigualdades que foi construída no corpo do proletariado mundial e à sua capacidade de globalizar a exploração”. Ainda conforme a autora (2019, p. 183), “a globalização foi especialmente catastrófica para mulheres não porque seja gerenciada por agências dominadas por homens, mas por causa dos objetivos que pretende alcançar”, pois, na lógica da globalização, todas as mulheres foram integradas à economia global, assim, passaram a exercer dupla função, além de sua função produtiva local, produziam mercadorias destinadas à exportação.

É por isso que a globalização em todas as suas formas capitalistas, ajuste estrutural, liberalização do comércio, guerra de baixa intensidade, é em essência uma guerra contra as mulheres, uma guerra que é particularmente devastadora para as mulheres no “terceiro mundo”, que prejudica o sustento e autonomia das mulheres proletárias em todas as regiões do planeta, inclusive nos países capitalistas “avançados” (FEDERICI, 2019, p. 185).

O desemprego se inscreve em mais um dos problemas sociais vividos por homens e mulheres, atingindo especialmente as mulheres e, entre elas, mais intensamente as mulheres negras. No Brasil, de acordo com a PNAD, enquanto a média nacional de desemprego do terceiro trimestre de 2019 foi de 11,8% de homens, a das mulheres foi de 13,9%. O nível de ocupação/emprego remunerado dos homens é de 64,6%, o das mulheres, 45,9%. Elas também compõem a maior parte da população fora da força de trabalho, em que as desempregadas perfazem 53,3% do total (IBGE, 2019a).

O desemprego feminino decorre da construção social da divisão sexual do trabalho, da precarização, da obrigatoriedade do cuidado das(os) filhas(os), da escassez de vagas em creches públicas gratuitas, dentre outros. O problema fica mais evidente quando essas mulheres, além de mães, são negras, de baixa renda e com baixa escolaridade (HIRATA, 2014).

5.1 DIVISÃO SEXUAL E RACIAL DO TRABALHO

Em diferentes sociedades humanas não havia a classificação binária entre os sexos. Em outras, homens e mulheres tinham incumbências econômicas igualmente essenciais à sobrevivência de sua comunidade, portanto a divisão sexual do trabalho que nelas se estabelecia eram processos complementares e, em geral, não hierárquicos (DAVIS, 2016).

Nas sociedades medievais, as relações coletivas prevaleciam em relação às relações familiares, assim, os trabalhos eram realizados de forma cooperada entre mulheres e homens. Nesse período, a divisão sexual do trabalho, longe de ser uma fonte de isolamento, consistia em uma fonte de poder e de proteção para as mulheres,

“era à base de uma intensa sociabilidade e solidariedade feminina” (FEDERICI, 2008, p. 40).

Foi no período de transição para o capitalismo no século XVII que, na Europa, as mulheres sofreram um processo excepcional de degradação social. Nesse cenário, forjou-se uma nova divisão sexual do trabalho, um novo “contrato sexual”, onde o trabalho feminino passou a ser visto como um não trabalho (FEDERICI, 2004, p. 174).

Nessa época, a produção econômica que era feita em casa (roupas, alimentos, etc.) foi transferida para a produção das fábricas, afetando a relevância do trabalho doméstico. Para além da separação física entre casa e espaço da fábrica, houve uma mudança estrutural entre a economia familiar doméstica e a economia voltada ao lucro do capitalismo. Ao passo que avançava a industrialização, transferindo a produção econômica da casa para a fábrica, a relevância do trabalho de mulheres e homens passou por uma desvalorização sistemática.

Para Angela Davis (2016), a partir do século XIX essa desvalorização da produção doméstica revelou, para além da separação física entre casa e fábrica, uma fundamental separação estrutural entre a economia familiar doméstica e a economia voltada ao lucro do capitalismo:

Embora a “dona de casa” tivesse suas raízes nas condições sociais da burguesia e das classes médias, a ideologia do século XIX estabeleceu a dona de casa e a mãe como modelos universais de feminilidade. Como a propaganda popular representava a vocação de todas as mulheres em função dos papéis que elas exerciam no lar, mulheres obrigadas a trabalhar em troca de salários passaram a ser tratadas como visitantes alienígenas no mundo masculino da economia pública. Fora de sua esfera “natural”, as mulheres não seriam tratadas como trabalhadoras assalariadas completas. O preço que pagavam envolvia longas jornadas, condições de trabalho precárias e salários repulsivamente inadequados. A exploração que sofriam era ainda mais intensa do que a de seus colegas homens. Nem é preciso dizer que o sexismo emergiu como uma fonte de sobrelucro exorbitante para os capitalistas (DAVIS, 2016, p. 219).

Assim, os trabalhos desenvolvidos no âmbito privado da economia familiar passaram a ser desvalorizados. Nas palavras da autora, “como as tarefas domésticas não geram lucro, o trabalho doméstico foi naturalmente definido como uma forma inferior de trabalho, em comparação com a atividade assalariada capitalista” (DAVIS,

2016, p. 218). Algumas mulheres permaneceram isoladas em casa, realizando um trabalho considerado como não qualificado, que muitas vezes envolvia a maternidade e o serviço oferecido gratuitamente ao trabalhador produtivo, como a preparação das refeições, o cuidado com as vestimentas, a limpeza do ambiente doméstico e outros. Seu papel no ciclo de produção permaneceu invisível, porque apenas o produto de seu trabalho, o trabalhador, era visível.

A partir desse contexto, iniciou-se a separação entre o espaço privado e o espaço público. A família adquiriu conotações modernas, tornou-se o principal centro para a reprodução da força de trabalho. Silvia Federici (2004, p. 175) explica que, sobretudo na família, deu-se “a propagação da disciplina capitalista e da dominação patriarcal”. A própria noção de família nuclear “surgiu no período de acumulação primitiva também como a instituição mais importante para a apropriação e ocultamento do trabalho das mulheres” (FEDERICI, 2004, p. 175).

Ainda sobre aquele período, a noção de trabalho doméstico passou a estar ligada às relações de afetividade da família, baseada na disponibilidade das mulheres e, assim, considerada como forma de expressão do amor na esfera privada. Dessa maneira, a manutenção do lar e os atos de cuidado e da educação das(os) filhas(os) foram atribuídas exclusivamente às mulheres (HIRATA; ZARIFAN, 2003).

Elas foram excluídas dos negócios familiares, passando a ficar confinadas e exclusivamente responsabilizadas pelos cuidados domésticos, acarretando uma nova divisão sexual do trabalho. Para Silvia Federici (2004, p. 219), essa nova divisão “diferenciou não somente as tarefas que as mulheres e os homens deveriam realizar como também suas experiências, suas vidas, sua relação com o capital e com outros setores da classe trabalhadora”.

Na década de 1970, na França, surgiram os primeiros estudos sobre a divisão sexual do trabalho, que tinham como objetivo repensar a estrutura do trabalho, no sentido de reconsiderar a importância da produção do viver. Esses estudos, que introduziram a dimensão sexuada nas análises de trabalho, partiram da problemática da divisão sexual do trabalho e buscaram uma desconstrução/reconstrução do conceito, procurando introduzir a dimensão do trabalho doméstico e da reprodução. Também problematizaram o trabalho não remunerado, não assalariado, não mercantil e informal, apontando para as dicotomias entre trabalho profissional e trabalho

doméstico, produção e reprodução, assalariamento e família, categorias marcadas pela classe social e sexo (HIRATA; ZARIFIAN, 2003).

Na década de 1990, a partir da conjuntura de recessão e de desemprego e com o desenvolvimento de novas formas de trabalho precário, o tema da divisão sexual do trabalho voltou a ser objeto de debates públicos, pois ocorreu o aumento do emprego feminino. Essa situação foi acompanhada do crescimento simultâneo do emprego precário e vulnerável, uma das características principais da globalização numa perspectiva de gênero (HIRATA, 2011).

Assim, nas últimas décadas, pode-se observar uma transformação ampla na composição sexual no mercado de trabalho em nível global e nas práticas de conciliação entre trabalho e responsabilidades familiares. Os cuidados com a família permaneceram como uma tarefa realizada, quase que exclusivamente, pelas mulheres. O novo modelo econômico globalizado criou novas oportunidades para as mulheres participarem do espaço público, mas esse avanço não foi acompanhado por uma transferência correspondente do tempo dos homens, investido na esfera privada, mantendo desse modo, uma divisão sexual do trabalho com um forte viés de gênero (SORJ et al., 2007).

A globalização suscitou a bipolarização dos empregos femininos, com o aumento das desigualdades sociais constatado, tanto entre os homens e as mulheres, quanto entre as mulheres, tornando-se ponto de convergência entre países do Norte e do Sul: “de um lado, encontram-se as mulheres executivas exercendo profissões intelectuais; do outro, estão as mulheres que se mantêm nas ocupações tradicionalmente femininas” (HIRATA, 2011, p. 17).

O processo de globalização contribuiu para o aumento do número de mulheres no mercado de trabalho, influenciando na ocupação, tanto no setor formal, quanto nas atividades informais e de serviços. Contudo, “[...] essa maior participação traduz-se, pela criação de empregos precários e vulneráveis, tanto na Ásia quanto na Europa e na América Latina” (HIRATA, 2003, p. 19).

A precarização do trabalho feminino e a inserção das mulheres no mercado de trabalho alcançaram outras questões relacionadas à gênero, como por exemplo, o acesso ao estudo. Atualmente, no Brasil, as mulheres têm mais anos de estudo, em

média, do que os homens, porém, essa maior escolarização ainda não se traduz em igualdade em termos de renda e de oportunidades, pois “níveis de escolaridade mais altos não garantem às mulheres mais e melhores oportunidades de emprego em relação aos homens” (ABRAMO, 2007, p. 26).

No ano 2000, a fundação Perseu Abramo realizou uma pesquisa sobre a mulher brasileira no espaço público e privado, na qual foram entrevistadas 2.502 mulheres em todo o Brasil, constatando que 96% das entrevistadas cuidavam das tarefas domésticas e das crianças, mesmo se trabalhassem fora de casa, e que quando o trabalho doméstico era dividido com outra pessoa, em quase a metade dessas situações, dividiam-no com outra mulher, geralmente a mãe ou as filhas (PISCITELLI, 2009). Mesmo diante de três décadas de um crescimento da participação feminina no mercado de trabalho na América Latina e dos níveis de escolaridade superior ao dos homens, ainda persistem sérios entraves à inserção e à permanência das mulheres no mercado de trabalho, pois a desigualdade de gênero continua permeando esse contexto (HIRATA, 2003). Para Laís Abramo (2007, p.11), “ainda existe a recorrente referência ao trabalho das mulheres na América Latina como ‘força de trabalho secundária’, o que é resquício de uma concepção de família nuclear na qual o homem, é o único responsável provedor”.

Nesse modelo, a inserção secundária das mulheres no mercado de trabalho teria como justificativa suas trajetórias profissionais instáveis e interrompidas. A ideia era de que o mercado de trabalho não seria destinado às mulheres, que sua presença nele apenas ocorreria em casos de os homens não conseguirem prover o sustento de sua família e, tão logo isso fosse possível, a mulher abandonaria a atividade econômica, já que o seu espaço seria o ambiente doméstico, suas rendas com o trabalho também seriam sempre secundários, complementares e instáveis (ABRAMO, 2007).

Do mesmo modo, o trabalho feminino assume o aspecto de força de trabalho secundária, pelo discurso do empregador, na perspectiva de que a mulher apresentaria maiores dificuldades para desempenhar suas funções no ambiente empresarial e teria baixa identificação com a empresa. Essa suposta dificuldade “se expressaria, entre outras coisas em suas limitações para fazer horas extras, viajar e trabalhar em horários noturnos” (ABRAMO, 2007, p. 32). Esse discurso também limita

o acesso de mulheres aos cargos de níveis mais altos de responsabilidade organizacional, como cargos executivos e de diretoria.

Portanto, a vivência das mulheres no mercado de trabalho decorre do ideário de designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva. Para Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007, p. 599), esse conceito perpassa por dois princípios organizadores: “o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher)”, e duas modalidades, a de trabalho produtivo e de trabalho reprodutivo. Os papéis sociais, relacionados à divisão do trabalho e à maternidade, são definidos em uma suposta determinação de base biológica dos sexos.

A participação das mulheres no mercado de trabalho não pôs fim a várias questões que causam sofrimento a elas: a dupla jornada de trabalho, a responsabilização exclusiva pela educação e cuidado das(os) filhas(os) e/ou de outras pessoas da família como idosas(os) ou enfermas(os). Alguns dos movimentos de mulheres contemporâneos têm representado as tarefas domésticas como elementos essenciais da opressão feminina. Para Helena Hirata:

[...] as desigualdades dos salários, das condições de trabalho e da saúde não foram atenuadas. A divisão do trabalho doméstico não foi modificada de maneira significativa, apesar de um maior envolvimento das mulheres em suas responsabilidades profissionais (HIRATA, 2003, p. 19).

As pesquisas apontam para a manutenção da responsabilização das mulheres nas tarefas domésticas, mesmo quando exercem trabalho remunerado fora do lar e a delegação de tarefas acontece entre mulheres. Diante disso, “sempre que se tenta fazer um balanço da divisão sexual do trabalho em nossas sociedades, se chega a mesma constatação em forma de paradoxo: [...] tudo muda, mas nada muda” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 597). Portanto, as configurações da divisão do trabalho se alteram, mas o que persiste em não mudar é a distância entre os grupos de sexo. Ainda, segundo as autoras:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Atualmente, as novas configurações da divisão sexual do trabalho reforçam as formas mais estereotipadas das relações sociais de sexo, quando estabelecem a precarização e a flexibilização do emprego para as mulheres, aumentando a demanda por trabalhos domésticos, onde elas são a grande maioria.

Essa nova divisão sexual do trabalho vem afetando, principalmente, a categoria de mulheres migrantes pelo mundo. Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007, p. 603) demonstram que “ao mesmo tempo em que aumenta o número de mulheres em profissões de nível superior, cresce o de mulheres em situação precária (desemprego, flexibilidade, feminização das correntes migratórias)”, justamente pela questão da delegação das tarefas domésticas para outras mulheres, não rompendo com a divisão sexual do trabalho, nesse espaço.

Nesse contexto, para compreender como se dá a distância entre a responsabilização de homens e mulheres na divisão sexual do trabalho, faz-se necessário problematizar a modalidade de teorização da divisão sexual do trabalho, referente ao vínculo social decorrente da ideia de uma correlação entre os sexos, inserida na tradição funcionalista da complementaridade de papéis. Para Helena Hirata e Danièle Kergoat,

[...] essa abordagem de complementaridade hierárquica “é coerente com a ideia de uma divisão entre mulheres e homens do trabalho profissional e doméstico e, dentro do trabalho profissional, a divisão entre tipos e modalidades de empregos que possibilitam a reprodução dos papéis sexuais (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 603).

Tal abordagem tem como base a solidariedade orgânica, a conciliação, a coordenação, a parceria, a especialização e a divisão das tarefas. Dessa concepção teórica derivam quatro modelos:

No “modelo tradicional”: papel na família e papel doméstico assumidos inteiramente pelas mulheres, e o papel de “provedor” sendo atribuído aos homens. No “modelo de conciliação”: cabe quase que exclusivamente às mulheres conciliar vida familiar e vida profissional. No “paradigma da parceria” [...] considera mulheres e homens como parceiros (e portanto, decorre mais de uma lógica de conciliação de papéis que do conflito e da contradição) e as relações entre eles mais em termos de igualdade que de poder. Figura finalmente no “modelo da delegação” [...] a emergência desse modelo se deve à polarização do emprego das mulheres e ao crescimento da categoria de profissões de nível superior e de executivas; elas têm ao mesmo tempo a necessidade e os meios de delegar a outras mulheres as tarefas domésticas e familiares (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 604).

Para as autoras, o modelo da delegação é o que mais tem se consolidado nas sociedades capitalistas na contemporaneidade. Nesse modelo, as mulheres com profissões de nível superior têm necessidade de delegar para outras mulheres as tarefas domésticas e familiares que, por sua vez, precisam delegar para outras mulheres o trabalho doméstico e de cuidados de suas casas e filhas(os). Nesse sentido, os homens se encontram sempre distantes de uma participação direta, visto que, quem delega o trabalho ainda continua responsável como gestora do trabalho doméstico.

O desenvolvimento do modelo de delegação tem como base o aumento da participação de mulheres no mercado de trabalho, especialmente em países do Norte global, devido ao crescimento da categoria de profissões de nível superior e de executivas. Essas mulheres têm os recursos necessários para delegar as tarefas domésticas e familiares a outras mulheres – que são em sua maioria, imigrantes ou mulheres em situações de pobreza, as quais vivenciam o modelo de conciliação. Elas estão inseridas na chamada servidão doméstica, uma vez que, para fazer o trabalho das famílias dos países do Norte global, deixam suas(os) próprias(os) filhas(os) aos cuidados das avós, irmãs, cunhadas e, às vezes, só voltam para casa depois de longos períodos (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Nesse contexto, para as autoras, existe um silenciamento sobre a divisão sexual do trabalho justamente porque o trabalho doméstico é atribuído às mulheres em situação precária, enquanto que as mulheres das classes mais abastadas exercem o trabalho no espaço público. Não se toca, portanto, no assunto da responsabilização dos homens pelo trabalho doméstico e de cuidados. Para Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007), é preciso romper com a dominação psicológica

centrada na concepção do trabalho como afetividade e dedicação das mulheres, para que haja uma concreta mudança na desigual divisão de tarefas domésticas e de cuidado.

Os debates sobre a divisão sexual do trabalho possibilitaram repensar, a partir da sociologia do trabalho e da sociologia da família, a permanência do peso da responsabilidade doméstica e familiar sobre as mulheres, mensurada pelo número de horas dedicadas aos afazeres domésticos, juntamente com a insuficiência de políticas públicas que possam garantir o cuidado das crianças, como por exemplo, as creches para crianças de até seis anos de idade.

No mercado de trabalho, as mulheres estão, muitas vezes, ligadas a atividades em áreas tidas como femininas e em atividades precárias ou trabalhos mal remunerados, que acarretam também na desigualdade salarial em relação aos homens (HIRATA; SEGNINI, 2007). Conforme Guacira Louro, no mercado de trabalho, as mulheres das classes trabalhadoras e camponesas, em geral, são rigidamente controladas e dirigidas por homens e geralmente exercem “funções tidas como secundárias, ‘de apoio’, de assessoria ou auxílio”. Elas realizavam, os “trabalhos ligados à assistência, ao cuidado ou à educação” (LOURO, 1997, p. 21).

Nas palavras de Helena Hirata e Segnini (2007, p. 10), “não se pode entender a divisão sexual do trabalho profissional sem entender a divisão sexual do trabalho doméstico, e para além dela, a divisão sexual do poder e do saber”. Por isso, a importância da análise da divisão sexual do trabalho para a compreensão do mundo do trabalho e as suas classificações hegemônicas que hierarquizam aquele como produtivo e reprodutivo (improdutivo), o que afeta a participação das mulheres na esfera pública e reflete em sobretrabalho na esfera privada, para elas.

Com isso, apesar da transformação na posição das mulheres no exercício do trabalho remunerado fora de casa, elas continuam a dedicar muito mais tempo que os homens na realização de tarefas domésticas: 21,3 horas semanais, enquanto os homens dedicam 10,9 horas semanais. A taxa de afazeres domésticos para mulheres foi de 92,2%, enquanto para os homens 78,2% (IBGE, 2018).

Os números apontam para uma ainda latente associação entre mulheres e domesticidade. Enquanto a maioria dos homens se dedica a investir seu tempo em

atividades relacionadas ao trabalho remunerado, a maioria das mulheres se divide entre o cuidado da família e o trabalho remunerado (SORJ; FONTES, 2012).

Mesmo diante de inúmeras garantias legais, os dados estatísticos revelam a existência de uma latente desigualdade de gênero em relação às mulheres e o mercado de trabalho. Esses, ainda, determinam funções, rendimento e ocupações, pelo gênero, como por exemplo, a ocupação por mulheres dos serviços domésticos em 2018 (5,8 milhões de mulheres e 458 mil homens). As desigualdades de rendimentos no Brasil demonstram que homens brancos ganhavam em média 27,1% a mais que as mulheres. Quando gênero e raça se interseccionam, observa-se que homens/mulheres brancas ganhavam em média 73,9% mais do que pretos ou pardos, em 2018, o que refletiu no valor no rendimento por hora de R\$ 32,80 contra R\$ 22,70, ou seja, 45% a mais para brancos (IBGE, 2019b).

Com relação à instrução e à inserção no mercado de trabalho, embora uma maior instrução contribua para maior taxa de inserção de mulheres, que foi de 2,6 vezes maior em relação a outras mulheres de baixa escolaridade, o fato é que, em relação aos homens, uma maior escolaridade não tem sido suficiente para elevar o número de mulheres à igualdade no mercado de trabalho. No ano de 2018, a participação das mulheres na força de trabalho permaneceu bem aquém à dos homens: 52,9% e 72,0%, respectivamente (IBGE, 2019b).

Ademais, os dados apontam para outros contornos da relação de cuidado. Os números referentes ao emprego no Brasil apontam que, embora a participação de mulheres que têm filhas(os) de até seis anos de idade tenha se ampliado, entre as décadas de 1990 e 2000, verifica-se que 40% desses postos de trabalho foram ocupados por mulheres pertencentes a extratos mais ricos, enquanto que, no mesmo período, os postos de trabalhos ocupados por mulheres pobres diminuíram (BIROLI, 2018). Nesse contexto, observa-se que existe desigualdade entre as mulheres na inserção do mercado de trabalho (SORJ; FONTES, 2012).

Ocorre, assim, a divisão do trabalho doméstico entre as mulheres, sendo que, aquelas que tem mais renda dispõem de mais recursos e da possibilidade de contratar o serviço de uma trabalhadora doméstica remunerada que, na maioria das vezes, é negra e pobre. Dessa forma, “as atividades realizadas em prol de outra pessoa

assumem padrões condicionados pela hierarquia de raça e classe” (BIROLI, 2018, p. 69).

No Brasil, em 2002, 63% das mulheres empregadas eram brancas, enquanto apenas 37% destas eram negras. Esse cenário demonstra que as trabalhadoras negras e pobres são mais discriminadas em todo o país, enquanto as trabalhadoras brancas ocupam os melhores empregos, nos quais a probabilidade de obter salários mais elevados e melhores condições trabalho é maior, visto estarem ligados aos setores mais organizados da economia (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2007).

Conseqüentemente, é possível perceber até o presente, como operam as distinções e as opressões resultantes do processo de colonização e de colonialidade, que servem como base para relações sexistas e racistas, onde a população negra e os povos indígenas permanecem sob o jugo de um imaginário colonial. Conforme Flávia Biroli (2018, p. 70), “a marginalização e a inferiorização das ocupações tipicamente ‘femininas’, têm assim, raça e classe e se inserem na geopolítica global”. Sobre esses demarcadores sociais, raciais e sexistas, Nadya Guimarães, Helena Hirata e Kurumi Sugita, ao analisar o trabalho de cuidar, apontam que:

O “cuidar da casa” (ou “tomar conta da casa”), assim como o “cuidar das crianças” (ou “tomar conta das crianças”) ou até mesmo o “cuidar do marido”, ou “dos pais”, têm sido tarefas exercidas por agentes subalternos e femininos, os quais (talvez por isso mesmo) no léxico brasileiro têm estado associados com a submissão, seja dos escravos (inicialmente), seja das mulheres, brancas ou negras (posteriormente) (GUIMARÃES; HIRATA; SUGITA, 2011, p. 154).

Nesse sentido, o trabalho não remunerado (ou remunerado precariamente) no âmbito doméstico, geralmente desvalorizado, tido como uma extensão do papel natural da mulher no cuidado da família, revela outros contornos da relação de distinção entre mulheres, que abarca a relação entre raça e classe. Enquanto a delegação do cuidado nas famílias abastadas se dá pela contratação do serviço de trabalhadoras domésticas e/ou via creches e pré-escolas particulares, os cuidados das crianças de família de baixa renda são compartilhados entre “outras mulheres” de sua rede intergeracional ou da vizinhança (SORJ; FONTES, 2011).

Essa questão se agrava pela “globalização dos cuidados”, em que ocorre a generalização do *care*, uma forma de propagação em escala mundial via migrações internacionais, do modelo de cuidado tido como feminino. Com isso, ocorreu a crescente mercantilização dos serviços domésticos destinados às pessoas, de atenção a idosas(os) e crianças e às tarefas domésticas. Essas estruturas reforçam a responsabilização feminina pelo cuidado, aumentando assim, a desigualdade de gênero, tanto no mercado de trabalho, quanto na esfera privada. A forma transnacional de serviços de cuidado acontece de modo precário e mal remunerado, ampliando desigualdades de raça e de classe (CARRASCO, 2012).

Nesse contexto, mais uma vez, é possível identificar a extensão da colonização e da colonialidade, pela ideia eurocêntrica de ser superior, e a organização e a classificação de pessoas como inferiores e passíveis de dominação e subjugação. A degradação social do papel da mulher se amplia através da expropriação transnacional de seus serviços para a lógica de acumulação de capital. Nesse ponto, percebe-se uma mesma linha de opressão até o presente.

Assim, a possibilidade da contratação do trabalho doméstico remunerado permite, a uma determinada classe de mulheres, o acesso ao mercado de trabalho. Trata-se de um debate sobre a perspectiva de condições de quem cuida e em que âmbito acontece o cuidado: “o polo dos provedores é frequentemente representado por mulheres, pobres, imigrantes, e o polo dos beneficiários é constituído por aqueles que têm poder e meios para ser cuidados sem ter a necessidade de cuidar” (HIRATA, 2014, p. 73).

Nessa mesma perspectiva, a renda se torna fator que determina o cuidado. Segundo Cristina Carrasco (2012, p. 112), “as desigualdades de rendimento (salários, pensões etc.) entre grupos sociais e entre mulheres e homens limitam de maneira diferente, para umas e outros, as possibilidades de adquirir serviços de cuidados”. Ademais, as posições distintas entre homens e mulheres, e entre mulheres e as próprias mulheres, na estrutura social capitalista:

[...] constituem os circuitos de vulnerabilidade que as mantêm em desvantagem nas diferentes dimensões da vida, tornando-as mais vulneráveis à violência doméstica e impondo obstáculos à participação no trabalho remunerado e na política (BIROLI, 2018, p. 66).

Nesse ponto, percebe-se a influência de outras determinantes no processo de escolha individual, que vão além de uma simples escolha voluntária das mulheres. Assim, a vivência delas na sociedade capitalista se tornou cercada por restrições no espaço privado, as quais refletiram como limitações para a sua participação na esfera pública. Conforme explica Flavia Biroli (2018, p. 65), “é nesse contexto de restrição às escolhas, constituído pelos padrões estruturais da divisão sexual do trabalho, que se definem formas desiguais de inclusão na esfera pública”.

Diante disso, o trabalho gratuito realizado pelas mulheres no âmbito doméstico, tido como central para a exploração do capitalismo, inseriu também as mulheres em outras formas de exploração e, por isso, sustenta-se a posição diferenciada entre homens e mulheres. Para elas, está posto o trabalho não remunerado para além dos limites da produção e, nesse sentido, é necessário “compreender que a casa e o trabalho doméstico não são estranhos ao sistema fabril, mas sim sua base” (FEDERICI, 2019, p. 23).

5.2 TRABALHO E MATERNIDADE

A responsabilização, quase que exclusiva das mulheres, pelos trabalhos domésticos e de cuidados, agrava-se quando elas se tornam mães, impactando diretamente na sua condição de trabalhadora remunerada. Por vezes, essas mães acabam por deixar a carreira em segundo plano para dedicar-se à maternidade. Em recente estudo, referente ao ano de 2016, a FGV identificou que 48% das mães saem de seus trabalhos nos primeiros 12 meses após o nascimento de suas(os) filhas(os) (MACHADO; PINHO NETO, 2016).

Com isso, muitas mulheres que se autodenominam “donas de casa” podem ser, na verdade, trabalhadoras desempregadas, que fazem parte de grupos sociais, de famílias, de relações de vizinhança, vivenciando espaços sociais fragilizados, pois se encontram em situação de informalidade, exercendo recorrentes trabalhos temporários. No entanto, constroem estratégias para continuarem elaborando formas de resistência às dificuldades (SEGNINI, 2003).

As funções de cuidado e o trabalho doméstico inserem as mulheres-mães em uma categoria econômica diversa, conforme a classificação do PNAD. Se antes da maternidade elas eram economicamente ativas/ocupadas, passam a ser economicamente inativas. Nesse prisma, as mulheres-mães se tornam responsáveis pelo trabalho reprodutivo. Embora, no Brasil, o levantamento estatístico oficial faça uso do termo androcêntrico “desocupada”, a situação de uma mulher-mãe que está fora do mercado de trabalho é uma realidade de muito trabalho. Conforme Liliana Segnini:

As mulheres, pobres ou não, brancas, pardas ou negras, vivenciam o desemprego trabalhando muito, realizando os trabalhos domésticos sozinhas ou auxiliadas por outras mulheres. Os filhos, e não seus cônjuges, são considerados possíveis colaboradores. As mulheres que deixaram de trabalhar para cuidar de seus filhos enfrentam muitas dificuldades para voltar para o mercado de trabalho, em qualquer nível de escolaridade observado e em qualquer idade. Dessa forma, é reafirmado que a “dura realidade dos fatos”, impostos socialmente a essas mulheres não se modifica, mesmo que essa decisão tenha sido tomada “por amor” (SEGNINI, 2003, p. 50).

Observa-se, nesses processos de socialização, a naturalização das formas de dominação que atribuem às mulheres-mães o papel social de responsáveis pelos cuidados. Dessa forma, a igualdade de gênero está distante das mães que se encontram em situação de desemprego. A partir dessas relações desiguais, percebe-se que a maternidade é um destino e a paternidade é apenas uma eleição.

Por vezes, o trabalho, que seria sinônimo de emancipação das mulheres, tornou-se sobremaneira mais precário para elas, em razão de uma carga de dupla ou tripla jornada, pois não são garantidos direitos de igualdade de gênero, como por exemplo, a promoção à política de creches, possibilitando que as mulheres-mães participem de maneira igualitária no espaço público. Isso demonstra que prevalece a ideia de que as responsabilidades familiares são assuntos a serem resolvidos privadamente pelas famílias, ao tempo que o Estado oferece políticas públicas insuficientes voltadas para a provisão de cuidados das crianças, idosas(os), doentes e portadoras(es) de necessidades (SORJ, 2007). A falta de suporte do Estado para os cuidados da família, juntamente com o desequilíbrio na divisão de tarefas

domésticas, vem afetando intensamente a quantidade e a qualidade do emprego, sobretudo para as mulheres-mães (SORJ, 2008).

Nesse sentido, passados quatro décadas do início dos debates sobre a divisão sexual do trabalho, os números do IBGE no ano de 2018, intitulados “Outras Formas de Trabalho”, da PNAD, apontaram que as mulheres dedicaram, nesse período, quase o dobro de horas do que os homens gastaram com as mesmas tarefas. Mesmo desempenhando atividades no mercado de trabalho, o número de horas gastas em tarefas domésticas continua praticamente o mesmo para as mulheres. Mesmo trabalhando fora, elas realizam 8,2 horas por semana a mais em obrigações domésticas que os homens. A diferença se mostrou ainda maior entre homens e mulheres desempregadas(os). Nessa condição, elas trabalhavam 11,8 horas a mais que eles porque não costuma haver uma divisão equitativa de tarefas relacionadas ao trabalho doméstico. Para Helena Hirata:

[...] as desigualdades dos salários, das condições de trabalho e da saúde não foram atenuadas, a divisão do trabalho doméstico não foi modificada de maneira significativa, apesar de um maior envolvimento das mulheres em suas responsabilidades profissionais (HIRATA, 2003, p 19).

Nesse sentido, para que o trabalho seja sinônimo de emancipação às mulheres é necessário que se garantam direitos de igualdade de gênero, como a promoção à política de creches, pois caso o contrário, a precarização do trabalho pode ser potencializada. Para Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi (2007, p. 11), “contata-se que ainda há muito a ser percorrido em termos de igualdade entre os sexos, porque a situação subordinada e mais precária das mulheres não foi superada”.

Portanto, há, ainda, uma longa caminhada para que a igualdade de gênero entre homens e mulheres seja alcançada, visto que, a divisão sexual do trabalho e a responsabilização das mulheres pelos cuidados é determinante na desigualdade de gênero. Mesmo com o maior envolvimento das mulheres em atividades profissionais, pode-se avançar muito mais em termos de ações afirmativas para inserção de mulheres na esfera pública, além de criar condições de distribuição equitativa do trabalho na esfera privada. Nas palavras de Helena Hirata e Liliana Segnini (2007, p. 10), “não se pode entender a divisão sexual do trabalho profissional sem entender a

divisão sexual do trabalho doméstico e para além dela, a divisão sexual do poder e do saber”.

A importância do debate sobre a divisão sexual do trabalho reside na compreensão das desigualdades enfrentadas pelas mulheres-mães no caminho para uma realidade de trabalho decente. Elas seguem sendo responsabilizadas pelo trabalho gratuito, pelo cuidado de filhas(os), e com isso se perpetua a feminização do cuidado que restringe a participação feminina no espaço público, no mercado de trabalho, na política, em associações, no acesso ao lazer e no exercício de sua cidadania.

Para Flávia Biroli (2016, p. 721), “são ativados filtros que incidem sobre as mulheres no acesso a ocupações e no acesso ao âmbito da política institucional, constituindo padrões sistemáticos de exclusão e de marginalização”. Nessas articulações existem, também, particularidades atribuídas ao gênero, à classe e à raça, pois “as relações de trabalho também expõem com clareza os padrões hierárquicos nas relações entre as mulheres, organizados por outras variáveis, entre as quais se destacam classe e raça” (BIROLI, 2016, p. 721).

Assim, faz-se necessário compreender os aspectos estruturais que levam à responsabilização das mulheres e à posição desigual delas no espaço público e privado, conforme aponta Flávia Biroli:

A recusa de um emprego, por parte de uma mulher, por não haver creche para deixar os filhos, ou as faltas seguidas ao trabalho quando os filhos pequenos adoecem o que pode acarretar a perda do emprego ou limitar a ascensão profissional, só poderão ser tratadas como “escolhas” se for considerado o contexto em que estas se realizam ou se fizer de conta que não existem crianças pequenas que precisam de cuidados (BIROLI, 2018, p. 64).

Por essa lógica, embora realizado de forma gratuita na esfera doméstica, o trabalho do *care* é um trabalho produtivo que serve ao capitalismo. Na visão de Patrícia Hill Collins (2015), é preciso romper com a dicotomia, parar de analisar de forma classificatória, e sim imbricada à maternidade, ao trabalho doméstico e ao assalariado.

No contexto brasileiro, a divisão sexual do trabalho após a maternidade, tem se revelado como fator determinante para a desigualdade de gênero. Diante dessa situação, observa-se a necessidade do avanço de políticas públicas que promovam a igualdade de gênero nas relações de trabalho, através de garantias legais que compreendam as especificidades das mulheres que se tornam mães e, também, prevejam as responsabilidades paternas no cuidado.

Portanto, as desigualdades e discriminações sistemáticas da divisão sexual do trabalho, construídas historicamente, conduzem à compreensão das razões que levam o trabalho de cuidado estar restrito basicamente à mulher. Por outro lado, demonstra que o patriarcado traz toda a base para as assimetrias nas relações de gênero e maternidade que são visualizadas na atualidade.

As mulheres que exercem atividade remunerada têm a sua vida profissional significativamente afetada pela presença de filhas(os), de forma mais intensa, de acordo com os marcadores de discriminação de gênero, raça e classe. Isso ocorre, não apenas pela permanência da tradicional divisão sexual do trabalho, no que diz respeito à responsabilização pelos cuidados com as crianças e pelo encargo do trabalho doméstico não remunerado, mas também pela incidência de eixos de opressões ligados a gênero, à raça e à classe.

Somados, esses aspectos podem impedir que mulheres se dediquem a uma atividade remunerada, ou quando a fazem, sejam empregadas em ocupações precárias. Nesse ponto, os estudos sobre a interseccionalidade apontam que mulheres negras, migrantes, periféricas vêm ocupando subempregos, a exemplo das mulheres migrantes em países tidos como desenvolvidos, como apontam Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007). Contudo, conforme os estudos feministas decoloniais, faz-se necessário pensar para além do caráter coletivo das identidades, para perceber as múltiplas identidades das mulheres-mães.

A partir da perspectiva interseccional é possível perceber como algumas mulheres vivenciam relações de opressão perpetuadas pelo sistema moderno-colonial de gênero, mas também estão localizadas em posições de alguns privilégios, por serem mulheres brancas, com relações de aliança heteronormativa.

As articulações entre a maternidade e o trabalho gratuito e/ou remunerado para

as 10 mulheres interlocutoras da pesquisa reflete a realidade de desigualdade de gênero, de classe e de raça, quando elas relatam a vivência de diversas situações pelo fato de serem mães, em busca de uma ocupação remunerada digna, o que não ocorre no caso da maior parte delas. Na intersecção mulher-mãe-trabalhadora, a maioria delas relata uma realidade de constrangimentos, pouca oferta de vagas de emprego, baixa remuneração e trabalho precário, enquanto experimentam uma realidade intensa de trabalho doméstico e de cuidados:

Então todos os empregos que eu arrumei depois que eu tive ela, eu já dizia “ó eu posso trabalhar no horário que a escola trabalha”, pois era sempre eu que buscava, levava. Também era eu que ia nas reuniões [...] geralmente era eu que fazia tudo, banho, alimentação também (CARLA, ENTREVISTA REALIZADA EM 8 DE OUTUBRO DE 2020).

A partir da narrativa de Carla, é possível compreender como as participantes agem nas articulações entre o trabalho gratuito de cuidado e o remunerado. Assim como o relato da interlocutora Paula, que mesmo dividindo as tarefas de cuidado com o companheiro descreve sua rotina como desgastante:

7:15 eu saio de casa para trabalhar, venho para a escola, trabalho até as 11:30, daí 11:30 eu paro. Nesse intervalo eu deixo as crianças, quando é normal, eu levo eles na escola ou lá na mãe e venho trabalhar. As 11:30 eu saio daqui, vou para casa, as vezes eu faço almoço em casa, as vezes eu pego marmitta que não dá tempo. Uma hora eu tenho que estar de volta na escola, então uma hora eu tô na escola trabalho até as cinco. Um [dos filhos] tem escola em tempo integral o outro não, daí um fica na mãe já direto. As 5 horas eu vou para casa aí nesse horário eles já estão com fome, daí eu já sempre levo alguma coisa para comer. Começa a função do banho, aí nós se trocamos um dá banho e o outro troca [...]começa a janta, daí faz a janta, daí dá a janta, organiza eles. O Vítor dorme cedo, o Pedro meia noite, daí nesse intervalo das dez à meia noite o Vinícius quer atenção, tem as tarefas dele para a gente organizar, as coisas da escola e daí eu começo a fazer as minhas coisas da meia noite para frente. Quando eu tenho muita coisa para fazer vai até as 2 da manhã que é o horário que meu olho não aguenta mais daí vou dormir, 6 horas acordo de novo (PAULA, ENTREVISTA REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2020).

Os depoimentos exemplificam a rotina e a preocupação que envolvem as tarefas de cuidado. Conforme Carrasco (2012), todas essas atividades requerem tempo e energia da parte de quem as realiza e são atividades necessárias para a

existência e a qualidade de vida. O trabalho de cuidado é essencial para a manutenção da vida e para a participação dos indivíduos no mercado de trabalho; estar cuidada(o) tem a ver com o processo de reprodução social.

Para Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007), esse processo é modulado histórica e socialmente, privilegiando o acesso prioritário dos homens à esfera produtiva, e das mulheres à esfera reprodutiva. Conforme as narrativas apresentadas pelas interlocutoras da pesquisa, ainda permanece a manutenção da responsabilização das mulheres nas tarefas domésticas, mesmo quando exercem trabalho remunerado fora do lar, e a delegação de tarefas entre mulheres também ocorre.

Assim, embora todas as mulheres-mães estejam submetidas às atribuições socialmente impostas, relacionadas ao gênero, é a partir da condição social de classe que se define como se dá a delegação de tarefas entre as mulheres. O encargo das tarefas domésticas, reflexo da divisão sexual do trabalho, passou a ser vista como “uma base fundamental sobre a qual se assentam hierarquias de gênero nas sociedades contemporâneas, ativando restrições e desvantagens que produzem uma posição desigual para as mulheres (BIROLI, 2016, p. 721).

Para Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007), trata-se de uma definição dos papéis sexuais, divididos pelos modelos: tradicional (trabalho doméstico assumido exclusivamente pelas mulheres), conciliação (cabe quase que exclusivamente às mulheres conciliar vida familiar e vida profissional), paradigma da parceria (considera mulheres e homens como parceiros e as relações entre eles mais em termos de igualdade que de poder) e o modelo de delegação (existe a necessidade de delegar para outras mulheres as tarefas domésticas e familiares). Observei nuances desses modelos nas narrativas das participantes da pesquisa.

Juliana relata que se dedica exclusivamente às tarefas de cuidado, especificamente nesse momento, pelo cuidado com sua filha que ainda é bebê. Ela está inserida em um modelo tido como tradicional, onde o homem é o provedor da casa, o que para ela, é motivo de desconforto:

Eu não vejo a hora de voltar, meu deus, porque eu não gosto de depender. Meu marido é bem querido assim e tudo mais, mas eu não gosto de ficar

dependendo dele. A gente tem os gastos da gente as coisas da gente. E daí com criança também (JULIANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 9 DE NOVEMBRO DE 2020).

Já, a maioria das participantes (seis) demonstraram estar no modelo de conciliação, onde precisam conciliar as tarefas de cuidado com o trabalho profissional remunerado. Em alguns momentos, a parceria, dividindo as tarefas com os companheiros, contudo, na maior parte do tempo, continuam sendo responsáveis pelo gerenciamento das tarefas domésticas e de cuidados:

Sou eu que levo no médico, eu e, às vezes, vamos juntos. Eu que marco se percebo alguma coisa. Banho também, banho ele dá de vez em quando, mas sou eu que separo as roupas. Também se a gente vai sair e ele vai dormir na vó, sou eu também que separo, a não ser que eu não esteja em casa (CRISTINA, ENTREVISTA REALIZADA EM 1 DE NOVEMBRO DE 2011).

No momento não tem escola é a gente tem que se reinventar e dar atenção pra ele, eu tenho que ser mãe, tenho que ser professora dele também, fazer de tudo (ANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2020).

Das narrativas das interlocutoras, especialmente nesse momento pandêmico, é possível observar, fortemente, que a dimensão da conciliação, a responsabilização pelo gerenciamento da rotina diária de tarefas domésticas e de cuidados somadas às atividades de *home office*, resulta (como mencionado anteriormente) em uma sobrecarga mental, restando poucos momentos de descanso e lazer para maioria das participantes. Já da narrativa de Simone, é possível perceber o paradigma da parceria, quando existe a possibilidade da divisão/distribuição das tarefas domésticas e de cuidados com um companheiro, onde há o relato da possibilidade de momentos de descanso:

Quando ele [companheiro] está em casa, eu chego em casa o almoço já está na mesa, então eu não preciso ter esse trabalho de chegar e fazer. Então tem o tempinho de descanso, de tarde volto a trabalhar e quando ele está em casa eu chego em casa e a casa está organizada, ele passa uma vassoura, ele lava a louça que tem para lavar, estende, recolhe roupa, ele faz o que tem pra fazer na casa, [...] eu chego já está pronto sabe, já está organizado. Então daí é o tempo que a gente tem para tomar um chimarrão, para ficar com as meninas. É um tempo livre. Encerra as atividades do dia no final da tarde

mesmo, não precisa ficar até umas horas da noite sabe fazendo (SIMONE, ENTREVISTA REALIZADA EM 8 DE OUTUBRO DE 2020).

Contudo, essa não é a realidade das participantes da pesquisa que são mães “solo”, as quais são, exclusivamente, responsáveis pelo sustento e o cuidado das(os) filhas(os), para elas a única opção é o modelo de delegação. A exemplo de Marcia, que se dedica exclusivamente ao trabalho não remunerado e nas tarefas domésticas e de cuidados, contando com auxílio de sua filha para o cuidado do filho menor: *“Eu fico só em casa mesmo com ele, só trabalho em casa mais do que fora, porque a gente que é mãe e dona de casa a gente trabalha mais do que trabalha fora”* (MARCIA, ENTREVISTA REALIZADA EM 6 DE NOVEMBRO DE 2020).

Para Adriana, que é mãe solo, e tem uma filha de 12 anos, a ajuda da família foi fundamental. Em sua narrativa, afirmou que divide as tarefas de cuidado com suas irmãs e sua mãe, o que possibilitou que ela exercesse trabalho doméstico de forma remunerada em casa de família há mais de 10 anos. A narrativa desta participante expõe outras nuances da relação de trabalho do *care*. Por vezes, a delegação de tarefas de cuidado entre as mulheres evidencia a intersecção de gênero e classe, como no caso de Adriana:

Só que o que acontece, é isso eu trabalho 10 anos em uma casa de família, eles são a minha segunda família, eu sempre digo. Porque tudo que eles podem fazer por mim, por ela [filha da participante], eles fazem. Eles [os patrões] tem uma menina de 15 anos. Quando eu entrei lá ela tinha uns 5 ou 6 anos, sempre cuidei dela, inclusive porque a minha patroa ela não trabalha aqui, ela trabalha lá na divisa do Rio Grande com Chapecó. Então quando ela era mais pequena tinha vezes que ela [a patroa] estava para lá, e meu patrão tinha as reuniões para ele ir, as vezes ia para São Paulo, Curitiba e eu posava lá, muitas vezes eu posei lá cuidando dela, porque eles não têm parente nenhum aqui. A Isa [sua própria filha] ficava com a minha mãe e com as minhas irmãs, que nem eu falei. Com uma irmã minha ou com a outra irmã, é sempre elas que me ajudaram nessa questão sabe, quando uma não podia a outra atendia para mim[...] sempre tive a minha mãe que ajudou a cuidar dela [filha] por isso que eu conseguia trabalhar, porque senão eu nem conseguiria se não tivesse a minha mãe para ajudar a cuidar dela, então sempre deixei (ADRIANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 2020).

A fala de Adriana remete a uma realidade bastante presente entre as mulheres, cujo trabalho remunerado é o doméstico, fato que foi retratado no filme de Anna Muylaert, intitulado “Que horas ela volta?”.

Para Flávia Biroli (2018), o modelo de família instituído pelo capitalismo patriarcal tornou a vida das pessoas, os vínculos e o exercício da cidadania mais precários, inserindo as mulheres em uma condição de subordinação e de responsabilização, condição que se agravaria quando consideradas as relações de raça e de classe.

Dessa narrativa, também é possível perceber uma forma de cooperação entre as mulheres. Conforme Silvia Federici (2008,) antes do capitalismo se instalar, eram essas relações coletivas que predominavam. Prevalciam as relações familiares e a divisão de tarefas entre as mulheres era uma forma de poder e de proteção para elas, um período de intensa sociabilidade. Contudo, atualmente “as relações de trabalho expõem com clareza os padrões hierárquicos nas relações entre as mulheres” (BIROLI, 2016, p. 720).

As possibilidades de conseguir trabalho, muitas vezes estão relacionadas à indicação de uma mulher para a outra, a exemplo do caso da Claudia, que trabalha como diarista: “*Comecei ali com a dona Gelci, que ela tinha conhecimento, daí ela foi me indicando, daí foi para a Renata, Renata me indicou e assim eu fui por indicação, hoje que eu estou mais no serviço de diarista*” (CLAUDIA, ENTREVISTA REALIZADA EM 6 DE DEZEMBRO DE 2020).

E nesse modelo de delegação que surge com o capitalismo e a entrada das mulheres no mercado de trabalho tem relação com as questões que envolvem gênero, classe e raça, quando o trabalho gratuito exercido pelas mulheres, na esfera doméstica, passa a ser um trabalho remunerado para algumas, pobres, negras, migrantes. Para Flávia Biroli:

A “crise do cuidado” pode ser pensada dessa perspectiva, como resultado da implementação da agenda neoliberal de retração do Estado, tanto quanto da conformação das subjetividades num ambiente em que a concorrência se estabelece como valor, à medida que os princípios coletivos e solidários vão sendo minados (BIROLI, 2018, p. 60).

Nesse sentido, a delegação das tarefas de cuidado pela contratação de um serviço está ao alcance de algumas (poucas) mulheres, as demais estão sujeitas à precarização do trabalho. Ainda, conforme Flávia Biroli:

[...] a precarização do trabalho atinge especialmente as mulheres. [...] acentua-se e torna-se mais direto o antagonismo de interesses entre as mulheres, entre mulheres que estão na posição de empresárias e proprietárias de grandes empresas e mulheres assalariadas ou dependentes da renda proveniente do trabalho assalariado de familiares (BIROLI, 2018, p. 13).

Outro fator que apareceu na pesquisa foi que, uma vez que os homens estejam suspensos da responsabilização pelas tarefas de cuidado, o ideário formado em torno da responsabilização pelo cuidado das(os) filhas(os) faz com que algumas narrativas da pesquisa apontem para uma responsabilização, inclusive por uma questão financeira, relacionada à classe. Para Flávia Biroli (2018, p. 40), “o padrão atual de privatização das relações familiares incide desigualmente sobre as mulheres e onera sobretudo aquelas que não têm recursos para a contratação de serviços no mercado”. Exemplo disso, algumas participantes relataram que os seus salários não seriam suficientes para pagar uma “*babá*” para cuidar das crianças enquanto elas trabalham “fora” e, por isso, seria mais vantajoso, em termos financeiros, abrir mão do emprego (mal remunerado) para dedicar-se ao cuidado das(os) filhas(os).

Em relação à jornada de trabalho das interlocutoras da pesquisa, entre as que se dizem donas de casa, ultrapassa a média de 8 horas diárias. E para aquelas que fazem a articulação entre o trabalho gratuito e remunerado com jornadas entre 20h – 40h semanais, continuam a desempenhar mais que 2h diárias em tarefas domésticas e/ou de cuidados, o que lhes causa grande exaustão. Essa situação pode ser exemplificada pela narrativa de Simone, que trabalha como assistente social:

Eu chego em casa as vezes cansada, com dor de cabeça, ou as vezes uma estafa assim porque tem dias que são muito puxados, que a gente lida com muita doença, muita coisa difícil, as vezes tudo que eu queria era chegar em casa tomar um banho e relaxar, mas não vai dar, então assim, eu vou ter que fazer a janta, eu vou ter que ajeitar as meninas (SIMONE, ENTREVISTA REALIZADA EM 8 DE OUTUBRO DE 2020).

Simone explicou que, mesmo se sentindo realizada em sua profissão, por ter alcançado a aprovação em um concurso público e desfrutar de uma estabilidade no emprego, por diversas vezes, sente-se exausta pela dupla jornada. Seu relato evidencia situações distintas, se por um lado, em alguns dias da semana, ela pode contar com a divisão das tarefas com o companheiro, o que lhe possibilita momentos de descanso (conforme narrado anteriormente), por outro lado, a ausência do companheiro, nos dias que ele faz escala de trabalho 12x36, faz com que ela se sinta sobrecarregada. Essa pode ser a realidade experimentada diariamente pelas mães “solo” que não têm com quem dividir as tarefas.

Todas essas questões da divisão sexual do trabalho de cuidado, gratuito ou remunerado e a permanência da atribuição desigual das responsabilidades com as tarefas domésticas e de cuidado, oneram as mulheres em uma dupla jornada de trabalho, que reflete negativamente sobre suas trajetórias profissionais. Para Flávia Biroli:

A permanência da atribuição desigual das responsabilidades pela vida doméstica, sobretudo pela criação dos filhos, seria ainda um fator que, tornaria a exploração da mão de obra feminina mais aguda, pelo fato de desdobrar-se em trajetórias profissionais descontinuadas e em maiores conflitos entre as exigências domésticas e o cotidiano de trabalho fora de casa (BIROLI, 2016, p. 279).

As narrativas das 10 participantes apontam para as dificuldades enfrentadas por elas, para ocupar e permanecer em espaços no mercado de trabalho. Cristina relatou um sentimento de desvantagem em relação ao espaço que ocupava em sua profissão antes da maternidade, e que essa foi sua maior dificuldade no que diz respeito ao trabalho remunerado:

Porque quando eu comecei o trabalho eu era a única psicóloga infantil na cidade, quando eu iniciei. Era tudo eu que tinha, fazia tudo, era tudo eu. Depois que tive os filhos comecei a voltar e comecei a ver essa psicóloga infantil ali, outra ali e ali e começa o emocional, essa questão do emocional também. Eu nunca parei, só diminui os meus horários (CRISTINA, ENTREVISTA REALIZADA EM 1 DE NOVEMBRO DE 2020).

As mulheres-mães contam, também, sobre as situações de renúncia das suas formações educacionais e profissionais. Carla relatou que trancou a matrícula no sétimo período da faculdade e não retornou ao trabalho remunerado (onde esteve empregada por mais de cinco anos), depois da licença maternidade:

Eu amava trabalhar lá e tive que sair de lá. Fiquei um ano e meio com ela [filha] em casa aí depois que tive que dar um tempo, levar ela para a escolinha aos poucos para ir se adaptando para daí eu pensar em arrumar outro emprego. Porque não é fácil trabalhar quando tem criança pequena (CARLA, ENTREVISTA REALIZADA EM 8 DE OUTUBRO DE 2020).

Para Fabiana, sua relação com o trabalho remunerado mudou após a maternidade, pois ela foi demitida:

Mudou o comprometimento, foca no serviço, porque sem trabalho você não se sustenta. Melhorar, se esforçar mais, sempre ir atrás de algo melhor. Não tenho queixa sobre o empregador, para mim eles me tratavam igual, depois de eu ter filho, a única coisa eles não gostavam quando a gente saía, quando as crianças precisavam. Tanto é que eles me deram a conta ali, porque meu filho ficou mal na sexta feira, e esse aqui na segunda feira, e daí na quarta feira eles me deram a conta. Eu ganhei a conta por causa das saídas com as crianças, eu trabalhei lá dois anos e meio, era bom de trabalhar (FABIANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2020).

A permanência da responsabilização pelo cuidado também afeta a qualidade/quantidade de oportunidades de ocupações remuneradas para mulheres com filhas(os). Três participantes da pesquisa explicaram suas dificuldades para retornar às funções que desempenhavam antes da maternidade. Carla externou sua experiência negativa após a maternidade, sendo que a persistente demora pela recolocação no mercado de trabalho fez com que ela buscasse outra alternativa fora da sua função almejada:

Bastante dificuldade para encontrar emprego, nossa. E eu fui encontrar meu primeiro emprego depois que eu tive ela aqui do ladinho de casa, aqui no supermercado econômico sabe, depois de eu fazer inúmeras entrevistas em loja e no que você imaginar sabe. Eu fui trabalhar aqui do ladinho de casa por um acaso. E ainda não era nem o que eu queria, porque como eu tinha trabalhado bastante tempo na Mater Dei [IES privada no município de Pato Branco] então eu queria alguma coisa na área de secretária e acabei

entrando aqui trabalhar no faturamento no mercado (CARLA, ENTREVISTA REALIZADA EM 8 DE OUTUBRO DE 2020).

Carla também contou sobre a situação de constrangimento recente, em virtude da pandemia, pois ela e o companheiro foram demitidos da empresa em que trabalhavam. Ao buscar outro trabalho, ela explica que acabou sofrendo “preconceito” por ser mãe:

Eu perdi várias oportunidades de emprego desde que ela nasceu [...]. Enfrentei muito preconceito na hora de procurar emprego sabe. Até agora, depois que eu saí da escola ali, na metade do mês de abril, eu procurei outros trabalhos. Porque no início a gente não sabia nem o que ia fazer da vida. Então eu procurei bastante emprego e eu não consegui, o pessoal tinha bastante preconceito porque a 'é mãe, quem é que fica com ela [filha] quando fica doente, o que que você vai fazer com ela agora que não tem escola?' Esse tipo de questionamento que já deixava de te contratar porque você é mãe (CARLA, ENTREVISTA REALIZADA EM 8 DE OUTUBRO DE 2020).

Segundo Carla, essa não foi a primeira vez que passou por constrangimento e preconceito quando esteve em busca de uma colocação no mercado de trabalho. Atualmente, ela e o companheiro resolveram montar um pequeno negócio, um *delivery* de pizza.

Como forma de buscar o sustento para si e suas(os) filhas(os), muitas mulheres enfrentam algumas circunstâncias e não lhes resta outras alternativas, senão trabalhar em ocupações mais precárias à margem desse mercado, por exemplo, como diaristas/empregadas domésticas em casa de família. Simone expôs a vivência de situação parecida de constrangimento em virtude da responsabilização das mulheres pelo cuidado de filhas(os):

Quando eu estava procurando emprego antes de conseguir em São Jorge [Município próximo a Pato Branco] eu levei muitos nãos por ter filho. “Mas quem que vai cuidar da tua criança quando tu não puder?” “Mas se a criança ficar com febre?”. Então são perguntas que normalmente não fazem para os homens. Então tu percebe que as pessoas te cobram uma responsabilidade maior do que cobram aos homens, isso é fato (SIMONE, ENTREVISTA REALIZADA EM 8 DE OUTUBRO DE 2020).

Fabiana externou alguns acontecimentos que a levaram a perder o emprego por ter que se ausentar do trabalho remunerado para ficar com os filhos quando estavam doentes. Nesse caso, a responsabilização gerou tanto a discriminação, quanto constrangimento:

Nessa questão eles [empresa do antigo emprego] são bem pegação no pé, tanto é que eles me deram a conta ali, porque o João ficou mal na sexta feira, e esse aqui na segunda feira, e daí na quarta feira eles me deram a conta. Eu fui demitida por causa das saídas com as crianças, eu trabalhei lá dois anos e meio (FABIANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2020).

A exemplo das interlocutoras da pesquisa, muitas mulheres, após a maternidade, são constrangidas quando buscam retornar ao mercado de trabalho, outras tantas não conseguem uma recolocação, submetendo-se a outras formas de trabalho, por vezes, precários.

Claudia, mãe de dois meninos pequenos, afirmou que após várias negativas deixou de procurar emprego no comércio e na indústria, devido a diversos constrangimentos. Passou a buscar oportunidade de trabalho como diarista:

Hoje em dia para ser mãe e trabalhar é complicado, é bem complicado, porque representa que se você é mãe você não pode ter mais vida, é essa questão perante os empresários, comércio. No comércio você não pode nem falar em ter filho e ser uma mulher independente, sozinha. Eu lembro que eu fui fazer entrevista para trabalhar numa loja, ela queria saber com quem que ele ia ficar no sábado à tarde e se essa pessoa que ia ficar com ele ficasse doente com quem que ele ia ficar além dessa pessoa sabe, você tem que ter uns três, quatro de reserva. Ela me falou que ia deixar eu na 'geladeira' que quando precisasse me chamava, que a princípio eu não correspondia [a vaga de emprego] (CLAUDIA, ENTREVISTA REALIZADA EM 6 DE DEZEMBRO DE 2020).

Como no caso de Adriana, que é mãe solo de uma adolescente de 12 anos:

Eu trabalhei em muitos lugares, não só como empregada. Eu trabalhei de tudo um pouco, até animação de criança, ir lá se vestir com aqueles bichos para animar as crianças em festa. Eu trabalhei, já carreguei caminhão de galinha, já trabalhei na boia fria, então eu trabalhei em vários lugares. Já trabalhei em restaurante aqui em Pato Branco. Só que eu sempre gostei mais

de trabalhar em casa de família porque como eu ganhava mais era mais vantagem para mim. Porque firma você ganha menos aí o desconto, eles descontam um monte de coisa, você vai ver no final do mês não sobra nada para você. E como eu sempre fui sozinha, sustentando a minha filha sozinha, muitas vezes eu pagava aluguel, então eu preferi assim. Porque pelo menos na maioria dessas casas que eu trabalhei, eles sempre me ajudaram. Então o meu salário sempre foi limpo, eles não descontaram INSS sabe, e almoço livre. Então para mim sempre foi vantagem (ADRIANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 2020).

Da narrativa de Adriana, é possível compreender a dinâmica e as dificuldades da mulher-mãe “solo” para conseguir o sustento do lar. Além disso, a rotina do trabalho de cuidando das crianças de outras famílias, que permite que estas mulheres tenham um trabalho remunerado, por vezes, em condições de precariedade, pode dificultar o cultivo de laços afetivos, enfrentando o dilema da criação das(os) próprias(os) filhas(os) (BIROLI, 2018). Esse dilema pode ser percebido na narrativa da interlocutora Adriana, mãe de uma pré-adolescente de 12 anos:

E aí depois que ela foi para o colégio estadual ainda ela teve que ficar um tempo com a mãe, porque como eu não deixava ela sozinha, nunca fui de deixar, que sempre tive meus parente para ajudar a cuidar, ela ficou um tempo com a minha mãe ainda porque não tinha ninguém pra atender. Minha mãe morava longe, então ela ficou um ano mais ou menos, um ano e pouco morando direto com a minha mãe. Aí depois que ela começou a ter os problemas, aqueles problemas que eu te contei, que eu levei ela na psicóloga e tudo que ela se cortou tudo , aí eu trouxe ela para morar comigo e teve vezes que eu deixei ela sozinha, ia para o serviço morrendo de medo, rezando que não acontecesse nada porque eu decidi que, como ela estava tendo problema, ela fica comigo , para mim ficar com ela (ANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 2020).

Outras questões se apresentam, a partir das narrativas das participantes. Uma delas, o reflexo da feminização do cuidado, reflete no que Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007) definem como classificação das ocupações, pelo princípio da separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e pelo princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Pode observar que todas as entrevistadas exercem ocupações remuneradas consideradas femininas, por essa classificação: professora, assistente social, diarista, mensalista e donas de casa.

Outro fator é que, mesmo as participantes da pesquisa com maior escolaridade, com ocupações profissionais estáveis, as que são servidoras públicas, relataram insatisfação em relação à remuneração. Assim, mesmo ocupando espaços privilegiados, a participante não tem um rendimento elevado, mencionando que poderiam ser melhor remuneradas:

Hoje se tivesse um governo que valorizasse, que mudasse essa perspectiva do professor, da educação básica, eu ficaria as 40 horas na escola, mas eu não tenho como ganhar 4 mil daqui 10 anos, eu preciso me organizar para outras coisas (PAULA, ENTREVISTA REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2020).

Assim, para algumas participantes a suplementação da renda é uma necessidade, como é o caso de Ana, que faz atividades fora do horário de trabalho para obter uma renda extra. Outras buscaram alternativas para superar o desemprego, como é o caso de Carla, que frente às dificuldades que ela e o companheiro enfrentaram para uma relocação no mercado de trabalho, em outubro de 2020, iniciaram a venda *delivery* de pizzas em sua residência.

Dessa forma, compreendi que a baixa/o renda/rendimentos é um ponto comum entre as narrativas das participantes, o que relaciona a feminização do cuidado com a feminização da pobreza. Pela perspectiva das participantes, é possível identificar que as questões de gênero e de classe afetam diretamente o tipo de ocupação que as mulheres têm acesso após a maternidade. Assim, o acesso ao trabalho remunerado se dá de forma diferenciada, não apenas entre homens e mulheres, mas também entre diferentes grupos de mulheres (BIROLI, 2018, p. 39).

Não se trata de uma questão identitária, mas sim de diferenças que se moldam na forma de privilégios e desvantagens, trata-se de posições que ganham sentido de hierarquia, ou seja, “as expectativas e os julgamentos que conferem sentido à maternagem não são igualmente mobilizados ou não incidem da mesma forma sobre grupos diversos de mulheres” (BIROLI, 2018, p. 36).

São desafios e situações que dificilmente serão experimentadas por seus companheiros homens, como bem exemplifica a interlocutora Simone, ao falar da

seguinte situação, em contraponto aos questionamentos de recrutadores, em relação à atuação profissional da mulher que é mãe:

Para o meu marido [que é policial militar] ninguém pergunta, quando ele vai trabalhar de noite, com quem que ficaram as crianças, mas para as mulheres policiais já perguntam isso. É bem diferente, a mulher sente muito mais (SIMONE, ENTREVISTA REALIZADA EM 8 DE OUTUBRO DE 2020).

Para Biroli, a divisão sexual do trabalho confere a todas as mulheres uma posição semelhante, a elas são atribuídas tarefas de que os homens são liberados, contudo, elas são diferentemente marcadas e oneradas pela divisão de tarefas e responsabilidades, segundo os recursos que detêm para “driblar” o tempo e a energia que tais tarefas requerem.

A divisão sexual do trabalho produz o gênero, de fato, mas essa produção se dá na convergência entre gênero, classe, raça e nacionalidade [...]. Em outras palavras, a produção do gênero não ocorre de forma isolada de outras variáveis que, em dado contexto, são relevantes no posicionamento e na identificação das pessoas, assim como no seu acesso a espaços e recursos (BIROLI, 2018, p. 36).

Foi possível observar que as articulações entre o trabalho gratuito e remunerado se constituem de formas variadas e, por vezes, o que aparenta ser uma “escolha” é na verdade um reflexo do sistema que privilegia algumas mulheres, a medida em que coloca outras em desvantagens. Trata-se de um conjunto variado de abordagens, atravessado pelo problema da correlação entre a divisão do trabalho doméstico não remunerado, a divisão do trabalho remunerado e as relações de poder nas sociedades contemporâneas. Flávia Biroli aponta que:

[...] em conjunto, as restrições impostas por gênero, raça e classe social conformam escolhas, impõem desigualmente responsabilidades e incitam a determinadas ocupações, ao mesmo tempo que bloqueiam ou dificultam o acesso a outras (BIROLI, 2018, p. 42).

Assim, o acesso das mulheres a profissões de prestígio, assim como a presença maior de determinadas mulheres em ocupações marcadas pela precariedade, expõe essas formas cruzadas de desvantagem (BIROLI, 2018).

Outra questão observada, nas narrativas das interlocutoras, de suas vivências após a maternidade, das que tem ocupações remuneradas, nenhuma delas ocupa funções em regime de CLT. Isso merece ser problematizado, pois para as mulheres que são mães as ocupações remuneradas se dão, geralmente, na informalidade, o que nos leva a questionar que perfil de profissionais o mercado de trabalho formal está absorvendo e com qual argumento. Como já mencionamos, existe um padrão de trabalhador universalmente aceito, para o qual o trabalho remunerado foi criado e que ocupa os postos de gerencia e os cargos mais reconhecidos. A condição de trabalhadora das mulheres que tem filhas(os) é do trabalho precarizado.

As responsabilidades pelo cuidado, presentes na vivência da maternidade, são invisibilizadas nos espaços legislativos e no mercado de trabalho. A estrutura desse mercado é negligente aos processos de cuidado das crianças, que, paradoxalmente, serão as(os) futuras(os) trabalhadoras(es). Embora, a título de exemplo, exista a previsão legal da obrigatoriedade de oferta de creches¹⁷ para as(os) filhas(os) das(os) trabalhadoras(es) de empresas, não é uma regra praticada.

A remuneração é outro fator de desigualdade, visto que as mulheres ganham menos que os homens mesmo quando realizam as mesmas atividades. No Brasil a bancada feminista, avançou na conquista de direitos, por meio de uma proposta legislativa que tramitou no Congresso em torno de 11 anos, e que foi aprovada pelo Plenário do Senado em março de 2021, o Projeto de Lei Complementar - PLC 130/2011¹⁸ - que determina o pagamento de multa pelo empregador que remunerar

17 CLT -Artigo 389 Toda empresa é obrigada: (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

Parágrafo 1º- Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres com mais de 16 (dezesesseis) anos de idade terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação. (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

18 Acrescenta § 3º ao art. 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/103844>

de forma desigual homens e mulheres exercendo a mesma função. O valor da multa será correspondente a até cinco vezes a diferença verificada em todo o período da contratação. Outra conquista legislativa, foi a aprovação da Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, que dispõe sobre a obrigatoriedade do afastamento da empregada gestante das atividades de trabalho presencial durante a emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus. Certamente são passos importantes na garantia de melhores condições de trabalho para mulheres no mercado de trabalho no contexto brasileiro.

Em relação aos espaços ocupados pelas mulheres após a maternidade, constatamos que estas deixaram de ocupar espaços no mercado de trabalho, assim como não permaneceram nas universidades. Das 35 participantes, 31% não concluiu a graduação, das 10 entrevistadas, 4 concluíram o ensino superior, as demais, aquelas que conseguiram chegar a graduação, relataram inúmeras dificuldades que enfrentaram, desde a gestação de suas(seus) filhas(os), para se manterem nos cursos. Destacamos esse como outro reflexo da invisibilidade da condição materna, em que a estrutura da educação superior não foi pensada para receber e atender mulheres que tem filhas(os). Assim, o processo de cuidado foi negligenciado também nesse espaço e é mais um fator a ser problematizado. É um espaço que necessita discutir o acesso e a permanência das mulheres-mães nessas instituições de , para que possam concluir uma graduação e, com isso, ampliar as possibilidades de conquistarem melhores trabalhos remunerados.

Algumas universidades¹⁹ vem implantando espaços de acolhimento para estudantes regulares. Desde 2018 a UnB oferta um espaço disponível para o uso por estudantes, servidores e servidoras e docentes da Faculdade de Educação, que conta com uma estrutura de trocadores, brinquedos, mesas, cadeiras, microondas, refrigerador, computador e um banheiro adaptado para crianças, e fica disponível das 7h30m às 22h40m de segunda a sexta feira. Embora seja uma conquista, segundo Silva e Guedes (2020), trata-se, ainda, de uma iniciativa limitada, por ser ofertada apenas a uma parcela da comunidade acadêmica, com acesso e horários muito restritos.

19 Universidade de Brasília/DF (2018)

É urgente pensar de forma conjunta, enquanto universidade e comunidade em mecanismos que possibilitem a permanência de mães, trabalhadoras e universitárias, como forma de quebrar as barreiras que dificultam e/ou impedem a conclusão do curso, conforme Silva e Guedes (2020, p.475) exemplificam:

a criação e destinação de sala específica para amamentação e cuidados básicos com as crianças, com condições de limpeza adequadas e disponível a estudantes de todos os cursos; a flexibilidade nos horários das aulas; a preferência/prioridade na matrícula em disciplinas; a sensibilização da comunidade acadêmica, por meio de ações que promovam o respeito às estudantes e às crianças; debates acerca das condições das estudantes mães e cuidadoras, a fim de propor novas estratégias; a instalação de fraldários; a criação de um sistema de dados que verifique e acompanhe a permanência de estudantes mães; o desconto no valor das mensalidades para estudantes no PIJ; e a desburocratização do processo de trancamento justificado.

Como vimos a participação de mulheres que tem filhas(os) nos espaços públicos é mínima, limitando-se por vezes, ao convívio voltado para o trabalho, ficando em segundo plano as interações sociais para o lazer e para o desenvolvimento pessoal. É urgente e demanda de ações tanto do Estado, como da iniciativa privada, para pensar em alternativas inclusivas que levem em consideração a condição de ser mãe, mulher, cuidadora, trabalhadora, universitária.

Pudemos observar que as participantes da pesquisa vêm se articulando nos espaços virtuais, como o espaço do próprio grupo no *facebook* que foi *locus* do estudo, no qual ocorrem formas de solidariedade entre as mães, constituindo-se em espaços de interação social, sendo de grande importância para das diversas demandas maternas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, que inicialmente surgiu da minha inquietação em relação às articulações entre a vivência da maternidade e a (re)inserção da mulher-mãe no mercado de trabalho, a partir de uma vivência pessoal, encaminhou-se para a investigação do processo de feminização do trabalho doméstico e de cuidados que se estabeleceu por meio da construção social de uma identidade feminina, colocando a mãe no lugar de principal responsável pelo bem-estar e educação das(os) filhas(os).

A construção social e histórica da maternidade, atrelada à hierarquia de gênero, é produto da colonialidade e da modernidade. Nesse contexto, o ideário de maternidade, construído em bases eurocêtricas, criou intensa vulnerabilidade para as mulheres, principalmente para as que são mães pobres, negras e imigrantes. A condição que as mulheres foram submetidas no sistema moderno – colonial de gênero pautado em hierarquização e categorização de seres humanos, reflete até o presente na construção de um ideário de maternidade, que responsabiliza e afasta a possibilidade das mulheres-mães do exercício pleno de sua cidadania. A maternidade e a divisão sexual do trabalho situam algumas mulheres, mais que as outras, em condições de opressão.

A contribuição dos estudos feministas, especialmente do feminismo negro e decolonial, permite que se questione a universalidade dessas categorias de gênero. Embora todas as mulheres estejam submetidas a esse sistema, pela ótica dos feminismos subalternos, faz-se necessário identificar a existência de diversos eixos de opressões localizadas que permeiam essa condição. Esse entendimento possibilitou avançar na compreensão de como a interseccionalidade de gênero, classe e raça opera no contexto da maternidade, vivenciada por mulheres-mães-trabalhadoras, e suas articulações entre o trabalho gratuito e remunerado.

A pesquisa adentrou o período da pandemia do coronavírus, em meio a diversas restrições e medidas para o enfrentamento da doença viral. Embora todos estejam sujeitos às consequências da pandemia, algumas mulheres foram afetadas sobremaneira pelas demandas de trabalho doméstico e de cuidados, principalmente aquelas que são mães de crianças que foram impedidas de frequentar creches e

escolas. Especialmente nesse contexto, analisar as narrativas dessas 10 mulheres-mães-trabalhadoras, possibilitou-me enxergar realidades distintas atravessadas por questões de gênero, de classe e de raça e as nuances dessas intersecções.

As interlocutoras trouxeram para a pesquisa suas histórias de vida com riqueza de detalhes e significados. Em relação à maternidade, as histórias convergem para experiências similares na dimensão do afeto que emoldura essa vivência, ligados ao ideário de maternidade. Para todas as participantes, ser mãe é uma imensa realização que modifica sua própria identidade, independentemente de classificações e de hierarquizações.

Por outro lado, ao vivenciarem a maternidade, essas mulheres passaram por um processo de ressignificação, ligado à intersecção de gênero, classe e raça, que é vivenciado no dia a dia, com limitações e dificuldades que ficam aparentes em suas falas, especialmente quando integram famílias monoparentais. A maternidade ressignificou a maneira como as mulheres lidam com o tempo, o dinheiro, as prioridades, a relação com amigos, com os familiares, com as mulheres da família, assim como as perspectivas para o futuro. E, especialmente nas relações de trabalho, enfrentando o ônus de uma sociedade patriarcal que não reconhece a maternidade como parte de um trabalho fundamental do cuidado.

Já na articulação entre as demandas do trabalho doméstico e de cuidados ligados à vivência da maternidade e o trabalho remunerado, as narrativas divergem: enquanto algumas participantes contam com recursos humanos e financeiros para delegação e/ou distribuição de tarefas, o que as possibilita uma ocupação privilegiada no mercado de trabalho, com perspectivas de desenvolvimento pessoal, outras, como exemplo as que compõem famílias monoparentais, ocupam postos de trabalho precários, pouco ou nenhum recurso que possibilite a divisão de tarefas, baixa ou nenhuma expectativa de mudança de sua condição enquanto mães-trabalhadoras.

Ao narrarem suas histórias de vida após a maternidade, as participantes apontaram para a vivência de uma rotina diária de muito trabalho, com pouca ou nenhuma divisão de tarefas entre os membros da família e, quando há divisão, elas continuam responsáveis pelo gerenciamento das tarefas. Essa rotina se intensificou ao ponto de exaustão nesse momento de pandemia, pelas preocupações, limitações e dificuldades enfrentadas no contexto do *home office* com filhas(os) “em casa”, sem

poder contar com ajuda de familiares que compõem o grupo de risco, creches e escolas.

Percebe-se que o fato de não existirem vagas suficientes nas creches, não contar com ajuda de familiares e nem recursos financeiros para a delegação de tarefas faz com que algumas participantes vivenciem o tensionamento entre o trabalho e a maternidade. Também, inúmeras limitações em suas interações sociais e na sua própria cidadania, quando relatam que não participam de atividades, como: esportes, lazer, clubes, igrejas, partidos políticos, voluntariado, ou seja, não ocupam outros espaços além da “casa” ou “casa e trabalho”. As políticas públicas não oferecem uma rede de apoio ao cuidado – ou fazem de modo bastante precário –, tão necessária para garantir que as mulheres em situação de vulnerabilidade possam exercer sua cidadania.

Assim, embora o sentimento de realização pessoal em relação à vivência da maternidade seja semelhante entre as mulheres entrevistadas, estas experimentam formas diferentes de vivência da maternidade em relação a gênero, à raça e à classe.

Vivências que são reflexo, como vimos, da construção social dos papéis de gênero, reflexos que, por vezes, além de não serem considerados como uma problemática social, ainda são reforçados quando não problematizadas as questões inerentes a prática do cuidado como: a possibilidade de maior oferta de vagas nas creches públicas municipais, uma divisão mais igualitária das tarefas domésticas e de cuidados, atenção e fortalecimento a rede de apoio para o cuidado, maior acesso a renda por mulheres que são mães e/ou chefes de família monoparentais em situação de pobreza.

Para além da problematização das práticas do cuidado, se faz necessário repensar e ressignificar as métricas do tempo do cuidado, como um caminho, para o enfrentamento da problemática, como questão pública e política ligada a justiça social. Para tanto, serão necessários esforços de iniciativa pública e privada, para criação de políticas/projetos que oportunizem o acesso a emprego e renda, que contemplem as diferenças de gênero, e oportunizem melhores condições de vida e de trabalho para mulheres que são mães, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade.

Longe do tema ter sido esgotado nesta pesquisa, ele pode ser explorado de outras maneiras e com outros olhares. Ainda no tema da vivência interseccional da maternidade, pode-se estudar: a hierarquização de gênero, de classe e de raça na delegação de tarefas entre as próprias mulheres; a possibilidade da criação localizada de políticas de inclusão ou recolocação de mulheres que têm filhas(os) pequenas(os) no mercado de trabalho; a desigualdade de gênero em relação à divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidados, voltados para a igualdade de fato e não apenas de direito; o trabalho de cuidado e a formação da(o) cidadã(o) como responsabilização do Estado e a maternidade como um problema político; o excesso de horas dedicadas ao trabalho doméstico e de cuidados como limitador de oportunidades e do exercício de cidadania das mulheres que têm filhas(os); a feminização da pobreza pela perspectiva do desenvolvimento humano.

Assim, compreende-se que a persistente desigualdade de gênero nas relações tidas como privadas é um campo vasto de estudos no caminho para garantia da justiça social para mulheres-mães-trabalhadoras.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?** 2007. 328 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo-USP, São Paulo.

ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e trabalho na França e no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ANTUNES, Ricardo. O trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural. **Revista Theomai**, Buenos Aires-Argentina, n. 19, p. 47-57, 2009.

ANZORENA, Claudia; YÁÑEZ, Sabrina Soledad. Narrar la ambivalencia desde el cuerpo: diálogo sobre nuestras propias experiencias en torno a la “no-maternidad”. **Investigaciones Feministas**, Madrid, v. 4, p. 221-239, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.5209/rev_INFE.2013.v4.43890>. Acesso em: maio 2020.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Fatos e mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 719-754, set. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S00112582016000300719&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jul. 2019.

_____. Teorias feministas da política, empiria e normatividade. **Lua Nova**, São Paulo, n. 102, p. 173-210, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452017000300173&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 6 jun. 2020.

_____. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Portal Coronavírus Brasil**. Painel Coronavírus, 2021. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD**. 2018a. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de->

noticias/releases/24266-mulheres-dedicam-mais-horas-aos-afazeres-domesticos-e-cuidado-de-pessoas-mesmo-em-situacoes-ocupacionais-iguais-a-dos-homens>. Acesso em: 25 abr. 2020.

_____. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira. 2018b. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2020.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.** 2019a. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26054-pnad-continua-trimestral-desocupacao-fica-estavel-em-25-das-27-unidades-da-federacao-no-3-trimestre-de-2019>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

_____. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira. 2019b. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2020.

_____. **Cidades.** 2019c. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/pato-branco/panorama>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

_____. **Desemprego.** 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso em: 5 fev. 2020.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho, educação e rendimentos das mulheres no Brasil em anos recentes. **Revista Tecnologia e Sociedade**, São Paulo, 2. ed., 2012.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

CARRASCO, Cristina. **Estatísticas sob suspeita:** proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres. São Paulo: SOF, 2012.

CHANTLER, Khatidja; BURNS, Diane. Metodologias feministas. In: SOMEKH, Bridget; LEWIN, Cathy. **Teorias e métodos de pesquisa social**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2015.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Paula. **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF, 2015. P. 13-42.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **Cruzamento: raça e gênero**, Brasília, UNIFEM, p. 7-16, 2004.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial. In: MELO, Paulo Balduino de et al. (ORGs.). **Descolonizar o feminismo: VII Sernegra**. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, 2019. P. 32-51. Disponível em: <file:///C:/PROGRA~1/KMSpico/temp/115-51-PB.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2018.

DELPHY, Christine. The invention of French feminism: an essential move. **Yale French Studies**, [S.l.], n. 97, p. 166-197, 2000.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires-Argentina: CLACSO, 2005. P. 55-70.

DÍAZ-BENÍTEZ, Maria Elvira. Muros e pontes no horizonte e da prática feminista: uma reflexão. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Ed.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. P. 306-333.

ESTADÃO. **Com a pandemia, a participação das mulheres no mercado de trabalho é a menor em 30 anos**. 2020. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/infograficos/economia,com-pandemia-participacao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho-e-a-menor-em-30-anos,1130056>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução do Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2004.

_____. **O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

FERREIRA, Verônica. **Licença maternidade de 6 meses: solução ou retrocesso?** Articulando eletronicamente, 2008. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/3830/>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.

GÊNERO E NÚMERO. **Maioria entre informais, mulheres tem lugar central na inédita renda emergencial**. 2020. Disponível em: <<http://www.generonumero.media/mulheres-renda-emergencial/>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GILL, Scherto; GOODSON, Ivor. Métodos de história de vida e narrativa. In: SOMEKH, Bridget; LEWIN, Cathy (Orgs.). **Teoria e Métodos de Pesquisa Social**. Petrópolis: Vozes, 2015.

GONZAGA, Paula Rita Bacellar; MAYORGA, Claudia. Violencias y la Institución Maternidad: una Reflexión Feminista Decolonial. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília-DF, v. 39, n. spe2, p. 59-73, 2019. Disponível em: <>. Acesso em: 1 fev. 2020.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko; SUGITA, Kurumi. Cuidado e cuidadoras: o trabalho de care no Brasil, França e Japão. **Sociologia & antropologia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 151-180, 2011.

HARAWAY, Donna. Situated knowledges: The science question in feminism and the privilege of partial perspective. **Feminist studies**, Maryland-USA, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988.

HIRATA, Helena. Por quem os sinos dobram: globalização e a divisão sexual do trabalho. In: EMÍLIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau. **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. P. 15-30.

_____. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, 2014.

HIRATA, Helena et al. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Editora Senac, 2007.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

ILO – INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **COVID-19 and the world of work**. Suíça, 2021. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_767028.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2021.

LANG, Miriam. Introdução: alternativas ao desenvolvimento. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (Orgs.). **Decolonizar o imaginário**. Debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. P. 25-44.

LORDE, Audre. **A burst of light: And other essays**. Courier Dover Publications, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

_____. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Colômbia, n. 9, p. 73-101, jul./dez. 2008.

MACHADO, Cecilia; PINHO NETO, Valdemar Rodrigues de. **The labor market consequences of maternity leave policies**: evidence from Brazil. São Paulo: Repositório Digital, FGV, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: _____. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. P. 71-103.

_____. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **RBCS-Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, jun. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

MOREIRA, Jonathan Rosa; PERRINI, Pasqual; RIBEIRO, Jefferson Bruno Pereira. Mães trabalhadoras do sol nascente: impressões sobre a relação entre maternidade, trabalho e políticas públicas. **Projeção, direito e sociedade**, Brasília, v. 7, n. 2, p. 26-52, 2016.

MOUNTIAN, Ilana. Reflexões sobre metodologias críticas em pesquisa: interseccionalidade, reflexividade e situacionalidade. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 17, n. 40, p. 454-469, 2017. Disponível em: <>. Acesso em: 31 maio 2020.

ONU MULHERES. **Gênero e Covid-19 na América Latina e no Caribe**: dimensões de gênero na resposta. ONU Mulheres, 2020. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2020.

PINHEIRO, Luana; REZENDE, Marcela. **Pobreza e mulheres nos últimos 20 anos após Beijin**. IPEA, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190327_tema_a_pobreza_e_mulheres_nos_20_anos_apos_beijing.pdf>. Acesso em: 31 maio 2020.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo (Orgs.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berleandis & Vertecchia, 2009. P. 118-146.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO. **Boletins Epidemiológicos de Pato Branco**. 2021. Disponível em: <<http://patobranco.pr.gov.br/boletinsepidemio/>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A Mulher na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2013.

SCAVONE, Lucila. As múltiplas faces da maternidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 54, p. 37-49, 1985.

_____. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 137-150, 2001.

SCORSE, Carol. **Quem foi Audre Lorde e o que ela nos ensina sobre autocuidado feminino**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/diversidade/quem-foi-audre-lorde-e-o-que-ela-nos-ensina-sobre-autocuidado-feminino/>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos ces**, Coimbra-Portugal, n. 18, p. 103-131, 2012.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrini. Mulheres, mães, desempregadas: contradições de uma condição social. In: EMÍLIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Mirian; GODINHO, Tatau (Orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para mulheres: desafios para políticas públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, Prefeitura do Município de São Paulo, 2003.

SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o melting pot nacional. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 6, n. 14, p. 143-176, 2000.

SILVA, Maria Clara Ramos da Fonseca; GUEDES, Cristiano. Redes sociais e ativismo materno: desafios entre estudantes de uma universidade pública. **Revista Katálysis**, v. 23, n. 3, p. 470-479, 2020.
Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802020000300470>. Acesso em: 13 de maio de 2021.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana. O *care* como um regime estratificado: implicações de gênero e classe social. In: HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araújo (Orgs.). **Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care**. São Paulo: Atlas, 2012.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle Carusi. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil: issues and policies in Brazil. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 573-594, 2007.

THOME, Candy Florencio. A licença-paternidade como desdobramento da igualdade de gênero: um estudo comparativo entre Brasil e Espanha. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 50, n. 80, p. 41-53, jul./dez. 2009. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12178/74331>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

UNISINOS. **Para as mulheres, a pandemia é sinônimo de retrocesso social**. 2021. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/607572-para-as-mulheres-a-pandemia-e-sinonimo-de-retrocesso-social>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

VIEIRA, Regina Stela Corrêa. Mulher, trabalho e maternidade: análise do sexismo presente no direito do trabalho brasileiro como barreira à igualdade de gênero. **Anais do 10º Fazendo Gênero**, 2007. Disponível em: <http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373336689_ARQUIVO_Trabalhocompleto_ReginaStelaCorreaVieira.pdf>. Acesso em: fev. 2020.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

YANNOULAS, Silvia. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**. Brasília, ano 11, n.22, p.271-292, jul./dez 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

As informações que prestar serão utilizadas apenas para as finalidades da pesquisa e os seus dados pessoais ficarão protegidos pelo sigilo. Sua colaboração será muito valiosa.

Entrevistada número: ____

Nome completo: _____

Data: ____ / ____ / ____

Aspectos da Maternidade

1. O que é para você ser mãe?
2. O que mudou em sua vida após a maternidade? Poderia descrever o que mais mudou na sua rotina após o nascimento das(os) filhas(os)?
3. Como se deu a maternidade em sua vida?
4. De que maneira se dá o cuidado das(os) filhas(os)? (Quem auxilia? Tem acesso à creche?)
5. Quem é responsável pelas questões de saúde, educação, alimentação, vestuário, lazer referente às(aos) filhas(os)?
6. Quais as principais dificuldades que você enfrenta como mãe?

Aspectos sobre o trabalho (remunerado/não remunerado)

7. Como é a sua rotina diária? (Trabalho, família, estudos, cônjuge, lazer)? (Você concilia o tempo da maternidade e outras atividades como: trabalho remunerado e não remunerado, família, estudos, cônjuge, lazer)
8. Você exerce trabalho remunerado? Qual? Há quanto tempo? Qual o rendimento?
9. O que mudou na sua vida profissional depois da maternidade?
10. Você enfrentou dificuldades profissionais após a maternidade? Quais?
11. Qual a sua perspectiva profissional e de vida futura?
12. Exerce algum trabalho como voluntária em associações, clubes, partido político, igrejas? O que te motiva a participar dessas atividades?
13. Como é o seu tempo livre para lazer, diversão, descanso?

Obrigada pela colaboração!

APÊNDICE 2– MODELO DE QUESTIONÁRIO *ON-LINE*

Seção 1 de 4

Ser mulher, mãe e trabalhadora: a interseccionalidade na vivência da maternidade

Você, mulher que é mãe, maior de 18 anos, residente no município de Pato Branco, está sendo convidada a participar da pesquisa de mestrado “Ser mulher, mãe e trabalhadora: a interseccionalidade na vivência da maternidade”, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – *Campus* de Pato Branco. Nesta pesquisa, estamos buscando compreender como a maternidade é vivenciada por mulheres trabalhadoras a partir da interseccionalidade de classe, raça e gênero,. O estudo é desenvolvido pela pesquisadora Rachel de Souza Fonseca (UTFPR) e tem como orientadoras responsáveis: Prof^ª. Dra. Josiane Carine Wedig (UTFPR) e a Prof^ª. Dra. Valdete Boni (UFFS).

A sua participação implica em duas etapas: a primeira, em responder às questões a seguir, que demandam um tempo aproximado de 15 minutos. Na segunda etapa você irá conceder entrevista à pesquisadora acerca de sua vivência da maternidade. O ambiente em que será realizada a entrevista pode variar de acordo com a sua necessidade e a sua disponibilidade. A entrevista será feita por telefone utilizando o recurso de vídeo conferência, considerando o isolamento social da pandemia da COVID-19. O tempo previsto para você conceder entrevista é de 30 minutos.

Você não terá nenhum gasto ou ganho financeiro e nem benefício direto por participar na pesquisa. A qualquer instante, você pode fazer perguntas sobre a pesquisa pelo e-mail racheliagneczadv@gmail.com, e tais questões serão respondidas pela pesquisadora.

Informamos que você poderá optar por não se identificar. Você é livre para deixar de participar a qualquer momento. Até a divulgação dos resultados, você também pode solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa.

Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Rachel de Souza Fonseca Iagnecz, e-mail: racheliagneczadv@gmail.com, Josiane Carine Wedig, e-mail: josiwedig@gmail.com e Valdete Boni, e-mail: valdeteboni@yahoo.com.br, telefone: 46 - 3220 2608, Endereço: Via do Conhecimento, KM 01, s/n – Fraron, Pato Branco-PR, CEP: 85503-390 – UTFPR. Você poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que envolve seres humanos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná

(CEP/UTFPR), Endereço: Av. Sete de Setembro, 3165, Bloco N, Térreo, Rebouças, CEP: 80230-901, Curitiba-PR, Telefone: 46 – 3310 4494, e-mail: coep@utfpr.edu.br.

Desde já agradecemos a colaboração!

Uma cópia do TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE/TCUISV) com todos os detalhes da pesquisa está no link abaixo. Você pode imprimir ou salvar uma cópia.

<https://docs.google.com/document/d/1pcqER-7lJl3GDqIHlOMtr3mFpMnUznXGjJopwbM2CdE/edit?usp=sharing>

Declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras as minhas questões a propósito da minha participação direta (ou indireta) na pesquisa e, adicionalmente, declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos, os benefícios, o ressarcimento e a indenização relacionados a este estudo. Após reflexão e um tempo razoável, decidi, livre e voluntariamente, participar deste estudo, permitindo que a pesquisadora relacionada faça gravação de **imagem e som de voz** de minha pessoa para fins de pesquisa científica/educacional.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, não devo ser identificada por nome ou qualquer outra forma, caso não deseje expressamente ser essa minha vontade.

Estou consciente que posso deixar esse estudo a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

(..) Aceito participar da pesquisa citada acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecida.

(..) Não aceito participar da pesquisa citada acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecida.

(..) Aceito a identificação do meu nome na divulgação da pesquisa.

(..) Não aceito a identificação do meu nome na divulgação da pesquisa.

Seção 2 de 4

Informações iniciais

1. Nome Completo:

2. Endereço de e-mail:

3. Endereço residencial com CEP:
4. Número de telefone para contato:
5. Nome da sua cidade:
6. Estado/UF:
7. Qual a sua idade?
8. Você é natural de que cidade?
9. Estado civil: solteira, casada, divorciada, viúva, em união estável, Outro:
10. Qual a sua escolaridade? Ensino Fundamental Incompleto, Ensino Fundamental Completo (até o nono ano), Ensino Médio Incompleto, Ensino Médio Completo, Ensino Superior Incompleto, Ensino Superior Completo, Outro:
11. De acordo com as categorias do censo do IBGE para raça ou cor, você se declara: Branco, Preto, Pardo, Amarelo (origem japonesa, chinesa, coreana, etc.), Indígena, Prefiro não responder, Outro:
12. Qual a idade das(os) suas(os) filhas(os):

Seção 3 de 4

Coleta de dados sobre trabalho remunerado e não remunerado

13. Você reside na mesma casa que seu(a) companheiro(a), filha(s)/filho(s), pai, mãe, sogra, sogro?
14. Você desempenha atividade remunerada: Sim, Não, Outro:
15. Qual sua ocupação/trabalho?
16. Qual seu horário de trabalho?
17. Local de trabalho:
18. Sua renda pessoal: Sem renda, Até R\$ 1.045,00, Entre R\$ 1.045,00 e R\$ 2.090,00, Entre R\$ 2.090,00 e R\$ 4.180,00, Entre R\$ 4.180,00 e R\$ 10.450,00, Entre R\$ 10.450,00 e R\$ 20.900,00, Acima de R\$ 20.900,00, Outra:
19. Renda familiar: Até R\$ 1.045,00, Entre R\$ 1.045,00 e R\$ 2.090,00, Entre R\$ 2.090,00 e R\$ 4.180,00, Entre R\$ 4.180,00 e R\$ 10.450,00, Entre R\$ 10.450,00 e R\$ 20.900,00, Acima de R\$ 20.900,00, Outra:

20. Na sua residência, há adulta(o): Desempregada(o), realizando “bicos” fora de casa, Desempregada(o), ficando em casa, Empregada(o), realizando *home office* (trabalhando em casa), Empregada(o), trabalhando fora de casa, Dona de casa, Aposentada(o), Outro:

21. Ajudam nas despesas domésticas mensais: companheiro(a), filha(s), filho(s), pai, mãe, sogra, sogro, familiares, não tenho ajuda financeira, outro:

22. Habitação se localiza em área: Urbana, Rural, Outra:

23. Habitação: mora em casa própria, mora em casa alugada, mora na casa de familiares (mãe, pai, sogra, sogros, etc.), mora em casa separada de familiares, no mesmo terreno, outra:

Seção 4 de 4

Coleta de dados sobre tarefas domésticas e de cuidados

24. Ajuda nas tarefas domésticas e de cuidado com crianças/idosas(os)/pessoas dependentes:

Diarista, mensalista, babá, cuidadora, creche particular, creche pública, antes da pandemia deixava a(s) criança(s) na creche, familiares da(s) criança(s) (pai, padrasto, avós, irmã, irmão, outros), terceiros (vizinhas, colegas, conhecidas, amigas), não tenho ajuda de outra pessoa, outro:

25. Marque a(s) atividade(s) que cada membro da família desempenha:

Responsável pela tarefa	Você	Parceiro(a)	Filha(s)	Filho(s)	Famílias	Terceiros	*eletros
Fazer lista de mercado							
Fazer compras no mercado							
Guardar compras do mercado							
Cozinhar							
Lavar louça							
Secar louça							
Retirar o lixo da cozinha							
Retirar lixo do banheiro							
Recolher roupa suja							
Separar o lixo reciclável							
Lavar roupa							
Passar roupas							
Guardar roupas							
Arrumar roupeiro							

Lavar calçados							
Guardar calçados							
Limpar eletro (fogão, geladeira, etc.)							
Limpar lavanderia							
Limpar cozinha							
Limpar quartos							
Limpar sala							
Limpar banheiro							
Limpar pátio							
Limpar jardim							
Limpar vidros (janelas)							
Limpar garagem							
Lavar carro							
Lavar calçada							
Acordar as(os) filhas(os)							
Preparar lanche							
Preparar uniforme/mochila							
Levar e buscar na escola/curso							
Marcar consultas médicas							
Levar em consultas médicas							
Dar remédios							
Auxiliar na lição de casa							
Cuidar de animais domésticos							
Regar e cuidar de plantas							
Planejamento financeiro							
Planejamento de compras para casa							
Planejamento de compras para dependentes							
Cuidados de crianças							
Cuidados de adultos dependentes							
Administra renda mensal (despesas e recebimentos)							
Está cuidando de criança na pandemia							
Está fazendo <i>home office</i> na pandemia							

26. Quantas horas por dia você se dedica às tarefas domésticas e de cuidado?

27. Em relação à pandemia da COVID-19, como é para você conciliar o cuidado das(os) filhas(os) com as atividades de trabalho remunerado e/ou não remunerado (tarefas domésticas)?

28. Como você tem se sentido na rotina familiar durante a pandemia? Tranquila, estressada, cansada, descansada, sobrecarregada, eficiente, preocupada, despreocupada, incompetente, satisfeita, insatisfeita, angustiada, feliz, triste, não se aplica, outro.

Você pode assinalar o campo a seguir, para receber o resultado desta pesquisa, caso seja de seu interesse.

(..) Quero receber os resultados da pesquisa.

(..) Não quero receber os resultados da pesquisa.

ANEXOS

ANEXO 1 – PRINT DO ACESSO AO GRUPO FECHADO – MÃES DE PATO
BRANCO/DESAPEGOS DOS FILHOS



Fonte: Facebook <<https://www.facebook.com/groups/338450622958769/about/>>.